



PRÊMIO ARI DE JORNALISMO 2023, 2024 E 2025  
Reportagem Econômica

# MAPA ECONÔMICO DO RS

Caderno Especial do Jornal do Comércio  
Porto Alegre, quinta-feira, 21 de maio de 2026

4ª temporada - 2026

3ª edição

Região Sul  
Centro-Sul  
Campanha  
Fronteira Oeste



GOVERNO DO ESTADO  
**RIO GRANDE DO SUL**

TÂNIA MEINERZ/JC

## Carne do Pampa conquista novos mercados para o Rio Grande do Sul

**Criação de bovinos e ovinos avança, gerando oportunidades para as Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste; investimentos bilionários em diversos setores podem alavancar essa parte do Estado**



Identificação geográfica, rastreabilidade e sustentabilidade agregam valor ao gado criado a pasto no RS; exportações do produto crescem

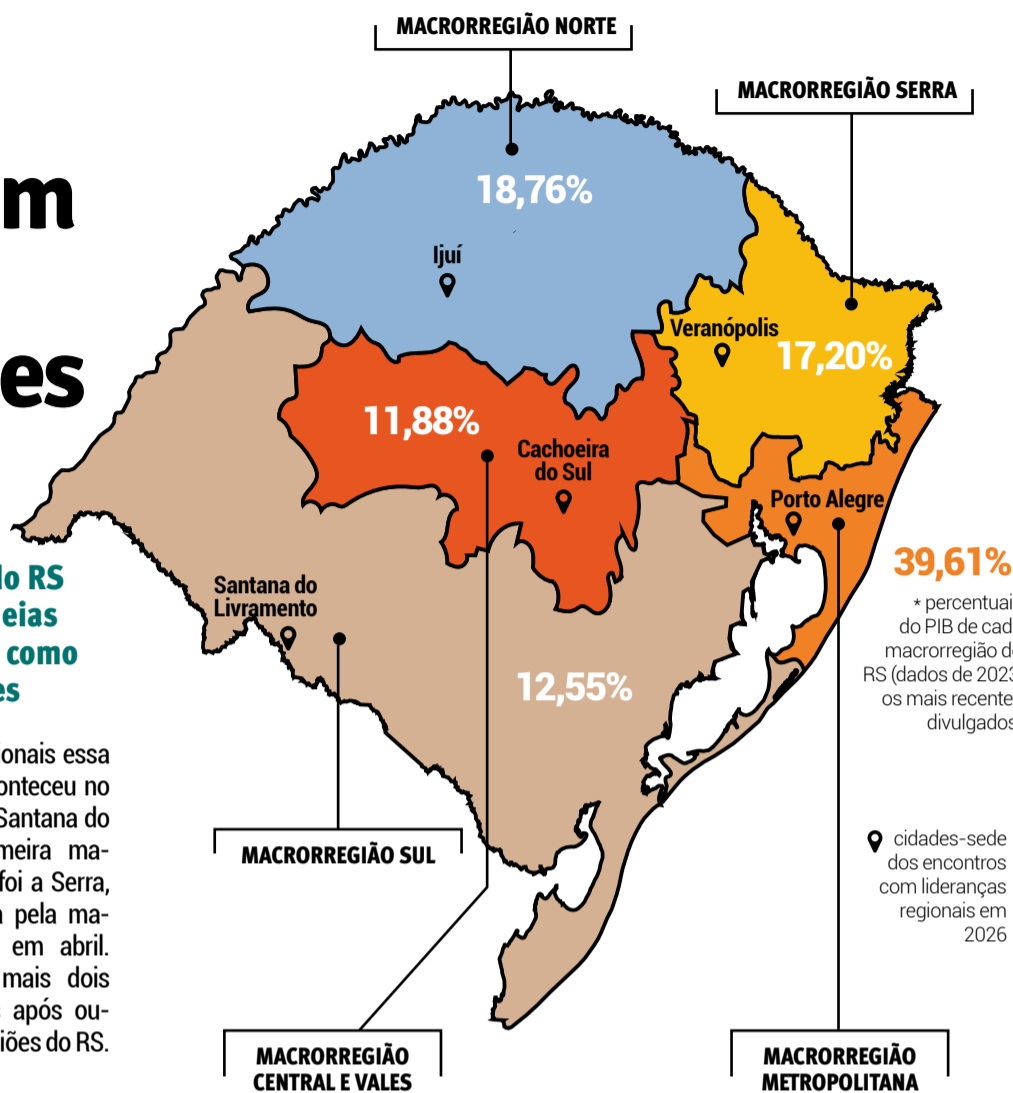
PANORAMA

# Dados mostram participação de cinco regiões no PIB do RS

Quarta temporada do Mapa Econômico do RS faz um levantamento atualizado das cadeias produtivas e traz análise de indicadores como PIB, população, desafios e oportunidades

Pelo quarto ano consecutivo, o Jornal do Comércio promove o mapeamento da economia do Rio Grande do Sul, com a divisão do Estado em cinco macrorregiões. Esta é a terceira edição de 2026 e abrange as Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste. O evento para discutir

com lideranças regionais essa parte do Estado aconteceu no dia 12 de maio em Santana do Livramento. A primeira macrorregião visitada foi a Serra, em março, seguida pela macrorregião Central, em abril. Serão publicados mais dois cadernos especiais após outros eventos nas regiões do RS.



## As cinco regiões

- **Regiões da Serra, Campos de Cima da Serra, Hortênsias, Vales do Paranhana e do Caí**  
Evento em Veranópolis realizado em 31 de março
- **Regiões Central, Vales do Taquari, do Jaguari, do Rio Pardo e Jacuí Centro**  
Evento em Cachoeira do Sul realizado em 15 de abril
- **Regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste**  
Evento em Santana do Livramento realizado em 12 de maio
- **Regiões Norte, Noroeste Colonial, Fronteira Noroeste, Missões, Celeiro, Médio Alto Uruguai, Nordeste, Produção, Alto da Serra do Botucaraí, Rio da Várzea e Alto Jacuí**  
Evento em Ijuí será realizado em 28 de maio
- **Regiões Metropolitana, Vale do Sinos e Litoral**  
Evento em Porto Alegre será realizado no dia 18 de junho

## Ranking do PIB gaúcho por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)

Corede	PIB 2020 (em R\$)	PIB 2021 (em R\$)	PIB 2022 (em R\$)	PIB 2023 (em R\$)	Participação aproximada no PIB estadual (2023)	Macrorregião no Mapa Econômico
1º Metropolitano	116.084.255.683	131.450.070.517	139.649.850.891	159.716.583.755	24,56%	Metropolitana ●
2º Vale do Sinos	59.233.708.601	68.494.654.247	78.447.484.346	83.685.973.357	12,87%	Metropolitana ●
3º Serra	52.294.019.824	63.598.107.573	67.099.545.602	75.126.103.976	11,55%	Serra ●
4º Sul	27.645.628.740	36.720.444.225	36.566.125.819	39.580.398.893	6,08%	Sul ●
5º Vale do Rio Pardo	19.988.093.490	21.645.354.271	23.240.791.805	27.090.911.148	4,16%	Central ●
6º Produção	18.621.516.955	24.354.041.158	25.534.894.264	26.067.530.854	4,00%	Norte ●
7º Vale do Taquari	16.258.628.398	19.115.555.723	20.213.087.889	22.182.158.036	3,41%	Central ●
8º Fronteira Oeste	15.487.155.820	21.231.942.476	18.383.493.489	21.078.366.494	3,24%	Sul ●
9º Central	14.647.908.978	18.757.007.907	16.716.192.128	17.694.567.308	2,72%	Central ●
10º Norte	11.214.782.463	13.897.181.840	14.486.561.034	15.461.317.845	2,37%	Norte ●
11º Litoral	10.184.847.099	11.811.339.332	12.392.535.319	14.123.368.283	2,17%	Metropolitana ●
12º Noroeste Colonial	8.917.363.720	12.844.006.894	12.049.898.280	12.852.746.506	1,97%	Norte ●
13º Alto Jacuí	9.449.984.415	14.526.251.622	12.765.095.715	12.823.036.321	1,97%	Norte ●
14º Fronteira Noroeste	9.484.853.659	12.137.831.514	12.968.969.040	12.082.541.194	1,85%	Norte ●
15º Vale do Caí	8.395.630.081	11.052.395.600	11.795.882.841	11.557.988.560	1,77%	Serra ●
16º Missões	9.453.068.127	13.232.531.615	10.703.473.962	11.271.334.414	1,73%	Norte ●
17º Campanha	7.786.239.621	11.096.358.234	10.277.145.927	10.559.172.107	1,62%	Sul ●
18º Centro-Sul	7.240.751.703	9.398.634.217	9.541.477.838	10.354.174.492	1,59%	Sul ●
19º Paranhana-Encosta da Serra	6.795.365.918	7.673.898.249	8.407.427.202	9.660.885.948	1,48%	Serra ●
20º Hortênsias	5.388.082.468	6.975.537.074	7.718.476.256	8.601.842.409	1,32%	Serra ●
21º Nordeste	5.740.140.861	8.128.972.215	7.440.542.232	7.948.350.560	1,22%	Norte ●
22º Médio Alto Uruguai	5.224.562.627	6.170.642.049	6.048.165.610	6.947.052.635	1,06%	Norte ●
23º Campos de Cima da Serra	4.707.328.161	6.640.685.035	5.766.282.483	6.893.800.534	1,06%	Serra ●
14º Rio da Várzea	5.166.138.902	7.188.396.174	6.402.453.839	6.327.565.195	0,97%	Norte ●
25º Celeiro	4.879.577.485	6.403.388.242	5.398.615.661	5.942.416.958	0,91%	Norte ●
26º Jacuí Centro	4.064.963.490	6.174.083.601	5.429.257.375	5.757.412.908	0,88%	Central ●
27º Vale do Jaguari	3.589.507.430	5.692.618.848	4.232.584.334	4.482.313.135	0,68%	Central ●
28º Alto da Serra do Botucaraí	2.997.741.322	4.871.746.860	3.957.345.034	4.237.108.591	0,65%	Norte ●

HOC

# GOV trabalhando RS diferente

## Nunca antes o RS devolveu imposto para as famílias gaúchas.

**Agora devolve.** O RS foi o primeiro Estado do Brasil a devolver parte do imposto para pessoas de baixa renda. O dinheiro que retorna pelo Cartão Cidadão pode ser usado de novo no comércio. É mais dinheiro para quem mais precisa.

- Mais de R\$ 1 bilhão já foi devolvido
- Mais de R\$ 1 milhão de famílias beneficiadas



Para mais informações, escaneie o QR Code  
ou acesse: [devolveicms.rs.gov.br](https://devolveicms.rs.gov.br)



GOVERNO  
DO ESTADO  
**RIO  
GRANDE  
DO SUL**

## CARTA DO EDITOR

# Macrorregião Sul e Fronteira Oeste podem virar jogo com novos projetos



**Guilherme Kolling**  
Editor-Chefe do Jornal do Comércio

Entre as cinco regiões em que o Mapa Econômico do RS divide o Estado, a área que vai do Sul até a Fronteira Oeste, passando pela Campanha, é a que registra o menor Produto Interno Bruto (PIB) per capita.

Com grande extensão territorial, essa parte do RS representa uma fatia de 12,55% no total das riquezas produzidas em solo gaúcho (dados de 2023, os mais recentes divulgados do PIB de municípios, que permite fazer esse recorte regional).

Fato é que análises históricas apontam para uma economia menos desenvolvida e industrializada na parte meridional. Apesar desse cenário, a Macrorregião Sul tem oportunidades de desenvolvimento, que, se tiradas do papel, poderão alavancar sua economia.

O município de Rio Grande é um exemplo. Abriga um dos mais importantes distritos industriais do Estado, o Porto Indústria, que recebeu investimentos bilionários nos últimos anos, como a ampliação da fábrica de fertilizantes da Yara Brasil.

Ali também há expectativa pela retomada do polo naval, no Estaleiro Rio Grande, já que a Ecovix venceu duas licitações da Transpetro, que encomendou a construção de navios, mais um projeto na cifra de bilhões.

Ainda no porto, a cooperativa CCGL vai desembolsar R\$ 700 milhões para reformulação do terminal Termasa. E a

Portos RS investe centenas de milhões de reais em dragagens, melhorando as condições para a circulação de navios nos canais de acesso.

Mas além dos projetos que já estão saindo do papel, Rio Grande têm pelo menos R\$ 13,8 bilhões em projetos que estão aguardando a resolução de impasses jurídicos ou burocrático-administrativos.

São R\$ 6 bilhões que serão alocados na conversão da Refinaria Riograndense em biorrefinaria – a Petrobras já deu sinal verde à iniciativa, mas depende da sócia Braskem, que está em processo de consolidação de um novo controlador.

Outros R\$ 6 bilhões disponíveis são do Grupo Cobra, da Espanha, que quer tocar o projeto de térmica a gás natural e terminal de regaseificação – mas ainda depende de aval da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Fecha a soma o terminal de celulose da CMPC no porto, projeto de R\$ 1,8 bilhão, que espera o avanço do projeto de licenciamento da nova fábrica de celulose em Barra do Ribeiro, alvo de ação judicial do Ministério Público Federal.

O empreendimento da CMPC totaliza R\$ 27 bilhões para o Rio Grande do Sul, a maior parte será alocada na Região Centro-Sul, onde será instalada a planta. Compreende outras obras de infraestrutura além do plantio de eucalipto em diversos municípios para abastecer a indústria com

matéria-prima para a produção de celulose.

São exemplos de oportunidades que, se tiradas do papel, levarão a Macrorregião Sul e Fronteira Oeste a um novo patamar.

Paralelamente, diversas outras iniciativas avançam, caso de novos parques eólicos em Santana do Livramento ou a implantação de novas culturas no agro, como o plantio de olivas e uvas – usadas na fabricação de azeite de oliva e vinhos –, que ganham terreno ano após ano.

A matriz tradicional segue forte, com a produção de soja e arroz, esse último com beneficiamento exatamente nessa parte do Rio Grande do Sul. A chamada carne do Pampa também conquista novos mercados, agregando valor com um gado criado a pasto, rastreabilidade e identificação geográfica. Os ovinos, cujo maior rebanho está em Santana do Livramento, também são valorizados, com interesse pela carne de cordeiro.

Livramento, por sinal, sediou o painel da Macrorregião Sul e Fronteira Oeste realizado no Mapa Econômico do RS deste ano. Lideranças regionais ressaltaram o gargalo da infraestrutura, especialmente pela demora na duplicação da rodovia BR-290, o que afeta também a área central do Estado.

A Macrorregião Sul vive, ainda, o desafio da perda de população, so-

frendo com esse efeito ainda antes do Estado. Enquanto no Rio Grande do Sul a projeção é que o número de habitantes comece a cair a partir de 2027, as microrregiões da Campanha, Fronteira Oeste, Sul e Centro-Sul já perderam população entre 2010 e 2022, datas dos últimos Censos do IBGE.

Ainda assim, Sul e Fronteira Oeste estão entre os cinco Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento) com maior população do Estado.

São alguns indicadores que ajudam a analisar como está o desenvolvimento atual dessas regiões, bem como apontar tendências.

Esta é a quarta temporada do projeto Mapa Econômico do RS que traz, com profundidade e dados, potencialidades das diferentes regiões do Estado. O trabalho combina apuração jornalística, entrevistas, análise de informações do poder público e de entidades privadas com reuniões em municípios de diferentes partes do RS. O resultado é um panorama das diferentes cadeias produtivas, mostrando janelas de oportunidades para estimular o desenvolvimento e caminhos para superar desafios.

Percorremos o Rio Grande do Sul em encontros com lideranças regionais, produzindo conteúdos especiais sobre cada macrorregião. Esta é a terceira edição de 2026, e ainda publicaremos outros dois capítulos após os próximos eventos, que estão previstos para 28 de maio em

Ijuí (Macrorregião Norte) e 18 de junho em Porto Alegre (Macrorregião Metropolitana).

Boa leitura!

*Esta é a quarta temporada do Mapa Econômico do RS; no detalhe, capas do capítulo da Região Sul nas edições anteriores*



## EXPEDIENTE

- **Editor-Chefe:** Guilherme Kolling (guilhermekolling@jornaldocomercio.com.br)
- **Editores-executivos:** Fernanda Crancio (fernanda.crancio@jornaldocomercio.com.br) e Mauro Belo Schneider (mauro.belo@jornaldocomercio.com.br)
- **Subeditora de Cadernos Especiais:** Bruna Suptitz (bruna.suptitz@jornaldocomercio.com.br)
- **Reportagem:** Ana Stobbe (ana.stobbe@jcrs.com.br), Eduardo Torres (eduardo.torres@jcrs.com.br), Gabrieli Silva (gabrieli.silva@jcrs.com.br), Ana Esteves e Jefferson Klein
- **Diagramação e arte:** Luís Gustavo Van Ondheusden, Ingrid Müller e Alice Marques

## ÍNDICE

*Dados do PIB em cinco regiões do RS*  
p. 2

*RS volta a perder participação no PIB nacional*  
p. 6

*Macrorregião Sul tem o pior PIB per capita do Estado*  
p. 8, 10 e 12

*Construção civil*  
p. 13

*RS perderá população a partir de 2027*  
p. 14 e 15

*Trabalho formal*  
p. 16 e 17

*Agroindústria e pecuária e no Pampa*  
p. 18 e 19

*Mapa aponta oportunidades para a região*  
p. 20 e 21

*Arroz enfrenta crise e busca novos caminhos*  
p. 22 e 23

*Barragens*  
p. 24

*Rio Grande aguarda investimentos públicos e privados*  
p. 25, 26 e 27

*Potencial eólico*  
p. 28 e 29

*Aviação e rodovias*  
p. 30 e 31

*Setor de serviços em Santana do Livramento*  
p. 32 e 33

*Terras Raras*  
p. 34

*Ensino Superior*  
p. 35

*Vinhos e doces do Sul*  
p. 36

*Quem esteve no evento em Santana do Livramento*  
p. 37 a 39

ENTREGA NO 1º SEMESTRE DE 2026

# NOVA OLARIA

CIDADE BAIXA

MALL | STUDIOS | RESIDENCES

UM ENDEREÇO ÚNICO.  
UM ÍCONE RESSIGNIFICADO.



**STUDIOS, 1, 2 E 3 DORMS. COM SUÍTE**

LOCALIZAÇÃO PRIVILEGIADA PRÓXIMO DA UFRGS,  
SANTA CASA E REDENÇÃO.

BRINQUEDOTECA | COWORKING | ESPAÇO GOURMET  
FITNESS | ROOFTOP COM PISCINA | SALÃO DE FESTAS

**MALL REVITALIZADO** E NOVAS  
OPÇÕES GASTRONÔMICAS

**RUA GEN. LIMA E SILVA, 776**  
CIDADE BAIXA | PORTO ALEGRE



**CYRELA.COM.BR**  
51 3092.8652

 **CYRELA | GOLDSZTEIN**

 **DALLASANTA**

IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO, INCORPORAÇÃO REGISTRADA SOB O R.4 DA MATRÍCULA Nº 165.936 NO 2º RI DE PORTO ALEGRE/RS. PROJETOS POR HYPE STUDIO, MOOMAA, DANIEL DILLENBURG E CÁSSIA KROEFF. IMAGENS ILUSTRATIVAS.COMERCIALIZAÇÃO: CRECI SELLER 23030 JS.

## CONJUNTURA

# RS voltou a perder participação no PIB nacional

**Com clima adverso para a safra, PIB cresceu apenas 0,9% ao longo de 2025, o que reduziu a contribuição na economia nacional de 6,02% para 5,9%**

Ana Stobbe

O Produto Interno Bruto (PIB) do Rio Grande do Sul tem um componente de grande peso: a agropecuária. Dependente do clima, ela faz com que a economia gaúcha oscile de acordo com as safras boas e as frustradas. Isso porque, quando a atividade primária vai mal, toda a cadeia do agronegócio — incluindo a atividade industrial — é impactada. E foi justamente por problemas climáticos que o Estado voltou a perder

participação no PIB do Brasil.

Nos anos 2020, o clima foi um ator importante no cenário econômico do RS. Afinal, sucessivas safras frustradas por estiagens derrubaram a relevância do Estado perante o País. Nos últimos seis anos, apenas 2021 pode ser visto como verdadeiramente positivo — justamente quando o PIB estadual cresceu 9,3% e a participação no PIB nacional subiu de 6,2% para 6,5%, o mesmo patamar de 2019. Entretanto, em seus piores momentos, nos anos de 2022 e 2023, o índice chegou aos 5,9%.

A economia ensaiou uma retomada em 2024, o ano da trágica enchente que abalou o Rio Grande do Sul. Sem uma forte estiagem como a dos anos anteriores, a perspectiva era boa para a safra. Entretanto, as fortes chuvas trouxeram perdas

de camadas superficiais do solo e das colheitas que ainda não haviam sido realizadas, incluindo parte das lavouras de soja e de milho. Mesmo assim, foi possível recuperar um pouco da participação perdida, subindo a contribuição estadual no PIB brasileiro para 6,2%.

“Como a maior parte da soja e do milho já tinha sido colhida, a enchente não gerou uma perda muito grande na agropecuária. A indústria foi afetada em um primeiro momento, com a perda dos bens de capital, mas se recuperou. A produção caiu em maio, voltou em junho e depois se estabilizou. E o comércio disparou, porque as pessoas precisavam repor seus eletrodomésticos, automóveis, etc. Material de construção, por exemplo, foi um setor que subiu bastante”, explica o economista do

Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (DEE-RS), Martinho Lazzari.

A isso, conforme o pesquisador, se somaram as políticas de transferência de renda para pessoas atingidas pelas cheias e recursos injetados em obras de recuperação da infraestrutura — pública e privada. “Isso tudo fez girar bastante a economia. E o PIB do Estado cresceu 4,9% em 2024, um aumento maior do que o do PIB do Brasil”, acrescenta.

Mas 2025 não foi generoso e a participação do Rio Grande do Sul no PIB nacional caiu para 5,9% novamente. “O ano começou bem, as safras de arroz, milho, fumo e uva, foram muito bem, cresceram bem. Só que veio uma estiagem um pouco tardia, que atingiu a soja, que teve uma quebra de 25%. Como é o

principal produto, isso acabou fazendo com que a agropecuária caísse no ano 6,8%, dada a representatividade que esse produto tem no setor. Ao final do ano, crescemos 0,9%, abaixo do Brasil, que cresceu 2,3%”, explica.

A indústria, por outro lado, teve um bom desempenho, mas não foi capaz, sozinha, de segurar a economia. Já o comércio desacelerou, em uma tendência natural após a disparada causada pela necessidade de reposição dos bens atingidos pelas enchentes. Ambos os setores tiveram indicadores semelhantes aos nacionais.

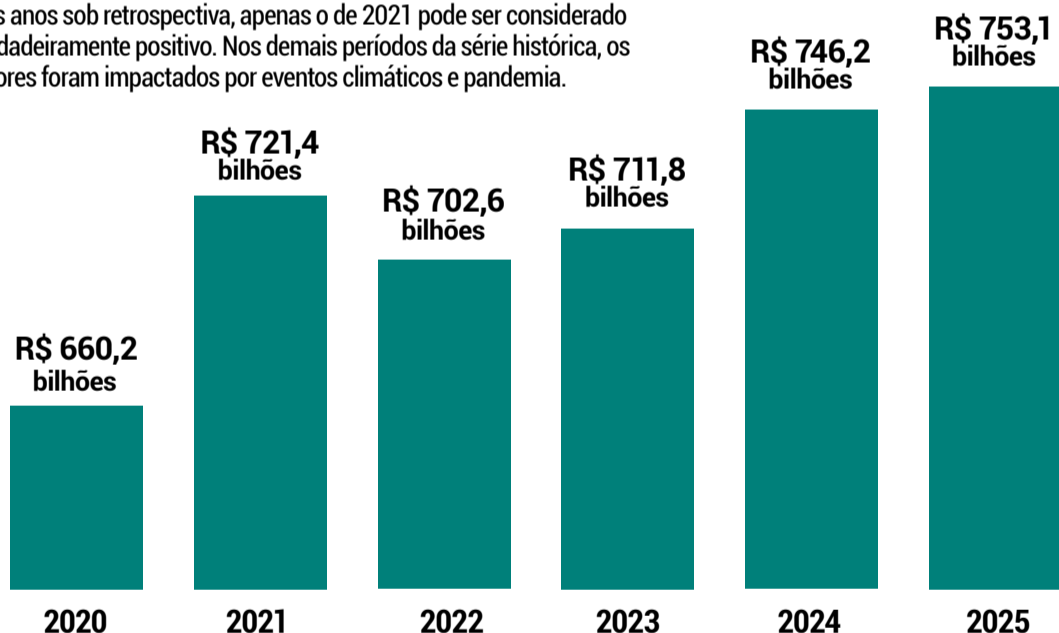
Um desafio que diferentes setores enfrentaram em 2025 foi a imposição de tarifas a produtos brasileiros importados pelos Estados Unidos. Mas, no PIB, as consequências foram menores do que o esperado.

## Evolução do PIB\* nos anos 2020

FONTE: SPGG-RS/DEE-RS, IBGE

\* PIB real (valor a preços constantes)

Entre 2020 e 2025, o PIB gaúcho passou por muitas oscilações. Dos seis anos sob retrospectiva, apenas o de 2021 pode ser considerado verdadeiramente positivo. Nos demais períodos da série histórica, os valores foram impactados por eventos climáticos e pandemia.



## A evolução do PIB do Rio Grande do Sul nos anos 2020 (em R\$)

Ano	Valor nominal (a preços correntes)	Valor a preços constantes de 2025 (PIB real)	Varição em relação ao ano anterior
2020	R\$ 470.941.846.049	R\$ 660.227.951.408	-7,2%
2021	R\$ 581.283.677.303	R\$ 721.490.948.672	9,3%
2022	R\$ 593.633.656.208	R\$ 702.644.155.038	-2,6%
2023	R\$ 650.107.022.418	R\$ 711.850.523.402	1,3%
2024	R\$ 715.569.669.894	R\$ 746.262.063.585	4,8%
2025	R\$ 753.193.545.501	R\$ 753.193.545.501	0,9%

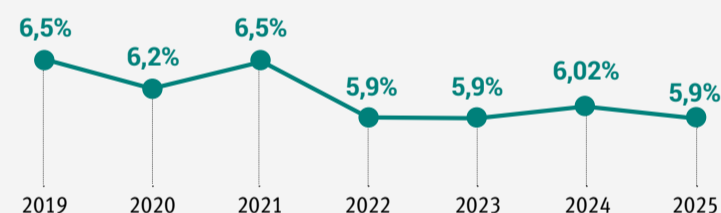
FONTE: SPGG-RS/DEE-RS, IBGE

**PIB nominal** é o valor total de todos os bens e serviços finais produzidos durante um determinado período (geralmente um ano ou um trimestre), calculado a preços correntes, ou seja, aos preços vigentes no próprio período considerado, sem ajuste pela inflação. Ou seja, PIB nominal e PIB a preços correntes é a mesma coisa.

**Valor do PIB a valores constantes** (também chamado de PIB real) é o valor ajustado pela inflação. Ou seja, é o PIB calculado com base nos preços de um ano-base fixo, para que se possa medir o crescimento real da economia ao longo do tempo.

## Participação do Rio Grande do Sul no PIB do Brasil nos últimos anos

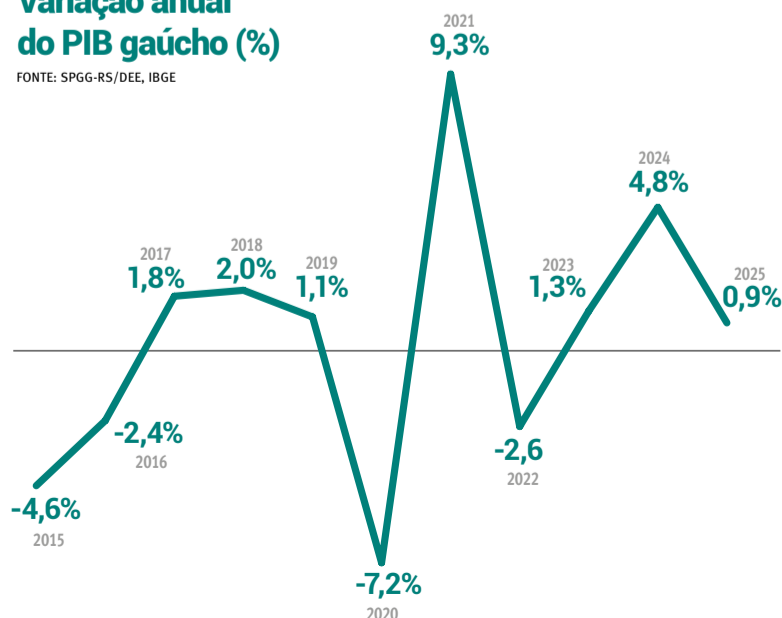
FONTE: SPGG-RS/DEE-RS, IBGE



Os problemas climáticos enfrentados pelo Estado nos últimos anos puxaram para baixo a participação do Rio Grande do Sul no PIB nacional. Nos últimos seis anos, apenas 2021 não teve estiagem ou enchente, o que garantiu safra cheia e alta na atividade econômica, a ponto de o PIB gaúcho recuperar espaço na fatia nacional. Em 2024, a retomada pós-enchente ajudou na recuperação, mas o indicador voltou a recuar no ano seguinte, e fechou 2025 com o mesmo patamar dos anos de 2022 e 2023, abaixo de 6% de representação no PIB do Brasil.

## Varição anual do PIB gaúcho (%)

FONTE: SPGG-RS/DEE-RS, IBGE





# CREA-RS

Conselho Regional de Engenharia  
e Agronomia do Rio Grande do Sul

---

## CONTRATE UM PROFISSIONAL LEGALMENTE HABILITADO

---

NOSSA GESTÃO, NOSSO PROPÓSITO



## REPORTAGEM ESPECIAL

# Macrorregião Sul tem o pior PIB per capita do Rio Grande do Sul

**Baixa industrialização e dependência econômica da agropecuária justificam indicador inferior ao restante das regiões gaúchas**

Ana Stobbe

A Macrorregião Sul, composta pelas regiões Sul, Centro-Sul, Campanha e Fronteira Oeste, concentra alguns dos piores indicadores econômicos e sociais do Rio Grande do Sul. Entre eles, está o baixo Produto Interno Bruto (PIB) per capita, influenciado por uma dependência econômica da agropecuária, bastante castigada pelo clima nos últimos anos, e uma industrialização ainda incipiente.

Diferentemente de outras macrorregiões, os indicadores entre as áreas que compõem a faixa Sul do Estado não variam abruptamente. Há apenas R\$ 7,4 mil de diferença entre o pior PIB per capita, na Fronteira Oeste (R\$ 40.088,79), e o mais elevado, na Campanha (R\$ 47.493,45). Ao analisar o ranking dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) organizados pelos valores do indicador, todos os territórios dessa porção do Estado ocupam a metade

inferior da tabela.

Entretanto, nem todos os municípios possuem indicadores negativos. Enquanto Candiota tem um PIB per capita elevado, possivelmente relacionado à economia gerada pela usina termelétrica instalada na cidade, Rio Grande e Pelotas têm uma maior industrialização, especialmente atrelada ao porto local. Mas, conforme o pesquisador do Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (DEE-RS), Martinho Lazzari, há intensas variações na produtividade em virtude das demandas flutuantes do polo naval.

Mas há diversos fatores que explicam as diferenças entre as macrorregiões gaúchas em termos de PIB per capita, conforme o economista: "se pegar a agropecuária, a região de Passo Fundo, Cruz Alta e Erechim planta soja, milho e trigo, que são altamente produtivos. Os melhores indicadores também estão em áreas mais industriais do Estado, como Região Metropolitana, Serra, Vale do Taquari, e a porção Norte. E alguns municípios contam com serviços especializados, de maior valor agregado", exemplifica.

Na equação, é fácil compreender. Crescem as áreas com alta

produtividade agrícola e industrial – no caso do Rio Grande do Sul, muitas vezes, como parte de uma mesma cadeia, onde as indústrias estão associadas ao setor primário –, assim como as que se consolidam como polos de oferta de serviços especializados.

E o que também patina é a industrialização, com indicadores que apenas superam o Sul, é a

Macrorregião Central, que, no entanto, possui variações entre os Coredes que a compõem. "Teve crescimento nos últimos anos da produção de soja, que desceu das Missões para locais como Santiago e Cachoeira do Sul. Mas é uma região, como um todo, que tem pouca indústria. E, muitas vezes, os serviços qualificados, de maior valor agregado, têm relação com a atividade industrial",

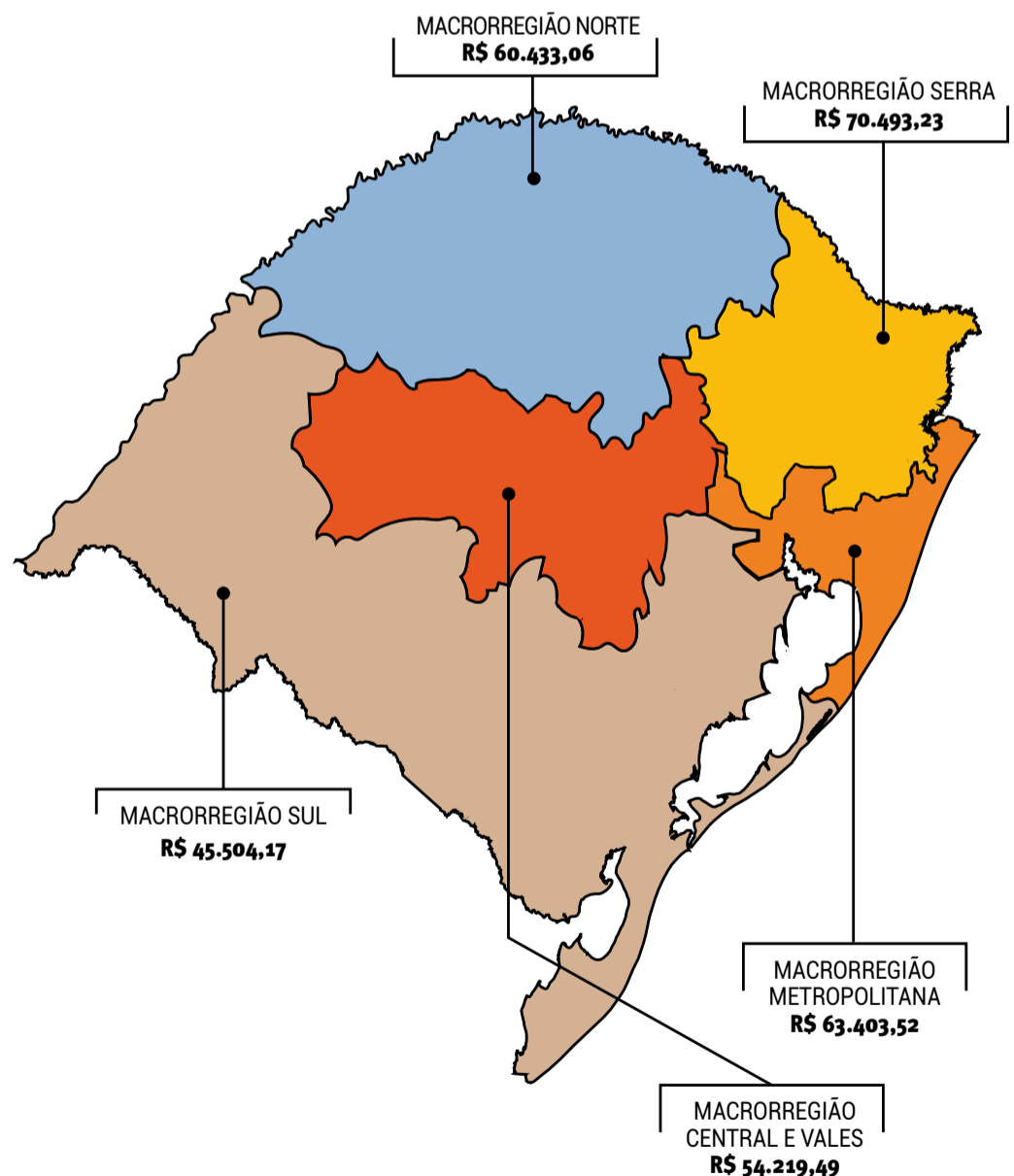
acrescenta Lazzari.

Isso impacta diretamente a geração de empregos na região, que, assim como o PIB, tem o mais baixo indicador entre as regiões do Estado. Analisando o retrospecto dos últimos seis anos, sempre tendo como referência o mês de janeiro, é perceptível uma estagnação da geração de vagas na metade Sul do Rio Grande do Sul.

## PIB per capita por macrorregião

Valores de 2023, os mais recentes disponíveis

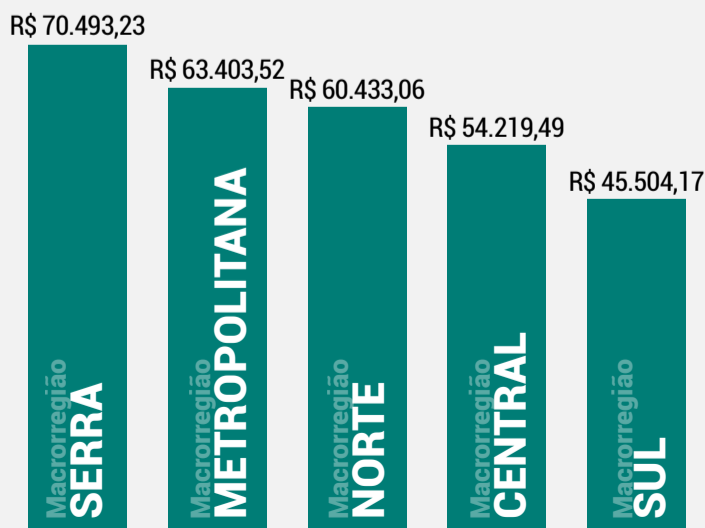
FONTE: SPGG-RS/DEE E IBGE



## Ranking do Produto Interno Bruto per capita por macrorregião (dados de 2023)

FONTE: SPGG-RS/DEE E IBGE

A Macrorregião Sul tem os menores valores de PIB per capita do Rio Grande do Sul, conforme dados do Departamento de Economia e Estatística (DEE-RS) e IBGE. Desde o início da série histórica, em 2002, a evolução dos valores não alterou a disparidade entre as regiões.



**A distribuição** do PIB per capita nas macrorregiões do Rio Grande do Sul evidencia valores mais altos nas áreas com maior produtividade agrícola e industrial, assim como aquelas que se consolidam como polos de oferta de serviços especializados. Com cenário consolidado há mais de duas décadas, a tendência observada é de manutenção da configuração dos maiores PIBs per capita do Estado nas macrorregiões da Serra, Metropolitana e Norte, e menores nas macrorregiões Central e Sul.

grupo | **ável.**

# Grupo Ável anuncia Alcindo Canto Neto

ex-presidente da BV Asset,  
como conselheiro consultivo

O Grupo Ável anuncia a chegada de Alcindo Costa Canto Neto ao seu Conselho Consultivo, reforçando a governança e a visão estratégica da companhia em um momento decisivo de crescimento.

Com mais de três décadas de atuação na gestão de recursos e na banca privada, Alcindo passa a contribuir com a empresa em uma agenda voltada à expansão sustentável, à qualificação das decisões estratégicas e à construção de longo prazo.

Saiba mais  
sobre a Ável



@avel.me

Inteligência para cada etapa  
da sua vida financeira



## REPORTAGEM ESPECIAL

# Serra possui o maior PIB per capita do Estado

**Atividades produtivas com alto valor agregado recebem destaque na composição do Produto Interno Bruto da região**

Ana Stobbe

Uma das áreas mais dinâmicas do Rio Grande do Sul, a Macrorregião da Serra tem se desenvolvido intensamente. Concentrando 17,2% do Produto Interno Bruto (PIB) gaúcho, essa área do Estado também tem atraído população. E a combinação desses fatores resulta em uma alta produtividade, transformando esta na porção do RS com o maior PIB per capita.

Composta pelas regiões da Serra, Hortênsias, Campos de Cima da Serra, Paranhana e Encosta da Serra e Vale do Caí, a macrorregião se fortalece com base no forte polo metalmeccânico e em atividades de alto valor agregado. É com base nisso que se constrói o indicador.

“A Serra engloba aquela região de Caxias do Sul, Bento Gonçalves, Farroupilha e Carlos Barbosa, municípios que têm indústrias muito fortes, como a metalmeccânica e a moveleira. São empregos que geram uma produtividade maior e, conseqüentemente, uma produção e renda maiores. É uma área que tem atraído população exatamente

pela oferta de trabalho”, explica o economista e pesquisador do Departamento de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (DEE-RS), Martinho Lazzari.

Ao analisar os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), classificação utilizada pelo governo estadual gaúcho e que divide o território gaúcho em 28 zonas, é perceptível a pujança justamente na região onde está a conurbação entre as cidades citadas pelo pesquisador. Afinal, o Corede Serra é o segundo no ranking do PIB per capita seguindo essa divisão, atrás apenas do Alto Jacuí, na Macrorregião Norte.

ACERVO APROVALE/DIVULGAÇÃO/JC



Alta industrialização, produtos com indicação geográfica e turismo são fatores que favorecem resultado na Serra

## Regiões Norte e Metropolitana possuem bons indicadores

Não é apenas a Serra que tem apresentado bom desempenho ao dividir o seu PIB pela sua população. “Ao olhar as regiões, é possível traçar uma linha e dividir o Estado, saindo da região de Santa Rosa e chegando na Metropolitana. E essa parte de cima é a área mais desenvolvida em termos econômicos e, de certa maneira, sociais também. Por outro lado, as porções sul, central e noroeste do RS têm indicadores menores”, analisa Lazzari.

A Macrorregião Metropolitana é a que concentra as maiores fatias populacionais e econômicas

do Estado. Enquanto 37,3% dos gaúchos residem lá, conforme os dados do último Censo do IBGE, de 2022, 39,61% do PIB de 2023 estava nessa faixa que engloba a Região Metropolitana de Porto Alegre, o Vale do Sinos e o Litoral Norte. Mesmo assim, ela não lidera no PIB per capita.

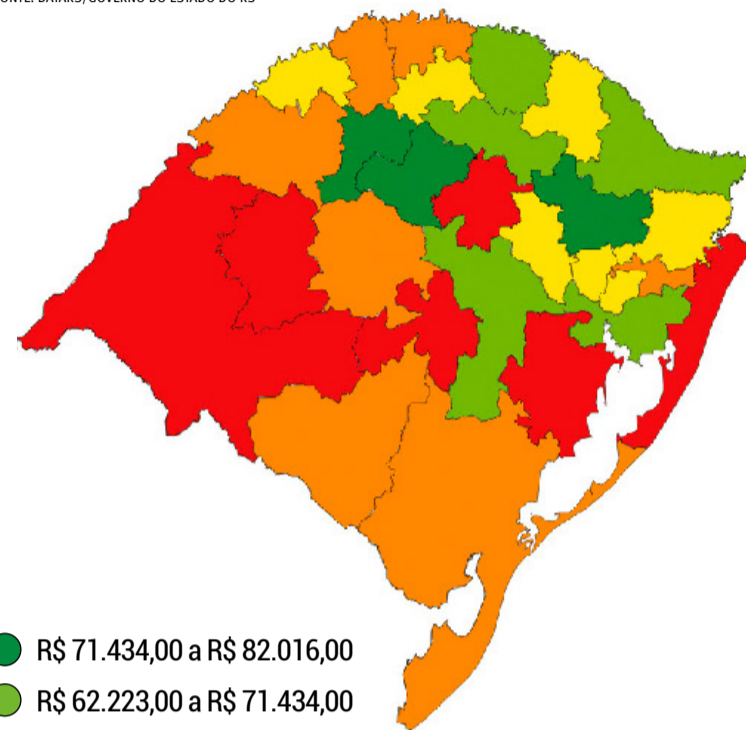
“São regiões muito populosas. E as que têm o PIB per capita maior são áreas menos povoadas, que muitas vezes, têm uma alta concentração industrial numa região menor. E é uma parte do Estado que tem municípios muito ricos, como

Porto Alegre, Canoas e Novo Hamburgo. Mas outros, como Alvorada e Viamão, têm uma condição bem inferior. Na média, acaba ficando para trás”, explica Lazzari.

A Macrorregião Norte ocupa a terceira posição, fruto de sua agropecuária com alto valor agregado, de indústrias ligadas ao setor primário — como a de máquinas e equipamentos — e a consolidação de algumas de suas cidades como polos de serviços especializados. Entretanto, áreas mais próximas à Fronteira Noroeste apresentam indicadores menores.

## Variação do Produto Interno Bruto per capita nos Coredes - dados de 2023

FONTE: DATARS/GOVERNO DO ESTADO DO RS



- R\$ 71.434,00 a R\$ 82.016,00
- R\$ 62.223,00 a R\$ 71.434,00
- R\$ 47.923,00 a R\$ 62.223,00
- R\$ 42.847,00 a R\$ 47.923,00
- R\$ 37.375,00 a R\$ 42.847,00

## Ranking do Produto Interno Bruto (PIB) per capita por Corede (em 2023)

Corede	PIB per capita em 2023
1º Alto Jacuí	R\$ 82.015,99
2º Serra	R\$ 77.883,65
3º Noroeste Colonial	R\$ 71.433,51
4º Produção	R\$ 68.669,78
5º Norte	R\$ 67.985,44
6º Campos de Cima da Serra	R\$ 66.911,26
7º Região Metropolitana	R\$ 64.761,88
8º Vale do Rio Pardo	R\$ 62.223,17
9º Vale do Sinos	R\$ 61.090,03
10º Vale do Caí	R\$ 60.817,94
11º Vale do Taquari	R\$ 60.142,45
12º Nordeste	R\$ 59.787,66
13º Fronteira Noroeste	R\$ 56.558,53
14º Hortênsias	R\$ 56.499,26
15º Campanha	R\$ 47.922,67
16º Rio da Várzea	R\$ 47.493,45
17º Sul	R\$ 46.575,42
18º Missões	R\$ 45.700,84
19º Vale do Paranhana e Encosta da Serra	R\$ 44.835,71
20º Médio Alto Uruguai	R\$ 44.147,23
21º Região Central	R\$ 43.555,54
22º Celeiro	R\$ 42.847,07
23º Alto da Serra do Botucaraí	R\$ 42.054,42
24º Jacuí Centro	R\$ 41.782,75
25º Centro-Sul	R\$ 41.077,89
26º Fronteira Oeste	R\$ 40.088,79
27º Vale do Jaguarí	R\$ 39.302,68
28º Litoral	R\$ 37.374,68
<b>RS</b>	<b>R\$ 57.930,00</b>
<b>Brasil</b>	<b>R\$ 49.157,00</b>

FONTE: DEE-RS/IBGE

# A nova era do atendimento público: como a Elevcode transforma a relação entre prefeituras e cidadão

ELEVCODE/ DIVULGAÇÃO/ JC

Com a plataforma AtendeCidadão e o uso de inteligência artificial, a Elevcode, liderada por William Ricaldes, propõe um novo modelo de gestão pública digital, centrado no cidadão.

Por muitos anos, o acesso a serviços públicos no Brasil foi marcado por filas, papeladas e processos lentos. A Carta de Serviços ao Cidadão, embora criada para garantir transparência, permaneceu restrita a documentos estáticos, distantes da realidade digital exigida pela sociedade.

Com a promulgação da Lei do Governo Digital (Lei 14.129/2021), o País estabeleceu um novo marco: os serviços públicos devem ser, por padrão, digitais, integrados e orientados ao cidadão. É nesse contexto que a Elevcode atua, com a proposta de transformar essa diretriz em prática.

## Muito além da digitalização

A transformação digital no setor público vai além da simples disponibilização de serviços online. Ela exige integração entre sistemas, automação de processos e inteligência para lidar com a complexidade da gestão pública.

A Elevcode desenvolveu o AtendeCidadão, uma plataforma que não apenas digitaliza a Carta de Serviços, mas a converte em uma operação dinâmica, integrada e automatizada. A solução conecta secretarias, sistemas e cidadãos em um único ambiente.

Segundo o CEO William Ricaldes, enquanto outras ferramentas se limitam à criação de portais, a proposta do AtendeCidadão é resolver a demanda do cidadão de forma direta. "O cidadão não quer saber qual secretaria é responsável. Ele quer resolver sua necessidade com rapidez e sem complicações", afirma. A plataforma organiza e gerencia todo o fluxo de atendimento de forma integrada.



Tecnologia e inteligência artificial redefinem o acesso aos serviços públicos no Brasil

## Impactos na prática

Na prática, o que antes era um documento informativo passa a ser um portal dinâmico de serviços. A solução também funciona como um sistema de protocolos digitais com acompanhamento em tempo real, uma central unificada de atendimento ao cidadão e um ambiente integrado entre diferentes órgãos e CNPJs, com rastreabilidade, transparência e eficiência operacional.

## Inteligência artificial como diferencial

Um dos principais diferenciais do AtendeCidadão está na aplicação de agentes de inteligência artificial que atuam nos bastidores da operação. Esses agentes são capazes de atender automaticamente solicitações, classificar e encaminhar demandas, identificar pendências, solicitar documentos, monitorar prazos e contribuir para o cumprimento de acordos de nível de serviço (SLAs).

De acordo com Ricaldes, a tecnologia não substitui o trabalho do servidor público, mas o potencializa. "Enquanto a máquina cuida das tarefas repetitivas e operacionais, o servidor pode se concentrar em atividades que exigem julgamento humano", destaca. O resultado, segundo ele, é a redução da sobrecarga e o ganho de agilidade.

## Gestão orientada por dados

A plataforma também oferece uma visão estratégica da operação pública, com indicadores como tempo médio de atendimento por serviço, identificação de gargalos por secretaria, volume de demandas por região e métricas de eficiência e produtividade. Trata-se de uma nova camada de governança baseada em dados.

## O cidadão no centro

Para a Elevcode, a principal transformação não é apenas tecnológica, mas cultural. O cidadão deixa de ser

um agente passivo e passa a ocupar o centro da experiência. Com acesso digital, acompanhamento transparente e respostas mais rápidas, a relação com o poder público tende a se tornar mais eficiente e acessível.

## Sobre o AtendeCidadão

O AtendeCidadão é a solução desenvolvida pela Elevcode para prefeituras que buscam atender às exigências da Lei do Governo Digital sem a necessidade de grandes investimentos em infraestrutura. A plataforma unifica o atendimento ao município em um único canal digital, integra secretarias e sistemas legados, utiliza agentes de inteligência artificial para classificação e encaminhamento automático de demandas, disponibiliza painéis de indicadores em tempo real e garante rastreabilidade completa dos protocolos.

Segundo a empresa, a ferramenta já foi implementada em cidades de dife-

rentes portes, com resultados como a redução de até 65% no tempo de resposta e aumento na satisfação dos cidadãos.

## Um caminho sem volta

A digitalização do atendimento público deixou de ser uma tendência para se tornar uma exigência legal, operacional e social. Prefeituras que avançam nesse processo não apenas cumprem a legislação, como também elevam o padrão de serviço prestado à população.

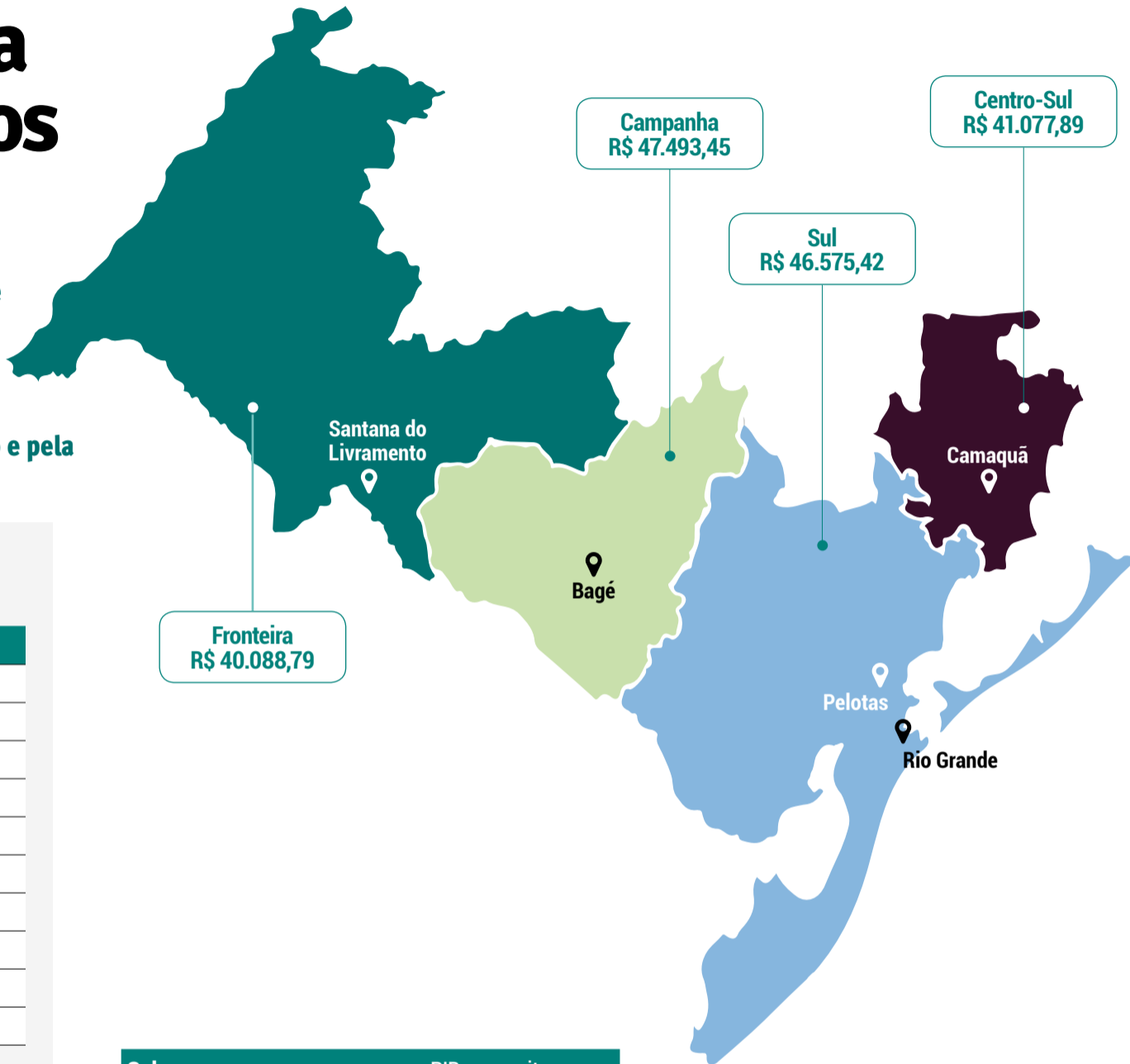
## Sobre a Elevcode

A Elevcode é uma empresa de tecnologia especializada no desenvolvimento de plataformas digitais e agentes de inteligência artificial, com foco na transformação da gestão pública e na modernização do atendimento ao cidadão. Sob a liderança de William Ricaldes, a companhia vem se consolidando como referência em soluções de governo digital no Brasil.

REPORTAGEM ESPECIAL

# PIB per capita por municípios e Coredes

A Macrorregião Sul tem PIB per capita de R\$ 45,5 mil, com variação na casa dos R\$ 7,4 mil entre as microrregiões (Coredes); nos municípios, a variação chega a R\$ 136 mil, indo de R\$ 158,6 mil em Candiota, puxada pela mineração e pela termelétrica, a R\$ 22,5 mil em Cerrito



### Ranking de maiores PIBs per capita da Macrorregião Sul (em R\$)

Cidade	PIB per capita
1º Candiota	158.672,67
2º Santa Margarida do Sul	107.207,28
3º Aceguá	91.688,37
4º Pedras Altas	83.867,92
5º Chuí	83.417,38
6º Maçambará	83.155,54
7º Barra do Quaraí	78.422,54
8º Rio Grande	73.510,58
9º Santa Vitória do Palmar	64.252,62
10º Dom Pedrito	61.874,27

Fronteira Oeste	PIB per capita
Santa Margarida do Sul	107.207,28
Maçambará	83.155,54
Barra do Quaraí	78.422,54
Itaqui	57.843,30
São Gabriel	45.872,18
Manoel Viana	44.602,59
Alegrete	42.840,36
São Borja	42.737,25
Rosário do Sul	40.903,98
Itacurubi	38.177,55
Santana do Livramento	37.237,35
Uruguaiana	33.406,32
Quaraí	30.640,71

Campanha	PIB per capita
Candiota	158.672,67
Aceguá	91.688,37
Dom Pedrito	61.874,27
Lavras do Sul	51.675,97
Hulha Negra	38.296,52
Bagé	37.432,95
Caçapava do Sul	36.161,85

Sul	PIB per capita
Pedras Altas	83.867,92
Chuí	83.417,38
Rio Grande	73.510,58
Santa Vitória do Palmar	64.252,62
Arroio Grande	54.989,64
São José do Norte	50.051,63
Turuçu	47.185,14
Piratini	42.525,18
São Lourenço do Sul	40.953,48
Jaguarão	38.897,93
Pelotas	38.322,06
Arroio do Padre	37.149,25
Canguçu	36.745,73
Santana da Boa Vista	33.831,05
Amaral Ferrador	32.778,62
Pedro Osório	32.391,10
Capão do Leão	32.243,04
Herval	32.205,23
Pinheiro Machado	31.915,07
Tavares	26.079,10
Morro Redondo	25.343,39
Cerrito	22.583,64

Centro-Sul	PIB per capita
Sertão Santana	58.770,38
Arambaré	56.804,85
Charqueadas	53.050,97
Camaquã	50.718,28
Barra do Ribeiro	47.529,99
Tapes	43.150,07
Cristal	41.174,16
Minas do Leão	38.782,22
Chuívisca	35.548,18
Sentinela do Sul	33.904,52
São Jerônimo	33.872,85
Dom Feliciano	32.041,92
Mariana Pimentel	30.078,40
Butiá	29.714,98
Arroio dos Ratos	27.736,77
Cerro Grande do Sul	27.361,09
Barão do Triunfo	24.188,70

CONSTRUÇÃO CIVIL

# Aumento de população e economia aquecida alavancam construção civil

**Lançamentos disparam em polos regionais como Hortênsias, Litoral Norte, Vale do Taquari e Passo Fundo**

Ana Stobbe

O mercado da construção civil está aquecido em diversos locais do Rio Grande do Sul, mas é possível identificar alguns polos que avançam mais rapidamente. Por trás disso há algumas explicações: são áreas nas quais a população cresce mais rapidamente ou que concentram indústrias e serviços, ou seja, onde a economia também está sendo alavancada.

O Vale do Taquari, por exemplo, está crescendo consideravelmente. Na edição de 2025 do Mapa Econômico do RS, a situação ficou evidente, relacionada a migrações intrarregionais devido às enchentes de 2023 e 2024. Apenas em Teutônia, conforme apuração do Jornal do Comércio, foram acrescentados 3 mil novos moradores no pós-cheias aos 32.797 habitantes que já residiam no município, segundo o Censo de 2022.

Na construção civil da região, o número se reflete. Afinal, houve um aumento de 623% nas unidades verticais lançadas ao longo do primeiro semestre de 2025 em relação ao mesmo período do ano anterior, passando, em números absolutos, de 60 para 434. Os dados são de um estudo encomendado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs) à Brain Inteligência Estratégica.

"A região de Lajeado se destaca, tem uma pujança financeira grande e é um polo da construção civil, embora num estágio um pouquinho menor do que outros. Dizemos que o RS tem pontos que vão se destacando e Lajeado também é um local importante", descreve o então presidente do Sindicato das Indústrias da Construção Civil (Sinduscon-RS) no período

da análise, Claudio Teitelbaum.

Outra região em franca expansão é o Litoral Norte, que concentra o maior aumento populacional entre os dois últimos Censos: 25,8%. E é lá onde está o segundo metro quadrado vertical mais caro do Estado, atrás apenas da conurbação formada por Gramado e Canela – outro local que cresce demograficamente acima de dois dígitos. "Estão crescendo muito no Estado os imóveis turísticos e de lazer. Nisso, entram Gramado, a Serra Gaúcha e até mesmo a Campanha (na Macrorregião Sul), que está investindo em olivicultura e enoturismo. E o Litoral Gaúcho está tendo um bom desempenho de vendas nesse sentido e, também, como segunda moradia. Esses são braços que devem puxar o mercado imobiliário", acrescenta Teitelbaum.

Não à toa, Gramado foi a cidade escolhida para sediar um dos 18 investimentos bilionários anunciados ou realizados no Rio Grande do Sul em 2025, justamente no setor de lazer e moradia: o Sirena Gramado, com aporte de R\$ 1,2 bilhão.

Vale ressaltar que, entre 2010 e 2022, datas dos últimos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apenas três Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) apresentaram aumento populacional de dois dígitos: Vale do Taquari, Litoral Norte e Hortênsias. Todas elas também se destacam em crescimento na construção civil.

Por outro lado, há cidades que aumentam a oferta de serviços, recebem cada vez mais indústrias e, conseqüentemente, passam a crescer economicamente. E o mercado de trabalho aquecido não apenas a auxilia a ampliar sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, mas, também, a atrair novos moradores.

Passo Fundo e Caxias do Sul são exemplos disso: cidades que se transformaram em polos econômicos regionais e que têm crescido no ramo da construção.

## Ranking de população no RS por Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)

Corede	População 2010	População 2022	Varição	Percentual da população gaúcha	Macrorregião no Mapa Econômico
1. Metropolitano	2.420.362	2.356.190	-2,65%	21,6%	Metropolitana
2. Vale do Rio dos Sinos	1.290.417	1.332.814	3,29%	12,2%	Metropolitana
3. Serra	862.377	940.311	9,04%	8,6%	Serra
4. Sul	843.206	819.462	-2,46%	7,5%	Sul
5. Fronteira Oeste	530.150	509.159	-3,96%	4,6%	Sul
6. Vale do Rio Pardo	418.093	424.237	1,47%	3,9%	Central e Vales
7. Central	391.555	393.423	0,48%	3,6%	Central e Vales
8. Litoral	296.083	372.693	25,87%	3,4%	Metropolitana
9. Produção	338.049	369.768	9,38%	3,4%	Norte
10. Vale do Taquari	327.723	361.273	10,24%	3,3%	Central e Vales
11. Centro-Sul	253.461	245.561	-3,12%	2,25%	Sul
12. Missões	247.996	240.593	-2,99%	2,21%	Norte
13. Norte	221.418	222.274	0,39%	2,0%	Norte
14. Campanha	216.269	215.447	-0,38%	1,97%	Sul
15. Paranhana-Encosta da Serra	204.850	209.953	2,49%	1,92%	Serra
16. Fronteira Noroeste	203.487	209.168	2,79%	1,92%	Norte
17. Vale do Caí	169.632	185.756	9,51%	1,7%	Serra
18. Noroeste Colonial	166.607	175.309	5,22%	1,6%	Norte
19. Médio Alto Uruguai	148.388	154.343	4,01%	1,42%	Norte
20. Alto Jacuí	155.278	152.876	-1,55%	1,4%	Norte
21. Hortênsias	126.965	149.675	17,89%	1,3%	Serra
22. Celeiro	141.502	135.755	-4,06%	1,25%	Norte
23. Jacuí Centro	143.402	133.980	-6,57%	1,23%	Central e Vales
24. Nordeste	126.798	130.933	3,26%	1,20%	Norte
25. Rio da Várzea	130.548	129.702	-0,65%	1,19%	Norte
26. Vale do Jaguarí	117.266	111.066	-5,29%	1,0%	Central e Vales
27. Campos de Cima da Serra	98.020	100.839	2,89%	0,93%	Serra
28. Alto da Serra do Botucaraí	100.027	98.045	-1,98%	0,90%	Norte
<b>Total - Rio Grande do Sul</b>	<b>10.693.929</b>	<b>10.882.965</b>	<b>1,77%</b>	<b>100%</b>	

FONTE: IBGE

PREFEITURA DE TEUTÔNIA/DIVULGAÇÃO/JC



Teutônia, município no Vale do Taquari, registrou aumento populacional e de postos de trabalho

## Saiba onde houve crescimento populacional no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2022

O Rio Grande do Sul ganhou pouca população entre 2010 e 2022, anos em que foram realizados os últimos Censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Apenas 3 dos 28 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) cresceram demograficamente com índices de dois dígitos:

- 📍 **Litoral Norte +25,8%**
- 📍 **Hortênsias +17,89%**
- 📍 **Vale do Taquari +10,24%**

## DEMOGRAFIA

# Rio Grande do Sul deverá começar a perder população a partir de 2027

## Transição demográfica está mais acelerada no RS do que em outros estados do Brasil

Ana Stobbe

A população brasileira está envelhecendo. Em um cenário no qual mulheres têm menos filhos e a longevidade cresce, a tendência é de que o número de moradores comece a diminuir. Essa realidade está mais acentuada no Rio Grande do Sul, que concentra 19 das 20 cidades brasileiras com mais idosos, conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de

2022. Entre os gaúchos, o número de habitantes deverá começar a cair já em 2027, enquanto, no nível nacional, a projeção é de que isso aconteça apenas em 2042.

Um dos principais motivos é a queda nas taxas de fecundidade — ou seja, a média de filhos para cada mulher. A redução é fruto de variáveis como o aperfeiçoamento e a disseminação de métodos contraceptivos, aliada ao aumento da escolaridade.

“O pico de nascimentos foi na década de 1980, uma geração que teve uma quantidade maior de pessoas e que entrou em idade reprodutiva até o início dos anos 2000. Nessa época, as mulheres já estavam tendendo a ter menos filhos, mas

tinha essa crescente de mulheres chegando na idade reprodutiva, o que compensava um pouco a queda de fecundidade. Mas chegamos ao contexto atual, em que já reduziu o número de mulheres chegando à idade reprodutiva aliado à queda das taxas de fecundidade”, explica o gerente de projeções e estimativas do IBGE, Márcio Mitsuo Minamiguchi.

Atualmente, as regiões Sul e Sudeste do Brasil têm os indicadores mais baixos do País, incluindo as maiores idades médias em que as mulheres se tornam mães. No Rio Grande do Sul, em 2010, as gaúchas tinham seus filhos, em média, aos 27,8 anos. Em 2022, aos 29 anos, a segunda maior média do País,

abaixo apenas do Distrito Federal (29,3 anos).

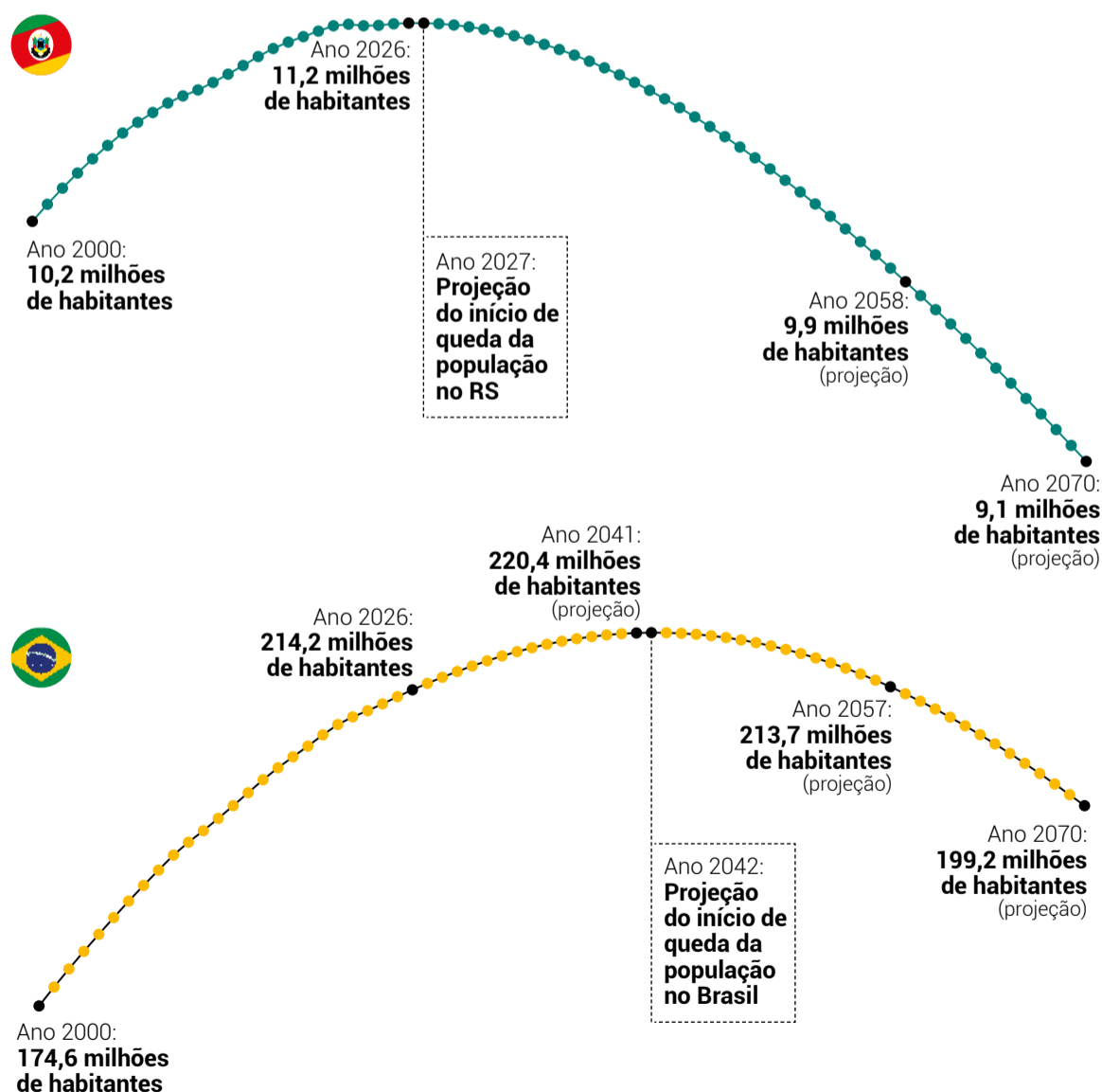
A isso, soma-se um problema: um alto índice de gaúchos deixando o Estado, movimento que não é compensado pela chegada de novos residentes. “Quando ainda existia uma diferença grande entre o total de nascimentos e o total de óbitos, mesmo perdendo população por migração, ainda a população crescia. Agora, como essa diferença vem se estreitando, a capacidade de manter o crescimento, mesmo com saldo migratório negativo, tem diminuído”, acrescenta Minamiguchi.

O Rio Grande do Sul possui mais emigrantes do que imigrantes, com um saldo migratório negativo

de 77.839 habitantes no Censo de 2022. Conforme o IBGE, a taxa líquida de migração, que mede a parcela populacional que um local perdeu ou ganhou pelos movimentos migratórios, foi de -0,72%.

“Todos os cenários preveem um saldo migratório negativo para o Rio Grande do Sul. E o efeito das enchentes também não foi de atrair moradores. Esse tipo de crise pode atrair mão de obra em um primeiro momento, para a construção civil, por exemplo. Eventualmente, uma ou outra pessoa fica, mas, nesse contexto, é bem difícil. É como aconteceu no Rio de Janeiro, na época das obras das Olimpíadas de 2016. Em geral, é temporário”, avalia Minamiguchi.

## Evolução e projeção da população no RS e no Brasil



Pico populacional do Rio Grande do Sul será atingido em 2026 e número de habitantes no Estado começará a cair a partir de 2027, projeta o IBGE. No Brasil, o auge da população está previsto para 2041, com queda a partir do ano seguinte. Até o ano 2070, a estimativa é que a população gaúcha terá caído para 9,1 milhões de habitantes, dois milhões a menos que o patamar atual.

## Atração de moradores e preparação às mudanças climáticas são desafios do RS

A atratividade de novos moradores, buscando mitigar, em partes, a redução populacional, tem um viés econômico. Afinal, com menos pessoas em idade ativa no mercado de trabalho, a escassez de mão de obra, já enfrentada em diversos segmentos das matrizes produtivas gaúchas, deverá se agravar. E, além disso, a produtividade tende a cair.

Mas trazer novos residentes e manter os atuais em solo gaúcho é um desafio e tanto. Não apenas as enchentes repeliram pessoas do Estado, como sucessivas estiagens frustraram safras inteiras, fizeram o Rio Grande do Sul perder participação na economia brasileira e, como clima, economia e crescimento demográfico são variáveis que se relacionam, o RS passou a perder ainda mais residentes.

“O Rio Grande do Sul é o segundo Estado com mais incidência de secas graves, dado do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), desde 1990. Se a gente pega 85% do território, ou seja, excluindo as regiões Metropolitana, Serra e Litoral, é a região do Brasil com a maior incidência de secas nos últimos 40 anos. E, quando olhamos para os fluxos migratórios dessas regiões afetadas, eles são negativos justamente pela recorrência de secas. Então, diria que sim, o fenômeno climático das secas é uma explicação da perda de população, principalmente no Interior”, avalia o economista Aod Cunha.

Para o especialista, é preciso dar

conta cada vez mais dessa correlação para pensar em um crescimento econômico. “Do ponto de vista dos efeitos climáticos, o Estado precisa avançar no tema de irrigação, armazenamento e reserva d’água em escala maior, principalmente no Interior. Porque quando se tem uma seca, tem também uma destruição de renda não só da agricultura, mas do comércio, dos serviços, e uma perda de oportunidades”, acrescenta.

A partir disso, surgem outros desafios. Afinal, será preciso reter a juventude e atrair novos moradores em idade de trabalho para dar conta da produção no Estado, seja na agropecuária, nos serviços ou na indústria. E, além da questão climática, outros fatores precisam ser levados em consideração.

“É necessário fazer com que o Rio Grande do Sul tenha melhor qualidade de vida de maneira geral, principalmente para os jovens, avançando em áreas como educação, saúde, segurança e entretenimento. É necessário melhorar essa atratividade. Tem alguns lugares que têm conseguido fazer isso, como o Uruguai”, avalia Aod.

A receita, conforme o economista, é evidente: “É uma combinação de duas vertentes, uma econômica, ou seja, irrigação e geração de empregos, e outra de oferta de serviços que melhorem a qualidade de vida e gerem uma percepção do jovem querer ficar porque a vida vai acontecer nesse lugar onde ele vai estar”, conclui.

## Estado precisará desenvolver políticas públicas para a transição demográfica

Com a mudança no perfil demográfico, as demandas populacionais também mudam. Um menor volume de jovens em comparação com o de idosos, o que já é visível em diferentes cidades gaúchas, faz com que os gestores públicos lancem outros olhares para as políticas desenvolvidas em cada local.

"A idade é um fator bem determinante para a questão de políticas públicas. Se a população for formada por crianças, é um tipo de demanda, se for de idosos, é outra. Sempre vão existir esses diferentes segmentos, mas o peso de cada um muda a partir da composição dessa população. E os gastos são diferentes também para cada faixa etária", explica Márcio Mitsuo Minamiguchi, do IBGE.

O cenário é especialmente desafiador em municípios com população mais envelhecida. É o caso de Coqueiro Baixo, no Vale do Taquari, onde quase quatro a cada 10 habitantes têm mais de 60 anos.

A cidade é considerada a mais envelhecida do Brasil. Lá, a cada 100 crianças de zero a 14 anos, existem 277,14 habitantes acima dos 65 anos, levando o município a ter uma idade mediana de 53 anos. E, enquanto no Brasil 13,46% da população é considerada idosa, no Rio Grande do Sul, o índice sobe a 20,15%. Os coqueirenses quase dobram o indicador gaúcho, que sobe a 38,91%.

O município pode indicar caminhos a serem seguidos por cidades que precisarão se preparar para um futuro próximo, em que idosos superarão o número de crianças. "Buscamos atendê-los no Cras (Centro de Referência de Assistência Social) e na área da saúde. Atendemos pessoas em casa com fisioterapeutas e médicos, inclusive campanhas de vacinação. Em casos extremos, levamos os pacientes ao posto de saúde do município ou ao hospital mais próximo", conta o prefeito de Coqueiro Baixo, Luciano André Ongaratto.

## RS tem 19 das 20 cidades com mais idosos do Brasil

O Rio Grande do Sul possui 20,15% da sua população composta por pessoas acima dos 65 anos, percentual elevado frente aos 13,46% do País, além da maior idade mediana entre as unidades da federação, de 38 anos.

Nesse contexto, 19 das 20 cidades mais envelhecidas do Brasil ficam em território gaúcho, conforme os dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022. O primeiro lugar fica com Coqueiro Baixo.

Quase todos os municípios gaúchos do ranking possuem menos de 5 mil habitantes, exceto Alecrim, com população de 6.123 pessoas – o que se alia à tendência estadual em que as cidades pequenas têm perdido mais população do que as maiores. Especialmente, pelas migrações de jovens aos grandes centros, onde se concentram comércio, serviços e indústrias.

Dos 19 municípios gaúchos do ranking, nenhum fica na Macrorregião Sul. A maioria deles já perdeu população entre 2010 e 2022, a exceção de São João do Polêsine, que cresceu 0,5%.

### As cidades mais envelhecidas do País

Percentual da população acima de 65 anos por município

- 1ª - Coqueiro Baixo (RS - Vale do Taquari) - 30,31%
- 2ª - União da Serra (RS - Serra) - 28,08%
- 3ª - Santa Tereza (RS - Serra) - 26,95%
- 4ª - Relvado (RS - Vale do Taquari) - 26,94%
- 5ª - Monte Belo do Sul (RS - Serra) - 26,57%
- 6ª - Guabiju (RS - Serra) - 26,56%
- 7ª - Ivorá (RS - Região Central) - 25,63%
- 8ª - Vespasiano Corrêa (RS - Vale do Taquari) - 25,33%
- 9ª - Coronel Pilar (RS - Serra) - 25,27%
- 10ª - Floriano Peixoto (RS - Região Norte) - 25,05%
- 11ª - Águas de São Pedro (SP) - 25,01%
- 12ª - Três Arroios (RS - Região Norte) - 24,96%
- 13ª - Porto Lucena (RS - Fronteira Noroeste) - 24,88%
- 14ª - Travesseiro (RS - Vale do Taquari) - 24,74%
- 15ª - Barra do Rio Azul (RS - Região Norte) - 24,57%
- 16ª - São João do Polêsine (RS - Região Central) - 24,53%
- 17ª - Forquetinha (RS - Vale do Taquari) - 24,25%
- 18ª - São Valentim do Sul (RS - Serra) - 24,03%
- 19ª - Alecrim (RS - Fronteira Noroeste) - 23,76%
- 20ª - Nova Bréscia (RS - Vale do Taquari) - 23,71%

FONTE: IBGE

## SUA EMPRESA CRESCE QUANDO OPORTUNIDADE E TALENTO SE ENCONTRAM

EM SANTANA DO LIVRAMENTO E REGIÃO, O CIEE-RS CONECTA EMPRESAS A ESTUDANTES E JOVENS PROFISSIONAIS POR MEIO DE SOLUÇÕES EM ESTÁGIO E APRENDIZAGEM.

- APOIO EM TODAS AS ETAPAS
- CONEXÃO COM NOVOS TALENTOS
- SOLUÇÕES ALINHADAS À REALIDADE DA SUA EMPRESA



CONHEÇA AS SOLUÇÕES DO CIEE-RS.  
Escaneie o QR Code e acesse.



**CIEE**  
RS  
CONSTRUINDO  
O FUTURO  
COM VOCÊ

## TRABALHO

# Mesmo com geração de vagas, Região Sul não acompanha novos postos de empregos do RS

**Dados mostram baixa industrialização, informalidade elevada e perda de participação regional no mercado formal**

Ana Stobbe

A Macrorregião Sul está entre as áreas do Rio Grande do Sul que aumentaram o número de empregos formais no comparativo interanual dos meses de janeiro de 2025 e 2026 com base nos dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged). A variação foi de 1%, levemente inferior ao total do Estado, de 1,27%. Entretanto, ao esmiuçar os dados, é possível encontrar dificuldades: a participação regional no mercado de trabalho estadual é inferior ao percentual da população gaúcha que ali reside ao comparar ambos indicadores, além

disso, há uma baixa industrialização, setor que contribui para a geração de vagas de emprego formais, e uma alta taxa de informalidade.

"O Sul concentra problemas graves, sérios, na comparação com o resto do território. Não se identifica um setor específico que esteja puxando, que esteja se destacando. Tem um crescimento no emprego meio vegetativo, meio conjuntural, localizado em diferentes municípios e atividades, sem que exista um foco mais dinâmico e promissor se consolidando. Além disso, tem indicadores inferiores ao restante do Rio Grande do Sul no PIB (Produto Interno Bruto) e no Idese (Índice de Desenvolvimento Socioeconômico)", avalia o sociólogo e pesquisador do Departamento de Economia e Estatística do Estado (DEE-RS), Guilherme Xavier.

Neste cenário, o mercado formal de trabalho é mais um indicador de

fragilidade. Afinal, apesar de concentrar cerca de 16% da população gaúcha, a região responde por apenas 10,7% do emprego formal do Rio Grande do Sul. "Isso significa que tem mais gente inativa e na informalidade. Porque o emprego formal pesa menos do que a população ao avaliar as fatias ocupadas pela macrorregião no total dos indicadores do Rio Grande do Sul", acrescenta Xavier.

A Macrorregião Sul é a que menos participa no total de empregos formais do setor do Rio Grande do Sul, sendo responsável por 6,2% das vagas, uma leve redução em relação aos 6,3% registrados em 2020. E, enquanto no Estado cerca de 25,3% dos postos de trabalho estão na indústria, nos Coredes que compõem este capítulo do Mapa Econômico do RS, variam de 10,5% a 22,5%.

"Nossas grandes regiões são bem desbalanceadas em termos demográficos e econômicos. Enquanto



PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO NORTE/DIVULGAÇÃO/JC

Indústria naval levou à variação dos indicadores em São José do Norte

o Sul tem 6,2% dos empregos industriais do Estado, a Serra tem 32,5% e a Macrorregião Metropolitana 29,5%. Então, não é uma parte do Rio Grande do Sul muito industrializada", reflete Xavier.

Os dados demonstram, ainda, que, embora todas as regiões tenham variado abaixo da média estadual

na geração de empregos entre 2025 e 2026, ao comparar os últimos seis anos, os cenários variam. Enquanto o RS ampliou em 14,3% o número de empregos formais, a Fronteira Oeste e o Centro-Sul cresceram acima da média, respectivamente, 17,9% e 21,3%, enquanto Sul (13,1%) e Campanha (10,1%) estiveram abaixo.



**"Não dê o peixe, ensine a pescar."**

Essa é a síntese do que vem sendo realizado há cinco décadas, em parceria com diversas **empresas e organizações** que acreditam na força poderosa da formação socioprofissionalizante: projetos que transformam para melhor a vida de jovens em vulnerabilidade social.

Neste dia especial, um agradecimento a todos que fazem parte dessa história!

Conheça e ajude o Pescar:  
[www.projetopescar.org.br](http://www.projetopescar.org.br)



FUNDAÇÃO PROJETO  
**PESCAR**  
ATTITUDES E FORMAÇÃO TRANSFORMAM VIDAS



## A distribuição de emprego nas regiões do RS

Macrorregião	Vínculos ativos em janeiro de 2025	Vínculos ativos em janeiro de 2026	Variação
Metropolitana	1.215.423	1.233.683	1,50%
Serra	542.781	542.864	0,01%
Norte	470.355	482.026	2,48%
Central	325.190	328.630	1,06%
<b>Sul</b>	<b>307.722</b>	<b>310.788</b>	<b>1,00%</b>
<b>Total</b>	<b>2.861.471</b>	<b>2.897.946</b>	<b>1,27%</b>

FONTE: NOVO CAGED

### TOP 10

	Vínculos ativos em janeiro de 2025	Vínculos ativos em janeiro de 2026	Variação
1. Pelotas	65.384	<b>66.411</b>	1,57%
2. Rio Grande	42.667	<b>43.016</b>	0,81%
3. Uruguiana	20.852	<b>21.009</b>	0,75%
4. Bagé	18.237	<b>18.429</b>	1,05%
5. Santana do Livramento	14.227	<b>14.640</b>	2,90%
6. Alegrete	12.952	<b>13.118</b>	1,28%
7. São Borja	11.273	<b>11.495</b>	1,96%
8. Camaquã	11.385	<b>11.387</b>	0,01%
9. São Gabriel	9.432	<b>9.366</b>	-0,69%
10. Itaqui	7.793	<b>7.566</b>	-2,91%

### A Região

**Centro-Sul**, embora concentre alguns dos indicadores mais preocupantes do levantamento — como a última posição entre os 28 Coredes no ranking do Idese — variou próximo à média da macrorregião, com um pequeno avanço, de 0,95%. As cidades com maiores números absolutos de emprego formal são Camaquã e Charqueadas. Ali também está Minas do Leão, que cresceu 16,2% em postos de trabalho entre 2025 e 2026, o que representou 193 vagas geradas.

### Centro-Sul

Cidade	Vínculos ativos em janeiro de 2025	Vínculos ativos em janeiro de 2026	Variação
Camaquã	11.385	<b>11.387</b>	0,01%
Charqueadas	6.278	<b>6.175</b>	-1,64%
Butiá	3.602	<b>3.855</b>	7,02%
São Jerônimo	3.188	<b>3.334</b>	4,57%
Barra do Ribeiro	2.509	<b>2.508</b>	-0,03%
Tapes	1.819	<b>1.799</b>	-1,09%
Arroio dos Ratos	1.475	<b>1.515</b>	2,71%
Minas do Leão	1.186	<b>1.379</b>	16,2%
Cristal	1.117	<b>958</b>	-14,2%
Cerro Grande do Sul	858	<b>901</b>	5,01%
Dom Feliciano	740	<b>703</b>	-5%
Sertão Santana	629	<b>633</b>	0,63%
Sentinela do Sul	506	<b>544</b>	7,50%
Arambaré	499	<b>487</b>	-2,40%
Mariana Pimentel	247	<b>260</b>	5,26%
Barão do Triunfo	294	<b>239</b>	-18,7%
Chuívisca	191	<b>194</b>	1,57%

### Fronteira Oeste

Cidade	Vínculos ativos em janeiro de 2025	Vínculos ativos em janeiro de 2026	Variação
Uruguiana	20.852	<b>21.009</b>	0,75
Santana do Livramento	14.227	<b>14.640</b>	2,90
Alegrete	12.952	<b>13.118</b>	1,28
São Borja	11.273	<b>11.495</b>	1,96
São Gabriel	9.432	<b>9.366</b>	-0,69
Itaqui	7.793	<b>7.566</b>	-2,91
Rosário do Sul	5.614	<b>5.614</b>	0
Quaraí	3.526	<b>3.693</b>	4,73
Barra do Quaraí	874	<b>967</b>	10,6
Manoel Viana	725	<b>761</b>	4,96
Maçambará	479	<b>539</b>	12,5
Santa Margarida do Sul	400	<b>388</b>	-3
Itacurubi	241	<b>250</b>	3,73

A **Fronteira Oeste** é a que concentra o melhor indicador ao analisar o emprego. Além de ter crescido 1,15% e puxado para cima a variação da Macrorregião Sul, abriga seis dos dez municípios com o maior número de empregos formais dessa parte do Estado: Uruguiana, Santana do Livramento, Alegrete, São Borja, São Gabriel e Itaqui. Ainda assim, os dados mostram baixa participação industrial e dificuldades para consolidar um dinamismo econômico mais permanente ao compará-la com o restante do RS.

A **Campanha** teve o segundo pior desempenho entre os Coredes do Sul, com crescimento de 0,55%. A indústria local segue com baixa representatividade econômica e de geração de empregos. Os principais destaques em números são Bagé, com 18.429 postos de trabalho formais registrados em janeiro de 2026, e Dom Pedrito, com 6.448.

### Campanha

Cidade	Vínculos ativos em janeiro de 2025	Vínculos ativos em janeiro de 2026	Variação
Bagé	18.237	<b>18.429</b>	1,05%
Dom Pedrito	6.515	<b>6.448</b>	-1,02%
Caçapava do Sul	5.540	<b>5.533</b>	-0,12%
Candiota	2.509	<b>2.577</b>	2,71%
Hulha Negra	2.028	<b>2.003</b>	-1,23%
Aceguá	1.076	<b>1.098</b>	2,04%
Lavras do Sul	908	<b>928</b>	2,20%

Na **Região Sul**, que, entre 2025 e 2026 avançou 0,32%, é possível destacar a cidade de Rio Grande que criou 349 empregos ao todo e teve uma variação um pouco superior à do Corede, com um crescimento de 0,8%. É, também, uma das cidades com o maior volume absoluto de postos de trabalho formais, atrás apenas da vizinha Pelotas. Outro ponto de atenção é São José do Norte, onde há intensas flutuações no número de empregos formais relacionadas às demandas do polo naval. Enquanto outros segmentos pouco foram alterados ao longo dos últimos anos, os serviços relacionados à construção de embarcações chegaram a passar de 641 vagas de emprego, em 2022, para 3.287, em 2023. O número caiu em 2024, para 2.863. Depois, recuou fortemente a 564, até atingir o patamar de 366 em janeiro de 2026. É esperada mais uma temporada de movimentação no mercado de trabalho com a contratação de novos navios no Estaleiro Rio Grande, recentemente confirmada.

### Sul

Cidade	Vínculos ativos em janeiro de 2025	Vínculos ativos em janeiro de 2026	Variação
Pelotas	65.384	<b>66.411</b>	1,57%
Rio Grande	42.667	<b>43.016</b>	0,81%
Santa Vitória do Palmar	5.746	<b>5.753</b>	0,12%
São Lourenço do Sul	5.224	<b>5.306</b>	1,56%
Canguçu	4.446	<b>4.606</b>	3,59%
Jaguarão	3.949	<b>4.035</b>	2,17%
Capão do Leão	3.595	<b>3.687</b>	2,55%
São José do Norte	3.341	<b>2.889</b>	-13,5%
Arroio Grande	2.308	<b>2.310</b>	0,08%
Chuí	2.017	<b>2.135</b>	5,85%
Piratini	2.197	<b>2.042</b>	-7,05%
Pinheiro Machado	1.159	<b>1.273</b>	9,83%
Pedro Osório	1.152	<b>1.191</b>	3,38%
Morro Redondo	511	<b>511</b>	0%
Herval	472	<b>482</b>	2,11%
Turuçu	359	<b>380</b>	5,84%
Santana da Boa Vista	360	<b>357</b>	-0,83%
Tavares	337	<b>345</b>	2,37%
Cerrito	279	<b>287</b>	2,86%
Pedras Altas	225	<b>226</b>	0,44%
Amaral Ferrador	142	<b>132</b>	-7,04%
Arroio do Padre	128	<b>121</b>	-5,46%

**PECUÁRIA**

# A carne do Pampa em alta no mundo

## Produção aliada à conservação do bioma facilita a abertura de novos mercados

Eduardo Torres

Nos 1,6 mil hectares da Estância Santa Branca, em Bagé, foram 127 espécies de aves mapeadas – o maior volume entre 16 propriedades visitadas no Pampa Gaúcho – no levantamento mais recente realizado pela Alianza del Pastizal. É um movimento que une produtores de gado no Pampa dedicados à valorização da carne gaúcha produzida com conservação do bioma e sustentabilidade plena, e que pesa decisivamente na abertura de novos mercados a um dos produtos mais nobres da economia entre a Campanha, Fronteira Oeste, Sul e Centro-Sul.

Com as dificuldades climáticas na produção de grãos, finalmente, depois de 20 anos do reconhecimento da identificação geográfica da produção de carne bovina do Pampa Gaúcho, o produto resultante de pelo menos 1,2 milhão de hectares, entre 11 municípios cadastrados pela Associação dos Produtores de Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional (Apropampa) assume papel de protagonismo na geração de valores

para a economia local. Desde o produtor até os frigoríficos.

Entre os oito municípios da macrorregião retratada neste capítulo do Mapa Econômico presentes entre os 50 principais municípios exportadores gaúchos no primeiro trimestre de 2026, cinco têm a carne bovina ou mesmo os bois vivos como principal produto exportado. Em Alegrete, por exemplo, onde opera o gigante Minerva Foods, com capacidade de abate de até 800 animais por dia, a alta nas exportações de carne bovina nos três primeiros meses do ano em relação ao mesmo período de 2025 chega a 894,8%. Em Bagé, onde há outra unidade do grupo internacional de frigoríficos, abatendo até 680 bovinos diariamente, a variação chegou a 314,7% no período.

“Os mercados mais exigentes, como o europeu, por exemplo, buscam por rastreabilidade e produção sustentável. Quando se fala em Brasil, logo pensam na preocupação com a produção de gado livre de desmatamento na Amazônia. Pois aqui, no bioma Pampa, temos uma produção em campo nativo, sem derrubar uma árvore e ainda criando o ambiente propício para o reequilíbrio ambiental, como vemos no levantamento de aves nas propriedades. Garantimos aqui um sistema integrado e sustentável com o bioma, e é

impossível falarmos do resultado, da qualidade da carne gaúcha, sem falarmos da importância desse bioma. Finalmente o mercado está abrindo os olhos para os nossos diferenciais, mas ainda precisamos vender melhor essa nossa imagem diferenciada”, avalia o proprietário da Estância Santa Branca, Eduardo Botelho.

Ele faz parte da sexta geração da família produtora de gado em Bagé, onde se concentra o oitavo maior rebanho gaúcho, com 237,4 mil bovinos em 2024. Ali ele faz o desenvolvimento genético do gado e garante todas as etapas do desenvolvimento do animal até o abate. Da cria ao desmame, à recria e à terminação. Na propriedade que é dedicada exclusivamente à produção de animais, garantir a cadeia completa foi a forma de ter segurança em um mercado sempre tão variável.

“A margem para o produtor nunca foi muito grande, mas o momento que vivemos é de alta. Existe uma demanda em alta no mundo todo, na China, por exemplo, quase dobrou o consumo de carne bovina. Tendo todas as etapas do desenvolvimento do gado, conseguimos negociar com o mercado, seja para outros terminadores, criadores ou para o abate”, explica Botelho.

Os diferenciais do que sai dessa produção, segundo Eduardo Botelho,

estão especialmente no manejo próprio do Pampa. São desenvolvidas as raças Hereford e Red Angus, as chamadas britânicas, que se adaptam melhor ao ambiente da região. A base forrageira é garantida pelo campo nativo e pastagens de suporte. O equilíbrio é garantido com a rotação dos campos. Ou seja, o gado nesta propriedade sempre come a folha do pasto nativo, sem depender de insumos.

Um modo de produzir que agora é reconhecido em valor agregado

na última etapa da cadeia produtiva, ganha mercados e valorização do selo de carne nobre para a produção no Pampa Gaúcho. Frigoríficos como o Campeiro, em Rosário do Sul, utilizam o selo da Alianza del Pastizal; o Silva, exportador em Santa Maria, e o Coqueiro, em São Lourenço do Sul, valorizam o IG do Bioma Pampa Gaúcho. E a Minerva agora inclui na sua linha “Las Lilas”, que já havia implantado no Uruguai e Argentina, as carnes nobres do Rio Grande do Sul.

## Parceria Alianza e BRDE para preservação do Bioma Pampa

Em tempos de mudanças climáticas que impõem, cada vez mais, a necessidade de se praticar uma agricultura regenerativa e resiliente, o projeto Alianza del Pastizal completa 20 anos comprovando que é possível produzir conservando toda a diversidade do campo. Para tal, desenvolve uma parceria com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) que já soma R\$ 6,1 milhões em financiamentos para preservação do Bioma Pampa. Os recursos já contratados, ou em fase final de liberação, vão permitir a conservação

direta de 3.136 hectares de campos nativos. As propriedades atendidas estão em municípios como Lavras do Sul, Dom Pedrito, Alegrete, São Gabriel, Uruguiana e Santana do Livramento que juntas somam mais de 10 mil hectares, com predominância de áreas cobertas por vegetação campestre nativa. A celebração dos 20 anos da Alianza será um dos destaques do XVI Encuentro de Ganaderos de Pastizales Naturales del Cono Sur, nos dias 19 e 20 de junho de 2026, em Santana do Livramento.

## Valorização impulsiona a retomada dos rebanhos de ovelhas no Rio Grande do Sul

Se a fase no Rio Grande do Sul é boa para a produção de gado, a oportunidade também se abre para a retomada de outra tradição no Pampa: a produção de ovinos. O momento é de retomada dos rebanhos na macrorregião retratada neste recorte do Estado.

“É uma questão de mercado, é ele que decide. E no momento, vemos que tem um mercado ávido e remunerando bem pela carne ovina e também pela lã. Diferentemente de outras épocas, a tendência agora é de alta de consumo para os próximos anos, então, o movimento é contrário ao que aconteceu por um período, quando os rebanhos deixavam de ser prioridade para ceder áreas para as lavouras”, conta o presidente da Associação Brasileira de Criadores de Ovinos (Arco), Edemundo Gressler.

A estimativa é de que o rebanho ovino gaúcho gire em torno de 3 milhões de animais, um volume que não tem se alterado nos últimos anos. O momento agora, porém, é justamente de crescimento do volume de ovelhas. A expectativa é de que, em um ano (período de desenvolvimento das crias), já seja possível dimensionar o



Desafio do setor de ovinos é desenvolver a cadeia para a exportação

crescimento nos campos e, principalmente, nas gôndolas.

Para que se tenha uma ideia da valorização deste produto, há pouco mais de um ano, o quilo do cordeiro vivo era vendido a R\$ 9. Hoje, já está em R\$ 14. O que é produzido nos campos do Pampa abastece o mercado gaúcho e do restante do Brasil. Hoje, conforme a associação, o Brasil consome em média só 700 gramas de carne ovina por habitante a cada ano.

“O consumo ainda é muito baixo e isso mostra que temos muito

campo a crescer. Estamos otimistas, mas com os pés no chão. Temos a consciência de que a criação de ovelhas é fundamental nas pequenas e médias propriedades, e o produtor tem entendido que ela não concorre com a lavoura de soja, por exemplo. A produção integrada, com o uso da pastagem deixada pela soja ou pelo arroz para as ovelhas, gera ganhos também no controle de pragas e no manejo mais adequado do solo”, explica Gressler.

A partir do bom momento, o

desafio do setor agora é desenvolver a cadeia produtiva da porteira para fora. Se no setor bovino os frigoríficos têm se aproximado e valorizado a qualidade da carne gaúcha, essa cadeia ainda não está desenvolvida para os cortes ovinos. Segundo o dirigente, fica no Rio Grande do Sul o maior desses frigoríficos especializados nos cortes de cordeiro, mas na Região Metropolitana. Por isso, a Arco tem desenvolvido a ideia de criar consórcios intermunicipais para fortalecer redes de frigoríficos pequenos.

“O crescimento do setor requer uma indústria também forte, assim como tem fortalecido, por exemplo, o número de confinadores, que preparam para o abate. É uma questão de aprimoramento da logística, que resultará em maior capacidade de atendermos ao aumento da demanda no mercado”, comenta.

E há ainda o mercado da lã, produto valorizado internacionalmente, mas, com a limitação da cadeia produtiva, ainda não gera o valor agregado que poderia render ao Estado. O Rio Grande do Sul produz quase 100% da lã a partir de ovinos no País, mas só

25% do que sai do campo é processado pela indústria brasileira. O mercado uruguaio, especialmente, acaba absorvendo a maior parte da tosquia. Dados do IBGE apontam que Santana do Livramento concentra a produção de lã mais valorizada no Estado, gerando, em 2024, R\$ 6,1 milhões, quase o dobro dos R\$ 3,5 milhões de Alegrete, o segundo maior produtor.

O uso da lã vai além do setor têxtil, sendo valorizado no setor de máquinas industriais e climatizadores, por exemplo. “A fibra das raças que produzimos no Rio Grande do Sul tem maior valor agregado, como lã nobre, especialmente no setor têxtil. No mercado internacional, essa fibra natural é muito pedida, representa maior sustentabilidade em relação à produção a partir do petróleo. É uma oportunidade que o produtor tem valorizado”, avalia Edemundo Gressler.

Anualmente, o rebanho gaúcho proporciona até 8 milhões de quilos de lã ao mercado. A maior parte hoje é concentrada em cooperativas, que fazem a limpeza, o primeiro processamento e o enfardamento da lã para a exportação.

PECUÁRIA

# Indústria mais próxima do campo

**Mirando no mercado internacional, diferentes setores se unem para promover a carne gaúcha**

**Eduardo Torres**

Há no Estado uma aproximação, talvez inédita, entre produtores e a indústria da carne. De olho no acordo entre o Mercosul e a União Europeia, um movimento conjunto coordenado pelo Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados do Rio Grande do Sul (Sicadergs) criou o Fundo da Carne Gaúcha (Fundocarne), dedicado justamente a investir em campanhas que vendem ao mundo a imagem diferenciada da produção de carne do Pampa.

"Há uma estagnação de muitos anos nas lavouras de grãos no Rio Grande do Sul, e isso nos permitiu uma reversão de protagonismo nas propriedades em relação à produção de gado de corte. No caso da exportação, o Brasil se consolidou como o maior exportador de carne bovina do mundo. Com essa valorização da produção, abre-se o espaço para mostrarmos cada vez mais o quanto a nossa carne gaúcha é diferenciada em relação ao restante do Brasil. Seja pelo manejo ou pelas alças que são criadas aqui. Os vizinhos da Argentina e Uruguai já fizeram um trabalho de marketing muito bom, agora é o nosso momento", comenta o presidente executivo do Sicadergs, Ronei Lauxen.

Segundo o executivo, o desafio

hoje está em conseguir avançar no volume de produção e na produtividade sem perder as características próprias do Pampa. Depois de uma década com volumes de abates estáveis, em 2025, houve aumento de 5,5% no volume em relação ao ano anterior. Dados dos primeiros três meses do ano mostram que 473,4 mil bovinos foram abatidos no Estado, representando 1,84% a mais do que no mesmo período do ano passado. Aumento mais significativo, conforme o dirigente, ainda não deve ser sentido em 2026, mas a tendência é de alta nos próximos anos, em virtude do movimento de aumento dos rebanhos neste momento.

De modo geral, as exportações de carne bovina aumentaram 39% no primeiro trimestre, mas o movimento

para ganhar os consumidores não se limita ao mercado externo. Há também campanha para mostrar ao brasileiro a qualidade dessa carne nobre.

"Já houve muita evolução em melhoramento genético e manejo, mas agora temos trabalhado em conjunto com os produtores para mostrar que temos condições de melhorar muito mais e, com isso, ganhar mercados. Tem aumentado, por exemplo, mas ainda de maneira incipiente, o volume de contratos de parcerias entre indústria e produtor, criando cadeias integradas. Sempre reforçando o quanto somos sustentáveis na pecuária gaúcha. Há um projeto nacional de garantir a rastreabilidade total dos rebanhos até 2033, pois aqui, estamos trabalhando para antecipar esse processo", diz.

## Exportação de bois vivos atrai investimento milionário para o Sul

O momento de alta da produção bovina na Região da Campanha e Fronteira Oeste do RS abre oportunidade para a exportação de boi vivo. É o produto que garante, por exemplo, Capão do Leão como o 12º maior exportador gaúcho no primeiro trimestre deste ano, tendo negociado em torno de US\$ 80 milhões com o exterior na

venda dos animais, a maior parte para a Turquia. A venda de boi vivo a partir da estrutura portuária do Sul do Estado também garante mais de 30% das exportações de Pelotas.

Em breve, Cerrito, com menos de 6 mil habitantes, também estará neste mercado. O Grupo Sentinela Livestock, que já opera uma propriedade de confinamento e preparação de gado para exportação em Capão do Leão, investe R\$ 22 milhões em uma nova propriedade, de 157,8 hectares, com capacidade prevista, em seu pico de operação, para manter até 110 mil animais, não apenas para confinamento e exportação, mas também para terminação e venda ao abate. A fazenda já passou por vistoria e foi aprovada pela Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Resta agora a inspeção pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

A intenção da empresa é liberar a unidade em módulos. Na primeira fase, já liberada, serão 4 mil animais por ciclo; na segunda, chegando a 10 mil; a terceira etapa, prevista para ser atingida no final de agosto deste ano, compreenderá a capacidade para 16 mil animais. E, finalmente, no primeiro bimestre de 2027 é prevista a capacidade de manter, simultaneamente, 22 mil animais na propriedade, que vai operar em cinco ciclos anuais.

Atualmente, a operação em Capão do Leão é feita pela Fazenda Astúrias, prestadora de serviços à Sentinela. A intenção do grupo é manter o negócio nos dois municípios da região. Em Capão do Leão, a capacidade estática é de 10 mil animais, totalizando 48 mil anuais.

O projeto em Cerrito começou a ser gestado em 2019, depois dos investidores terem visitado mais de

40 propriedades em 20 municípios. O projeto prevê a autossuficiência da propriedade em diversos aspectos, com o envolvimento de ações sustentáveis. Um desses projetos é o uso dos dejetos dos animais como fertilizante orgânico e a perspectiva de aumentar em cerca de 200% a produção de forrageiras que alimentarão o gado. A propriedade contará também com geração de energia a partir de biodigestores e de uma usina fotovoltaica ainda em fase de estudos.

O sistema hidráulico da propriedade garantirá a hidratação dos animais com uso sustentável de energia, criando um modelo de chegada da água por gravidade, com a energia solar levando a água ao ponto mais alto da propriedade. Serão quatro mil metros de canos. A hidratação do gado é considerada como um dos principais pilares deste tipo de operação.



Fazenda do Grupo Sentinela em Cerrito terá ações sustentáveis, como geração de energia a partir de biodigestores

## Maiores exportadores da região

(janeiro a março 2026)

### 📍 Rio Grande - 1º do RS

- Movimentou US\$ 562,5 milhões, redução de 11,3% em relação ao mesmo período de 2025
- 61,5% em soja, óleo de soja, torta e outros resíduos do óleo de soja
- Principal destino: Indonésia (15%)

### 📍 Capão do Leão - 12º do RS

- Movimentou US\$ 87,4 milhões, com alta de 147,1% em relação ao mesmo período de 2025
- 90,3% em boi vivo
- Principal destino: Turquia (85,3%)

### 📍 Pelotas - 20º do RS

- Movimentou US\$ 37,8 milhões, com redução de 0,2% em relação ao mesmo período de 2025
- 47,1% em arroz e 31,1% em boi vivo
- Principal destino: Cuba (16,5%)

### 📍 Hulha Negra - 25º do RS

- Movimentou US\$ 32,1 milhões, com alta de 15,3% em relação ao mesmo período de 2025
- 97,8% em preparações ou conservas de carne e miudezas
- Principal destino: Reino Unido (49,1%)

### 📍 Bagé - 26º do RS

- Movimentou US\$ 29,9 milhões, com alta de 108,2% em relação ao mesmo período de 2025
- 73,1% em carne bovina
- Principal destino: China (59,7%)

### 📍 São Gabriel - 27º do RS

- Movimentou US\$ 26,6 milhões, com alta de 165,7% em relação ao mesmo período de 2025
- 94,4% em carne e miudezas bovinas
- Principal destino: China (44,8%)

### 📍 Alegrete - 43º do RS

- Movimentou US\$ 18 milhões, com alta de 380% em relação ao mesmo período de 2025
- 56,1% em carne bovina
- Principal destino: Estados Unidos (28,2%)

### 📍 Charqueadas - 48º do RS

- Movimentou US\$ 14 milhões, com redução de 23% em relação ao mesmo período de 2025
- 97,8% em barras de aço e ferro
- Principal destino: México (55%)

### Rebanhos bovinos da região

(cabeças)

- 📍 Alegrete: 576,9 mil
- 📍 Santana do Livramento: 528,03 mil
- 📍 Uruguaiana: 365,8 mil
- 📍 Dom Pedrito: 317,4 mil
- 📍 Rosário do Sul: 295,7 mil

### Frigoríficos da região

- 📍 Minerva: Bagé, Alegrete, São Gabriel
- 📍 Pampeano Alimentos: Hulha Negra
- 📍 Campeiro: Rosário do Sul
- 📍 Coqueiro: São Lourenço do Sul
- 📍 Frigoli Alimentos: Caçapava do Sul
- 📍 Extremo Sul: Capão do Leão
- 📍 Frigozatto: São Jerônimo
- 📍 Floresta: São Gabriel

### Rebanho de ovinos

(cabeças)

- 📍 Santana do Livramento: 295,4 mil
- 📍 Alegrete: 192,5 mil
- 📍 Quaraí: 147,2 mil
- 📍 Uruguaiana: 137,7 mil
- 📍 Rosário do Sul: 127,1 mil

### Produção de lã

(valor da produção)

- 📍 Santana do Livramento: R\$ 6,1 milhões
- 📍 Alegrete: R\$ 3,5 milhões
- 📍 Uruguaiana: R\$ 2,9 milhões
- 📍 Rosário do Sul: R\$ 2,5 milhões
- 📍 Pinheiro Machado: R\$ 2,4 milhões

## PANORAMA

# Mapa aponta oportunidades de desenvolvimento para a Macrorregião Sul do RS

Ana Stobbe, Eduardo Torres e Gabrieli Silva

Conheça 18 iniciativas que já se destacam entre as atividades econômicas ou têm projetos com potencial de alavancar o desenvolvimento dessa parte do Rio Grande do Sul.

1

## A carne do Pampa gaúcho em alta

Com o mercado da proteína animal em alta e a instabilidade nos grãos, a oportunidade para que a carne bovina do Pampa, reconhecida com selo de procedência, receba a valorização trabalhada pelo setor há bastante tempo chegou. Há sinergia maior entre produtores no campo, que aumentam seus rebanhos e aprimoram o manejo, e a indústria frigorífica. O resultado é o aumento exponencial de exportações de carne bovina e também de boi vivo no primeiro trimestre deste ano.

3

## Irrigação avança com barragens

Está concluída a obra da Barragem Jaguari e, ainda neste ano, o governo do Estado pretende entregar também a Barragem de Taquarém. Juntas, elas terão condições de, em um prazo a partir de um ano e meio, beneficiar pelo menos 350 mil habitantes da região e ampliar a irrigação nas lavouras de 117 mil hectares. Resultado de mais de R\$ 600 milhões em investimentos estaduais e federais, as obras arrastaram-se por quase 20 anos e a estimativa é de que, com os ganhos na produção rural irrigada, o investimento possa retornar à economia do Rio Grande do Sul em três anos.

2

## Carne e lã de ovelha voltam à cena

No embalo da valorização da proteína animal, a criação de ovinos ganha novo fôlego na região, depois de longo período de baixa. Os rebanhos estão em crescimento e agora o setor trabalha para melhorar a cadeia produtiva. Além da carne e da necessidade de frigoríficos especializados na região, a produção de lã natural recebe especial atenção do mercado externo em busca de maior sustentabilidade.

4

## A força da soja

Mesmo com quatro municípios figurando entre as dez maiores áreas de plantio de soja no Rio Grande do Sul, a região é diretamente prejudicada pelas constantes estiagens. Desde o início do Mapa Econômico do RS, foram analisadas quatro safras, entre 2021 e 2024. Neste período, os cinco municípios com maiores áreas plantadas aumentaram as suas lavouras de soja em 26,2%, no entanto, a produção nos mesmos municípios baixou 21% no mesmo período. A irrigação é uma aliada para a recuperação. São Borja é justamente o município líder em áreas irrigadas de soja no Estado e é a exceção nessa variação verificada pelo Mapa Econômico. Aumentou sua área plantada em 50% e a produção em 71% no período.

6

## Safra recorde potencializa vinho da Campanha e Fronteira

O vinho produzido na Campanha gaúcha tem selo de identidade geográfica próprio, que, com o acordo entre União Europeia e Mercosul, agrega valor ao que é produzido na região. Pois neste ano, a região vive um período de safra recorde desde o mais recente boom de vinícolas na região. Gigantes como a Miolo Wine Group já têm na região metade da sua produção, e apostam em diferenciais como a neutralização de carbono. Ao todo são 18 vinícolas ativas na região.

8

## Turismo do Pampa à lagoa

Se nas vinícolas da Campanha e Fronteira Oeste os roteiros, reforçados pelo Trem do Pampa, mobilizam milhares de turistas mensalmente em busca da experiência do enoturismo aliada às tradições como o churrasco e o chimarrão, as melhorias na hidrovía da Lagoa dos Patos e a recente criação da Reserva do Albardão despertam maior atenção para o turismo relacionado à lagoa. A região proporciona ainda roteiros como os doces de Pelotas, as compras na fronteira ou os negócios no Rio Grande.

5

## Arroz tem alternativa com os biocombustíveis

Mesmo com a recuperação de áreas plantadas e com alta produtividade, a cultura do arroz, que tem nesta macrorregião mais de 70% da produção brasileira, enfrenta uma crise, com baixos preços ao produtor e dificuldades de crédito para manter a lavoura. Surge na região uma alternativa que pode colocar os arroseiros na rota dos biocombustíveis. A projeção da Embrapa é que o "arroz gigante", que não é comestível, em desenvolvimento, possa ocupar 1% da área plantada de arroz no Estado e representar uma fonte de recursos alternativa aos produtores, que já alimentam cadeias produtivas de energia, óleos e fibras na região.

7

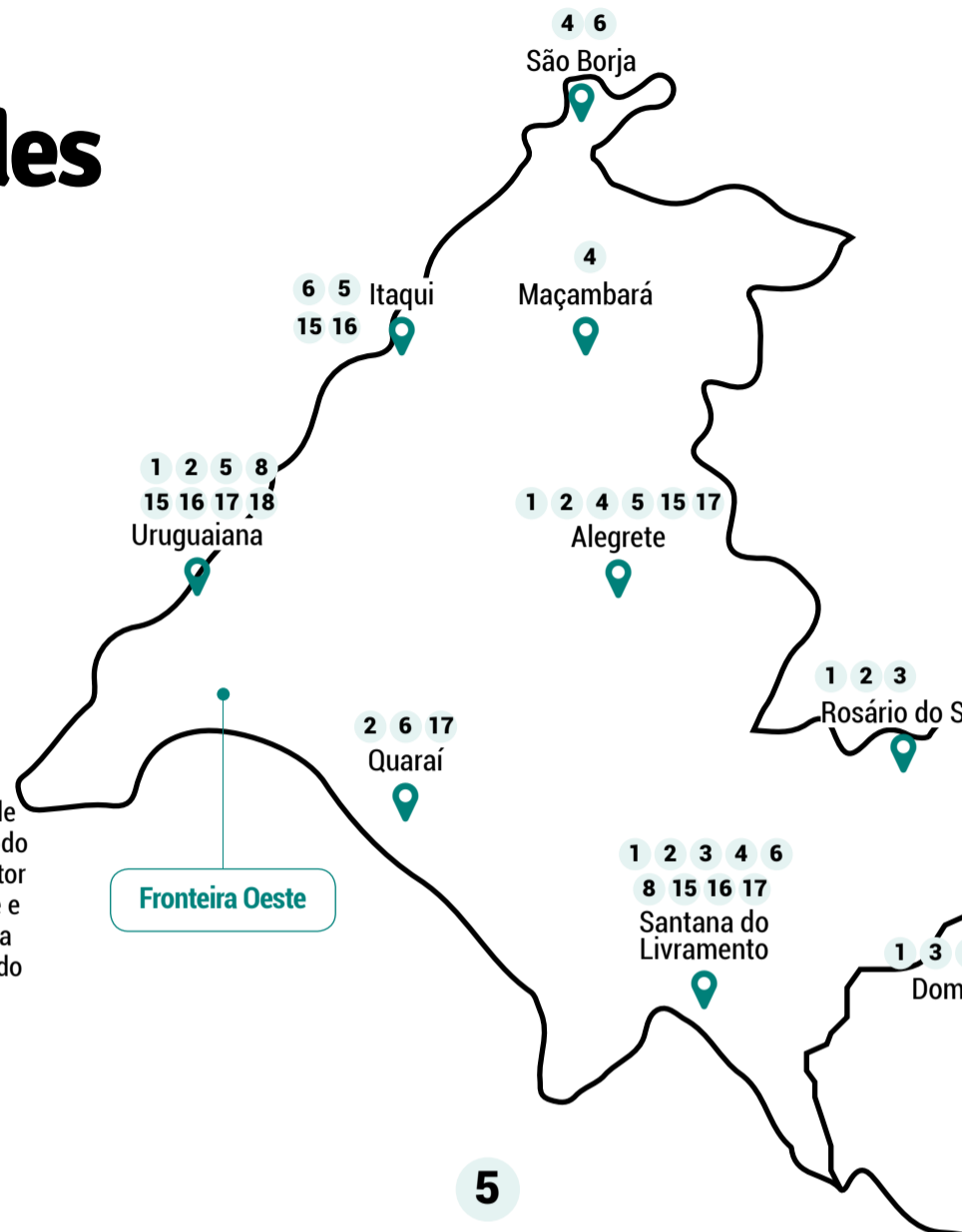
## Doces de Pelotas na vitrine

Com o setor cada vez mais organizado, os tradicionais doces de Pelotas avançam para conquistar novos mercados, mas, principalmente, ganhar visitantes que sejam atraídos pelo paladar. Indústrias investem em visitas guiadas, com a experiência da produção de doces, assim como lojas ganham espaço fora da cidade, e, em Pelotas, a Rua do Doce se consolida como um espaço de vitrine para essa tradição. A Fenadoce, com público crescente ano a ano, é o ápice para o setor, que movimenta ainda toda uma cadeia de produtores rurais de frutas entre o Sul e o Centro-Sul do Estado.

9

## De olho nas terras raras

Avançam estudos conjuntos entre a UFSM, Ufrgs e Unipampa concentrados entre Caçapava do Sul, Lavras do Sul e Bagé para detectar e mapear a presença de elementos de terras raras e seu possível potencial comercial em um mercado estratégico no mundo. A região concentra grandes potenciais minerais do Rio Grande do Sul. Em 2026, por exemplo, iniciou a operação de uma nova fábrica de fertilizantes a partir da jazida de fosfato em Lavras do Sul, a produção de carvão em Candiota ainda tem papel importante na economia, e projetos como a extração de ouro em Lavras do Sul ou de titânio em São José do Norte avançam na fase ambiental.



**10**

**Hidrogênio verde mais próximo da realidade**

O fomento do Estado para a produção de hidrogênio verde como forma de tornar mais limpas as cadeias produtivas industriais do Rio Grande do Sul está mais próximo de se tornar realidade nesta região. O projeto Fontes Verdes, que vai gerar amônia e matéria-prima para a indústria de fertilizantes em Rio Grande, a partir da hidrólise, movimentada por energia solar, deve iniciar produção ainda neste ano. E em Candiota, a Âmbar Energia avança em seu projeto de produção de hidrogênio verde como forma de tornar mais sustentável a cadeia carbonífera.

**11**

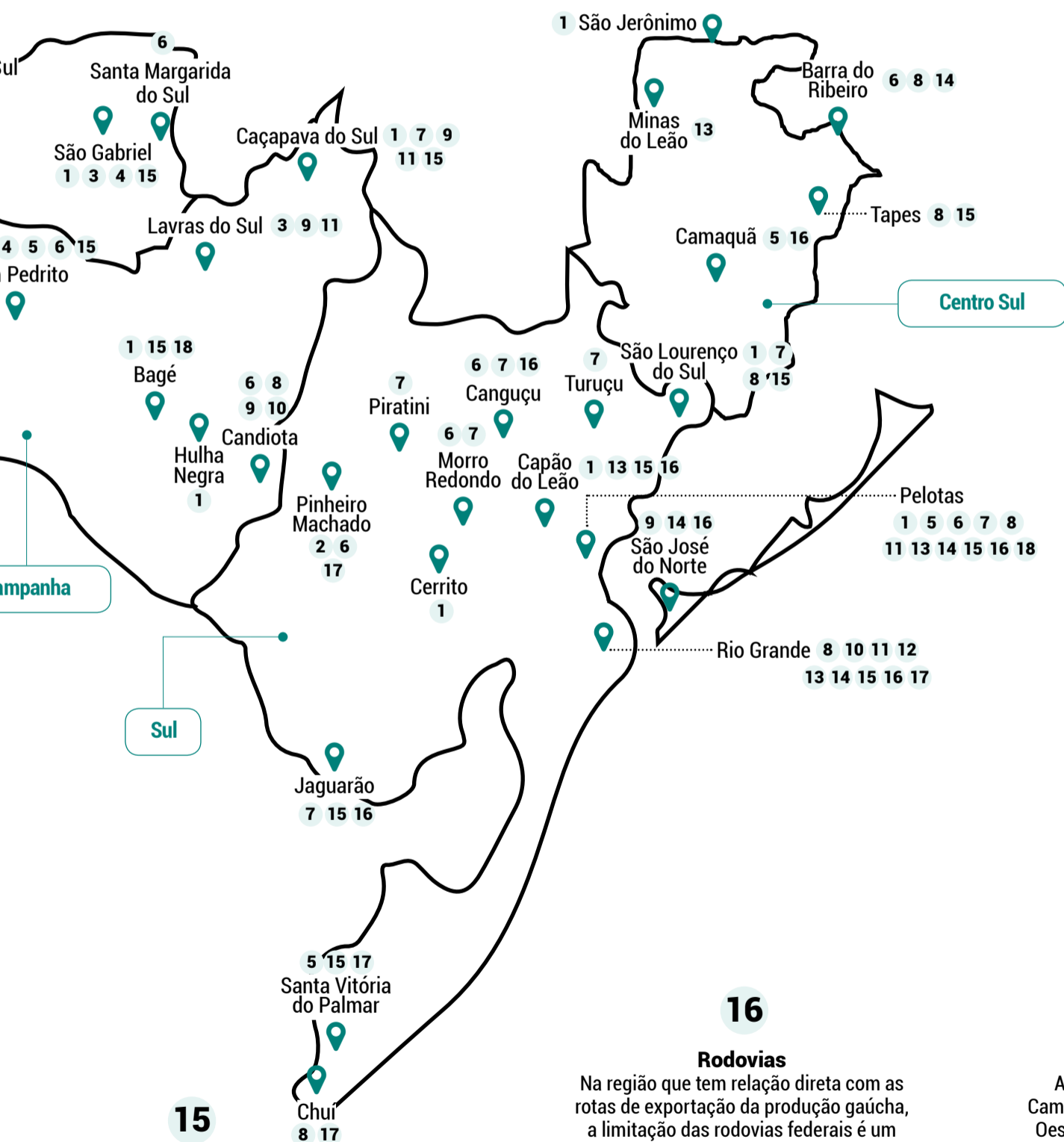
**Polo de fertilizantes reforçado**

Iniciou suas operações neste ano a Águia Fertilizantes, com produção a partir da exploração de fosfato em Lavras do Sul e, em breve, também em Caçapava do Sul. A maior concentração de indústrias de fertilizantes no Rio Grande do Sul está no Distrito Industrial de Rio Grande, junto ao porto, pela evidente dependência de matérias-primas importadas, que enfrentam um cenário de incerteza pelos conflitos internacionais. É justamente na região que surgem tanto alternativas de produção a partir de insumos locais como no fornecimento de matéria-prima mais sustentável, local e não suscetível às variações internacionais.

**12**

**Ciclo bilionário no Porto de Rio Grande**

Tornar o Porto de Rio Grande um grande hub do Conesul ganha impulso com investimentos. Em um ciclo de pelo menos seis anos, o Porto de Rio Grande e o Distrito Industrial de Rio Grande recebem aproximadamente R\$ 7 bilhões em investimentos que vão desde a ampliação e modernização de terminais, como o da CCGL e o da Bianchini, que se tornará o mais rápido do setor de grãos, e o Terminal de Contêineres, com aporte bilionário, até a retomada da indústria naval, que já recomeçou suas operações no Estaleiro Rio Grande e já garantiu construções de embarcações por seis anos, até melhorias estruturais em terra e nos canais de entrada e navegação do porto.



**13**

**Na mira do petróleo e dos biocombustíveis**

O processo de levantamentos e estudos da Petrobras, que poderá viabilizar uma futura exploração de petróleo na costa gaúcha, começa a se estruturar e tem no Porto de Rio Grande e no Aeroporto de Pelotas duas bases operacionais já definidas. A empresa ainda avalia onde instalará sua base administrativa, que centralizará todas as ações da fase de levantamentos, possivelmente também no Sul do Estado. Por outro lado, a região tem avanço significativo, também relacionado à Petrobras, em novos combustíveis. A Refinaria Riograndense está pronta para a execução do projeto que a transformará definitivamente em uma biorrefinaria. Em Minas do Leão, no Centro-Sul, e em Capão do Leão, no Sul, consolida-se a produção de biogás como combustível para veículos e a indústria a partir de resíduos urbanos e da produção bovina.

**14**

**Hidrovia avança**

A partir de investimentos em dragagem e sinalização, foi possível retomar neste ano, de maneira histórica, a navegação noturna de grandes embarcações pela Lagoa dos Patos. Serão finalizados neste ano os R\$ 731 milhões destinados pelo Funrigs à dragagem de canais de navegação internos do Estado, para recuperar as condições anteriores à cheia de 2024. Avança ainda a modelagem para uma futura concessão das hidroviárias gaúchas, que poderá gerar mais agilidade e eficiência nas operações hidroviárias.

**15**

**Universidades**

O Ensino Superior têm transformado a região. Além de expandir o catálogo de cursos, as universidades contribuem para o desenvolvimento econômico a partir dos parques tecnológicos.

**16**

**Rodovias**

Na região que tem relação direta com as rotas de exportação da produção gaúcha, a limitação das rodovias federais é um grande desafio. Todo o trecho da BR-290, que liga, por exemplo, Uruguaiana à Região Metropolitana, concentra o único trecho da rodovia que cruza o Rio Grande do Sul ainda não duplicado. Por outro lado, há expectativa por novos investimentos no polo rodoviário que inclui a BR-116 e a BR-392, após o término da antiga concessão. A perspectiva é de que um novo modelo de concessão garanta R\$ 430 milhões em investimentos no polo.

**17**

**Eólicas**

As Regiões Sul, Campanha e Fronteira Oeste concentram o maior potencial para o desenvolvimento de futuros parques eólicos no Rio Grande do Sul, conforme aponta a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Somadas às iniciativas já existentes, a Metade Sul do Estado reforça o potencial neste setor.

**18**

**Aeroportos**

A aviação na Macrorregião Sul opera atualmente com voos comerciais regulares em Pelotas e Uruguaiana, e tem à disposição a estrutura de Bagé, fora da rota regular. Dos três, Pelotas é o que apresenta maior potencial de crescimento, atraindo os olhares de investidores interessados na malha aérea regional.

## ORIZICULTURA

# Cultura centenária atravessa crise histórica

EMBRAPA/DIVULGAÇÃO/JC

## Arroz enfrenta entraves como preços baixos, problemas logísticos e de comercialização

Ana Esteves

O Rio Grande do Sul é o principal responsável pela produção de arroz no País: 70% dos grãos consumidos no Brasil são oriundos das lavouras gaúchas, ou seja 7,5 milhões de toneladas na safra 2025/2026. Desse montante, 80% saem dos campos cultivados nas Regiões Centro-Sul, Sul, Campanha e Fronteira Oeste. Mas, ao mesmo tempo em que as regiões são gigantes na produção e beneficiamento do cereal, com mais de 130 anos de know-how e tradição no cultivo orizícola, amargam problemas crônicos: preços achatados no mercado interno, dificuldades logísticas e concorrência tributária desigual com estados como Paraná, Minas Gerais e Santa Catarina seguem sendo apontados como empecilhos para um melhor escoamento do produto para o restante do Brasil. Sofre a indústria e sofrem os produtores, que enfrentam custos de produção elevados, baixa remuneração e endividamento.

"Aqui no Rio Grande do Sul, apesar de o Estado ser o maior produtor de arroz do País e de ter a maior concentração de indústrias arroseiras fora da Ásia, estamos perdendo importância e competitividade. Embora hoje o Estado produza 70% do arroz nacional, estamos atendendo pouco mais de 50% do consumo brasileiro", afirma o presidente do Sindicato da Indústria do Arroz do Rio Grande do Sul (Sindarroz), Carlos Eduardo Borba Nunes.

Entre os principais problemas da indústria está o fato de as regiões produtoras estarem geograficamente deslocadas, e por isso arcarem com o maior custo logístico do Brasil para chegar nos mercados consumidores de outros estados. Além disso, têm a maior carga tributária no arroz dentro do País, sofrendo com a concorrência principalmente de Minas Gerais, São Paulo e Paraná. "Minas Gerais importa com zero, vende com zero e passa o crédito em bolsa para o comprador. O Paraná, importa com zero, vende com destaque do ICM e paga 1%", afirma Nunes.

Segundo o diretor do Sindicato das Indústrias de Arroz de Pelotas (Sindapel) e proprietário da Arrozeira Pelotas, Dilnei Sander Portantiolo, a tabela mínima de frete elevou os custos operacionais da indústria gaúcha, e a questão tributária tirou competitividade. "Quando vendemos para

Minas Gerais, por exemplo, pagamos 7% de ICMS. Já o arroz importado do Paraguai entra sem essa tributação e ainda sem tabela de frete internacional", afirma. Para ele, o cenário atual acaba favorecendo a instalação de indústrias fora do Rio Grande do Sul. "Hoje é mais vantajoso instalar uma indústria em Minas Gerais e importar arroz do Mercosul do que manter uma indústria no Rio Grande do Sul", critica.

Diante da crise, Nunes teme que a cultura do arroz padeça do mesmo problema que acometeu a cadeia do trigo, que dos 150 moinhos dos tempos áureos, restaram pouco mais de 20. "Não podemos deixar que a indústria do arroz venha a minguar e sucatear. Há 20 anos, o Estado contava com uma área de 1.150.000 hectares de arroz no Rio Grande do Sul e hoje temos 900 mil, menos 250 mil hectares. Se não for tomada alguma atitude para atacar essa situação, o setor não vai resistir e os produtores vão realmente migrar para outras culturas", afirma o presidente do Sindarroz, entidade que representa 100 indústrias no Rio Grande Sul.

Com a colheita encerrada, a safra 2025/2026 teve produtividade de 8.818Kg/ha, menor do que a registrada no período passado que chegou a 9.044Kg/ha. "Além da perda de produtividade, o produtor enfrenta um problema grave de comercialização. Hoje o arroz está sendo vendido em torno de R\$ 65 a saca de 60 quilos, valor que não cobre o custo de produção", afirma.

Diante do cenário econômico desfavorável, a expectativa do setor é de nova redução na área cultivada com arroz na próxima safra, em torno de 10%, conforme estimativa do Sindapel. O próprio dirigente afirma que pretende reduzir em cerca de 8% sua área cultivada, o equivalente a aproximadamente 120 hectares. "Se não houver redução de área, não há como melhorar o preço, pois o arroz não trabalha com mercado futuro, é basicamente oferta e procura. Quando a oferta é maior que a demanda, o preço despenca", explica Portantiolo.

Além do preço, os custos de produção seguem entre as principais preocupações do setor, com foco nos valores do diesel e dos fertilizantes, em função dos reflexos da guerra no Irã que coincidiu com o pico da colheita, fazendo os produtores pagarem R\$ 8,40 pelo litro do diesel. No caso dos fertilizantes, o dirigente do Sindapel diz que os produtores ainda não iniciaram as compras de fósforo e ureia para a próxima safra devido aos preços elevados. Apenas o potássio já foi adquirido, já que

mantém valores semelhantes aos do ano passado.

"Existe uma preocupação muito grande sobre quais tecnologias serão utilizadas, porque muitos produtores terão dificuldade de capital para manter o mesmo padrão de adubação dos últimos anos", diz. Portantiolo define o momento como uma crise prolongada e admite preocupação crescente dentro da cadeia produtiva, com empresas em recuperação judicial e outras avaliando a mesma medida. "Nós estamos vivendo cerca de 18 meses consecutivos de queda nos preços. É impossível uma empresa ter lucro quando o produto baixa de valor todos os meses", afirma.

Entre as saídas está exportar o grão para os mais de 138 destinos que compram o arroz gaúcho. No primeiro trimestre de 2026, as exportações gaúchas do cereal cresceram 137%, em comparação ao mesmo período anterior, com 529,4 mil toneladas embarcadas. "Estamos em busca de novos mercados compradores de fora do País para aumentar nossa participação no mercado. Temos grande reconhecimento também pelo padrão de qualidade, especialmente em relação ao arroz norte-americano, porque é um produto ou híbrido ou transgênico", diz Nunes.



Estado produz 70% do arroz nacional, mas perde em competitividade

## Beneficiamento anual das maiores indústrias arroseiras gaúchas em 2024

	Indústria / Cidade principal	Unidades ativas	Beneficiamento anual (toneladas)	Parte no total
1º	Camil Alimentos S/A. (Itaqui)	4	800.315	15,29%
2º	Josapar (Pelotas)	2	357.885	6,84%
3º	Pirahy Alimentos Ltda. (São Borja)	2	237.880	4,55%
4º	Cooperativa Triticola Sepeese Ltda – Cotrisel (São Sepé)	3	217.522	4,16%
5º	Arrozeira Pelotas (Pelotas)	1	163.277	3,12%
6º	Urbano Agroindustrial Ltda. (São Gabriel)	1	168.230	3,21%
7º	Engenho A. M. Ltda. (Eldorado do Sul)	1	129.110	2,47%
8º	Dickow Alimentos Ltda. (Agudo)	1	121.942	2,33%
9º	São João Alimentos Ltda. (Uruguaiana)	1	116.696	2,04%
10º	Nelson Wendt & Cia Ltda. (Pelotas)	1	116.617	2,23%
11º	Pilecco Nobre Alimentos Ltda. (Alegrete)	1	116.238	2,22%
12º	Raroz Agroindustria Do Sul Ltda. (Itaqui)	1	97.814	1,87%
13º	Cooperativa Agroindustrial Alegrete Ltda – Caal (Alegrete)	1	97.296	1,86%
14º	Cooperativa Agroindustrial Cooperja (Santo Antônio da Patrulha)	1	93.995	1,80%
15º	Santalucia Alimentos Ltda. (Camaquã)	2	88.350	1,69%
16º	Engenho Coradini Ltda. (Dom Pedrito)	2	76.597	1,46%
17º	Rampinelli Alimentos Ltda. (Eldorado do Sul)	1	72.344	1,38%
18º	Lineu Pinzon (Sertão de Santana)	1	72.183	1,38%
19º	Coradini Alimentos Ltda. (Bagé)	2	67.965	1,30%
20º	Marzari Alimentos Ltda. (Santa Maria)	1	60.854	1,16%

FONTE: DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (DATER) DO INSTITUTO RIO GRANDENSE DO ARROZ (IRGA)

ORIZICULTURA

# Potencial dos biocombustíveis é alternativa ao setor do arroz

LANZETTA/EMBRAPA/DIVULGAÇÃO/JC



Grão gigante não é próprio para o consumo, mas pode ser empregado na produção de etanol e de ração

**Variedade que surgiu durante crise dos preços há mais de 10 anos volta à cena produtiva gaúcha**

**Eduardo Torres**

Um arroz de grão gigante, chegando a 52 gramas a cada mil grãos – o dobro do arroz convencional –, com elevado teor de amido e não recomendado ao consumo humano é atualmente desenvolvido no campo experimental da Embrapa Clima Temperado, em Pelotas, e pode representar mais uma resposta do agro gaúcho à crise dos combustíveis. Mais que isso, é uma maneira de viabilizar economicamente as lavouras de arroz no Sul do Estado. O BRS AG é desenvolvido para ser matéria-prima na produção de etanol e para ração animal.

“Essa cultivar não se diferencia em nada no manejo e no potencial produtivo atual do arroz no Rio Grande do Sul. O grão, diferenciado, é que se destina a outra finalidade e pode agregar valor aos produtores”, explica o pesquisador da Embrapa Clima Temperado, Ariano Magalhães. E mesmo que soe como novidade em tempos de corrida por combustíveis alternativos e sustentáveis, o BRS AG não é nada novo. Foi apresentado ainda em 2014, como resultado de uma crise de preços no arroz e da primeira onda de biocombustíveis no País.

“Em 2010, a partir de uma crise, o setor produtivo procurou a Embrapa para desenvolver uma alternativa

e este foi o resultado. Mas, na época, houve recuperação do arroz e o interesse diminuiu. A cultivar não chegou a ser produzida comercialmente. Agora, em uma nova crise, fica demonstrado que o setor precisa pensar a médio e longo prazo. Já houve procura de produtores durante a abertura da colheita do arroz, e a indústria de biocombustíveis no Estado também se encontra em um novo estágio de desenvolvimento. O cenário é mais favorável e o BRS AG pode ser uma forma de equilibrar um pouco mais o mercado”, comenta Magalhães.

Somente entre janeiro e dezembro, com oferta em alta, o preço pago pelo arroz ao produtor teve redução de 47%. Os cinco municípios com maior produção do grão no Rio Grande do Sul ficam justamente entre a Campanha, Fronteira Oeste e Sul, e mesmo com redução de área plantada, por exemplo, entre 2024 e 2025, o desenvolvimento genético e o manejo aprimorado têm garantido produtividade positiva a cada safra. Em contrapartida, nos últimos 30 anos, o volume per capita de arroz consumido pelo brasileiro reduziu em 27%.

A verticalização da cadeia produtiva também é garantida na região, com a maior concentração dos engenhos de arroz em polos como Pelotas, Uruguaiana e São Gabriel. Uma das alternativas apontadas em estudo do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) é a busca de novos mercados internacionais ao arroz gaúcho. No primeiro trimestre deste ano, este movimento foi bem sucedido. A venda de arroz no Exterior representou

47,1% das exportações de Pelotas no período, e registrou uma alta de 90% no arroz com casca no Estado em relação aos três primeiros meses de 2025, mesmo com uma queda de 48% no arroz já processado. No entanto, o setor relata desaceleração nos meses seguintes.

“A nossa estimativa é de que o arroz gigante poderia ocupar 10% da área produtiva com o grão no Rio Grande do Sul. Não comprometeria a demanda por alimento e garantiria um fator de equilíbrio de mercado, com valor agregado ao produtor”, explica o pesquisador. No atual ciclo produtivo, a Embrapa fez a primeira multiplicação de sementes; no próximo, o desenvolvimento se dará ainda no campo, e a estimativa é de que em duas safras seja possível ter grãos suficientes para abastecer a demanda industrial para produção de etanol ou ração animal.

Os estudos indicam que a cultivar tem capacidade de gerar 430 litros de etanol por tonelada de grãos, um potencial superior ao milho e à cana de açúcar, por exemplo. O cálculo da Embrapa Clima Temperado é de que, com um cultivo de 100 mil hectares, seja suficiente produzir em torno de 100 quilos por hectare e, com isso, abastecer a demanda industrial.

“Todo cereal se presta à produção de biocombustível por meio da hidrólise, mas essa variedade garante esse processamento com mais eficiência e menor tempo em relação ao arroz fino, por exemplo, além de não representar uma concorrência à produção alimentar”, detalha o pesquisador.

## Maiores áreas e produções de arroz da região

- 📍 Uruguaiana: 72,2 mil hectares | 707,2 mil toneladas
- 📍 Santa Vitória do Palmar: 68,1 mil hectares | 653,1 mil toneladas
- 📍 Itaqui: 57,2 mil hectares | 604,7 mil toneladas
- 📍 Alegrete: 50,5 mil hectares | 460,7 mil toneladas
- 📍 Dom Pedrito: 36,9 mil hectares | 339,2 mil toneladas

## Mesmo com alta de custos, cereal mantém papel estratégico no Sul

**Ana Esteves**

A cadeia produtiva do arroz segue como um dos principais motores econômicos do Rio Grande do Sul, especialmente nas regiões da Campanha, Fronteira Oeste e Sul do Estado. No entanto, o setor atravessa um período de forte pressão financeira, marcado pelo aumento dos custos de produção, endividamento dos produtores e redução gradual do número de agricultores na atividade. Segundo o assistente técnico regional da Emater/RS-Ascar, Fábio Gallarreta, que atua em 20 municípios da região de Bagé e Fronteira Oeste, as safras de 2024 pra cá foram impactadas diretamente pelo cenário geopolítico internacional, principalmente pelas guerras entre Rússia e Ucrânia e no Oriente Médio.

“O custo da lavoura aumentou significativamente. Hoje, o desembolso direto para implantação e condução da cultura gira em torno de R\$ 15 mil por hectare”, afirma. Conforme o técnico, o incremento nos custos da última safra ficou entre 10% e 15%, puxado principalmente pelo encarecimento de fertilizantes, combustíveis e defensivos agrícolas.

Enquanto os custos avançam, o preço recebido pelo produtor permanece abaixo do necessário para cobrir as despesas da lavoura. De acordo com levantamento da Emater, os preços praticados no Estado variam atualmente entre R\$ 58 e R\$ 65 por saca de 50 quilos, com maior incidência próxima de R\$ 61. O problema, segundo o especialista, é que o custo de produção estimado pelo Instituto Rio Grandense do Arroz (Irga) exige um valor próximo de R\$ 75 por saca para garantir equilíbrio financeiro ao produtor. “A situação preocupa porque, além do custo elevado, muitos produtores já carregam passivos e endividamento acumulado de outras safras”, destaca.

Diante do cenário econômico desfavorável, a redução da área cultivada na próxima safra é considerada uma possibilidade real. Apesar disso, o técnico observa que parte da produção vem sendo direcionada para exportação, principalmente

via Porto de Rio Grande, numa tentativa de reduzir estoques internos e melhorar a sustentação dos preços. Outra alternativa que começa a ganhar espaço dentro do setor é a utilização do arroz para produção de etanol. A proposta já vem sendo discutida junto ao governo estadual e é vista como uma forma de ampliar o consumo do cereal e agregar valor à cadeia produtiva.

“O Rio Grande do Sul é deficitário em etanol e depende muito do produto vindo de São Paulo. A ideia é transformar um problema em oportunidade”, afirma. Segundo ele, já existem plantas industriais em construção no Estado voltadas para produção de etanol a partir de outras culturas, como trigo e batata-doce, e o setor arroseiro busca apoio para implantação de unidades também na metade Sul.

Apesar das dificuldades econômicas, o técnico não acredita em uma redução drástica da cultura no Rio Grande do Sul, como ocorreu em outras cadeias agrícolas, a exemplo do trigo, pois para ele o arroz irrigado possui maior estabilidade produtiva, graças ao domínio tecnológico dos produtores e à irrigação por inundação, predominante no Estado. “O arroz tem uma estabilidade que outras culturas não possuem. O produtor domina a tecnologia e a irrigação reduz muito o impacto climático”, afirma. Enquanto culturas de inverno, como o trigo, sofrem perdas severas em períodos de excesso de chuva durante a colheita, o arroz apresenta menor vulnerabilidade climática.

Um dos principais sinais de transformação do setor está na redução do número de produtores. Conforme dados da Associação dos Arroseiros de Uruguaiana e Barra do Quaraí, repassados à Emater, houve queda entre 30% e 40% no total de produtores desde os anos 2000. Ao mesmo tempo, o tamanho médio das propriedades aumentou. Há cerca de 25 anos, a média de área por produtor ficava entre 200 e 250 hectares. Atualmente, supera os 500 hectares. O movimento reflete a saída gradual dos pequenos produtores da atividade, pressionados pela baixa rentabilidade e pelo aumento dos custos operacionais.

## IRRIGAÇÃO

# Sistema de barragens será fôlego contra a estiagem no campo



MAURO NASCIMENTO/SECOMRS/JC

Barragem Jaguari (foto) atenderá São Gabriel, Lavras do Sul e Rosário do Sul; Taquarembó atenderá Lavras, Rosário, Dom Pedrito e Santana do Livramento

## Reservatórios terão potencial para 254 milhões de metros cúbicos de água

Eduardo Torres

Uma estrutura gigante na paisagem do campo tomou forma com a inauguração, no final de março deste ano, da Barragem do Arroio Jaguari, em São Gabriel. Até o final do ano, a previsão é de que também esteja concluída a obra de outra grande barragem, no Arroio Taquarembó, em Dom Pedrito. Somados, os dois reservatórios poderão garantir 254 milhões de metros cúbicos de água que, a partir de sistemas de canais, levarão irrigação – além da regularização do abastecimento público para quase 350 mil habitantes – para um potencial de até 117 mil hectares, e, com isso, alento às regiões da Campanha e Fronteira Oeste, que contabilizam as maiores perdas nas lavouras, especialmente de soja, com a sequência de estiagens no Estado. Nos últimos 30 anos, a estimativa é de que, no eixo entre São Gabriel e Bagé, tenha havido perda de até 70% no potencial produtivo de soja em virtude da falta de água.

“São obras de infraestrutura que já esperamos há muito tempo. Há oito anos, contratamos um estudo que constatou que, a partir do momento em que as barragens estiverem

operando a pleno, o investimento feito nas estruturas retorna em, no máximo, três anos à economia do Estado. Representa um salto na direção contrária do que temos visto nos últimos anos. Para se ter uma ideia, nas últimas quatro décadas, a cada ciclo de cinco anos, três são de seca, um é normal e somente um é positivo”, diz o produtor rural Sérgio Giuliani, que preside a Associação dos Usuários de Água da Bacia do Rio Santa Maria, onde desaguam os arroios Jaguari e Taquarembó.

Somente vinculados à associação, são 189 produtores rurais, mas o volume é muito maior. Logo na saída da barragem do Jaguari são 500 famílias produtoras em um assentamento. Ao todo, depois de 18 anos entre idas e vindas, as obras das barragens consumirão investimento de mais de R\$ 600 milhões entre recursos do Estado e da União. A estimativa é de que serão 18 meses até que a Barragem de Jaguari, já concluída, esteja cheia. O processo de contratação de empresa para a construção dos canais que levarão a água às cidades e lavouras foi iniciado e a perspectiva é de que os primeiros bons efeitos da barragem na região sejam percebidos em 2028. Processo semelhante deve acontecer em relação a Taquarembó. O resultado, aponta o Governo do Estado, virá na produtividade das lavouras.

Atualmente, mesmo com quatro

municípios da macrorregião figurando entre as dez maiores áreas de plantio de soja no Rio Grande do Sul – São Gabriel, Dom Pedrito, Alegrete e São Borja –, somente São Borja está no top 10 quando é avaliada a quantidade de grãos produzida. Não é coincidência. O município e Dom Pedrito são os únicos da macrorregião entre os dez do Estado com maior volume de sistemas de irrigação implantados nas lavouras de soja.

Desde o início da série do Mapa Econômico, foram avaliadas as safras de soja entre 2021, ano de supersafra, e 2024. Neste período a área plantada entre as cinco maiores lavouras da macrorregião aumentou 26,2%, no entanto, a produção nesses mesmos cinco municípios despencou 21%. A exceção é justamente São Borja, onde houve avanços em irrigação. No município, a área plantada aumentou 50% no período e a produção saltou em 71%, mesmo no comparativo entre um ano de supersafra e um de estiagem.

Conforme a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi), nas áreas onde há irrigação, a produtividade da soja chega a ser 80% maior. Mesmo tendo quase dobrado a área de lavouras com sistemas implementados entre 2020 e 2025, chegando a 242 mil hectares, só 3,6% das áreas cultivadas com o grão no Rio Grande do Sul contam com irrigação.

Em São Gabriel, onde Sérgio Giuliani produz em uma área de quatro mil hectares, está a segunda maior área cultivada de soja do Estado, com 137 mil hectares, representando um crescimento de 50% da área cultivada em uma década. No entanto, com 193,1 mil toneladas colhidas em 2024, São Gabriel foi somente o 14º gaúcho no volume de grãos.

Na propriedade de Giuliani, que fica no limite com Lavras do Sul, foi implantado um sistema de irrigação em 700 hectares (17,5% da área cultivada). “Estamos fazendo testes com o limite de água que temos, e os resultados são incomparáveis com a área onde não há irrigação. Na área de coxilha, saltamos de 18 para 55 sacos por hectare, e, na várzea, de 35 para 80 sacos por hectare. Mesmo com menos de 20% da área irrigada, eu diria que hoje em torno de 40% da produção sai desse trecho da propriedade”, aponta o produtor.

Mais do que isso, a implantação da irrigação tem permitido a ele agregar valor à produção. É no trecho irrigado que Giuliani tem desenvolvido sementes, que são vendidas a outros produtores e cooperativas. “A chegada das barragens, com a irrigação, é uma maneira de tornar a produção em toda a região mais sustentável, do ponto de vista econômico, mas também humano. O abastecimento público será normalizado”, comemora.

### As barragens vão...

- ▶ acumular 254 milhões de metros cúbicos de água
- ▶ beneficiar 350 mil habitantes
- ▶ potencializar a irrigação para até 117 mil hectares

No caso da Barragem Jaguari, os municípios de São Gabriel, Lavras do Sul e Rosário do Sul são os mais beneficiados. Na do Taquarembó, estão Lavras do Sul, Dom Pedrito, Rosário do Sul e Santana do Livramento.

### Produção irrigada de soja na região e posição no RS

A produção irrigada de soja no RS atinge apenas 242 mil hectares (3,6% da área cultivada em 2025)

📍 São Borja (1º)

📍 Dom Pedrito (8º)

### Evolução da safra

⬆️ 2021: 445 mil hectares plantados / 1,1 milhão de toneladas produzidas

⬆️ 2022: 532,5 mil hectares plantados / 642,5 mil toneladas produzidas

⬆️ 2023: 569 mil hectares plantados / 1,01 milhão de toneladas produzidas

⬇️ 2024: 562 mil hectares plantados / 943,7 mil toneladas produzidas

### Maiores áreas de produção de soja e posição no RS

📍 São Gabriel: 137 mil hectares (2º)

📍 Dom Pedrito: 120 mil hectares (3º)

📍 Alegrete: 120 mil hectares (4º)

📍 São Borja: 105 mil hectares (6º)

📍 Santana do Livramento: 80 mil hectares (12º)

### Maiores produções de soja e posição no RS

📍 São Borja: 267 mil toneladas (7º)

📍 Alegrete: 227 mil toneladas (11º)

📍 São Gabriel: 193,1 mil toneladas (14º)

📍 Dom Pedrito: 180,6 mil toneladas (18º)

📍 Maçambará: 147,6 mil toneladas (27º)

### Efeitos da estiagem

- ⬆️ Entre 2021 e 2024, períodos considerados desde o início do Mapa Econômico do RS, a área cultivada de soja entre as 5 maiores lavouras da macrorregião aumentaram 26,2%
- ⬇️ Considerando os mesmos 5 municípios, a produção no período reduziu 21% na região
- ⬆️ Em São Borja, isoladamente, que lidera o avanço da irrigação na região, houve 50% de aumento na área plantada e 71% de aumento na produção de soja

INFRAESTRUTURA

# Investimentos de R\$ 13,8 bi em Rio Grande esbarram em entraves

**CMPC, Grupo Cobra e Refinaria Riograndense aguardam solução de imbróglis judiciais e administrativos**

Ana Stobbe

A cidade de Rio Grande, na Região Sul do Rio Grande do Sul, espera atrair R\$ 13,8 bilhões em investimentos diversos. Entretanto, em todos os casos, imbróglis administrativos ou judiciais travaram o seguimento dos projetos e, consequentemente, a injeção de recursos no município.

Enquanto a Refinaria Riograndense espera ser transformada em biorrefinaria, definições administrativas do quadro societário da Braskem precisam ser realizadas para que o projeto possa avançar. Já o terminal de celulose da CMPC e a termelétrica a gás natural do Grupo Cobra esperam solucionar embates judiciais.

Um dos principais deles é o da Refinaria Riograndense, de R\$ 6 bilhões, para transformar a estrutura em uma biorrefinaria. O aporte já foi anunciado, oficializado e possui cronograma já definido pela Petrobras. Conforme a assessoria da Refinaria, está sendo aguardada a aprovação do projeto pelos acionistas, cujo prazo previsto é ainda neste primeiro semestre do ano.

O imbróglis, entretanto, reside na definição do corpo societário da Braskem, que passou da Novonor (ex-Odebrecht) para a gestora IG4 Capital. A empresa é uma das sócias do complexo riograndino, junto à Petrobras e ao Grupo Ultra.

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, já havia antecipado que a expectativa era de iniciar as obras no segundo semestre do ano, com previsão de término em 2028. Posteriormente, comunicou que o papel da Braskem no investimento dependia da definição societária da companhia petroquímica.

Apesar disso, o entrave está



Projetos bilionários serão desenvolvidos no município portuário do Sul

próximo de ser solucionado. Afinal, com o acordo realizado em abril, a IG4 Capital passa a ter 50,1% do capital votante da Braskem. A Petrobras, por sua vez, terá um peso importante, de 47%, e Magda será a presidente do conselho de administração da companhia petroquímica.

Com isso, conforme apuração do Jornal do Comércio, foi consenso no "Fórum Indústria Química RS: competitividade, inovação e desenvolvimento do Brasil" que os caminhos estão abertos para que a biorrefinaria prossiga conforme o cronograma estabelecido. O evento em questão foi realizado na segunda-feira, 18 de maio, na Fiergs, em Porto Alegre.

Neste caso, conforme o secretário municipal de Desenvolvimento

Econômico de Rio Grande, Vitor Magalhães, a principal preocupação da prefeitura é em relação aos processos que estão sendo adotados para a transformação. "Foi como se desligassem um disjuntor sem ligar outro. Porque as pessoas foram demitidas da refinaria e não estão sendo contratadas na biorrefinaria porque há etapas para serem cumpridas. Mas isso impacta diretamente no mercado de trabalho", pontua.

O Executivo riograndino está atuando junto às representações políticas federais da região para buscar acelerar o processo. Além disso, Magalhães acrescenta que a gestão municipal tem buscado a realocação profissional dos funcionários da Refinaria Riograndense que foram desligados.

## Raio-X dos empreendimentos

### Refinaria Riograndense:

R\$ 6 bilhões para a sua transformação em biorrefinaria, depende de aprovação dos acionistas e da definição do quadro societário da Braskem.

### Grupo Cobra:

R\$ 6 bilhões para a construção de uma termelétrica a gás natural, um terminal de regaseificação e um pier para navios, questão foi judicializada e agora depende de aval da Aneel  
**CMPC:** R\$ 1,8 bilhão para erguer um terminal de celulose junto ao Porto do Rio Grande, depende de disputa judicial com o MPF

## Grupo Cobra precisa de aval da Aneel para projeto de termelétrica a gás

Há R\$ 6 bilhões do Grupo Cobra, da Espanha, previstos para a construção de uma termelétrica a gás natural, um terminal de regaseificação e um pier para navios, que deverão ser instalados no Porto do Rio Grande. Neste caso, o imbróglis é judicial: a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) revogou a outorga do empreendimento, que foi restabelecida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4).

Entretanto, ainda é necessária uma análise da Aneel para o repasse do projeto aos espanhóis. Afinal, o leilão foi realizado há mais de uma década e vencido pela Bolognesi, mas o Grupo Cobra optou por assumir o empreendimento. Será preciso, também, renovar o licenciamento ambiental junto à Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Atualmente a empresa está reunindo a documentação necessária para ambos os processos, informou à reportagem o secretário municipal de

Desenvolvimento Econômico de Rio Grande, Vitor Magalhães. Ele lembra que há movimentações pela termelétrica pelo menos desde 2006. E, agora, está o mais perto possível de que o empreendimento possa se concretizar, embora ainda tenha etapas a serem realizadas.

A prefeitura aguarda o desenrolar do projeto para a atração de outras empresas para a cidade. Afinal, a ausência de fornecimento da gás natural foi um dos motivos que afastaram a montadora de veículos chinesa GWM de empreender em Rio Grande — projeto que deve ir ao Espírito Santo. "O vice-presidente da GWM Global disse que só colocava a indústria de pé com gás natural. E a gente não tinha gás, tinha que trazer de caminhão até aqui", conta Magalhães.

A geração de empregos também é vista com bons olhos. Conforme o secretário municipal, são esperados 10 mil novos postos de trabalho diretos e 27 mil indiretos.

## Ação do MPF trava avanço de terminal de celulose da CMPC

O maior montante do histórico investimento de R\$ 27 bilhões do Projeto Natureza da CMPC será aportado em Barra do Ribeiro, no Centro-Sul do Estado, para onde está prevista uma nova fábrica de celulose. Entretanto, uma fatia de R\$ 1,8 bilhão ficará em Rio Grande, para a construção de um terminal de celulose junto ao porto. E a iniciativa está com um entrave judicial junto ao Ministério Público Federal (MPF).

O órgão ajuizou uma ação no dia 13 de maio alegando que a multinacional chilena não realizou a Consulta Prévia, Livre e Informada (CPLI) das comunidades de pescadores artesanais, indígenas e quilombolas da região ao longo do licenciamento ambiental, conforme prevê a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A iniciativa também pretende que, no curso do licenciamento, sejam elaborados estudos específicos sobre os impactos a essas comunidades (ECTs), para que o Plano Básico Ambiental contemple medidas que tratem de afastar, reduzir ou

compensar os danos aos modos de vida tradicionais desses grupos.

Além disso, a ação pede que os estudos da CMPC sejam reformulados em parte, sob alegação de que deixaram de identificar impactos negativos que afetam diretamente outras comunidades além das já identificadas no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Conforme o MPF, o projeto prevê o lançamento diário no Lago Guaíba de 216 mil m<sup>3</sup> de efluentes contendo 720 quilogramas de compostos organoclorados (AOX), dioxinas e furanos — substâncias altamente tóxicas, bioacumulativas e com potencial cancerígeno, a poucos quilômetros de pontos estratégicos de captação de água.

Essas substâncias atingiriam a coleta d'água do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), em Porto Alegre, no bairro Belém Novo, e da Corsan Aegea, em Barra do Ribeiro. Entretanto, de acordo com o MPF, os estudos limitaram a área de influência direta dos impactos a um raio de cinco quilômetros da fábrica.

A CMPC se posicionou à época por meio de nota em que afirmava não ter sido notificada oficialmente da Ação Civil Pública, mas disse manifestar surpresa e lamentar a judicialização. "A CMPC reafirma que o Projeto Natureza vem sendo conduzido com rigor técnico, transparência e absoluto respeito à legislação ambiental brasileira, seguindo todas as recomendações, ritos e exigências estabelecidas pelos órgãos responsáveis do processo de licenciamento", pontuou a multinacional.

A chilena destacou ainda que foram realizados 4 fóruns abertos à comunidade, nos quais participaram mais de 1,7 mil pessoas, durante o processo de licenciamento. "Foi conduzido o processo de diálogo com as comunidades indígenas, de acordo com as recomendações e exigências dos órgãos competentes. Além disso, foi realizada uma audiência pública, presidida pelo órgão licenciador, na qual participaram presencialmente mais de 1,1 mil pessoas e outras 1,4 mil de forma virtual", acrescentou.

## INFRAESTRUTURA

## Investimentos garantem competitividade à hidrovia

**Recursos do Funrigs permitiram dragagem e reforço na sinalização de trechos entre Rio Grande e Porto Alegre**

**Eduardo Torres**

Quando o navio PGC Taormina, com bandeira de Malta e carregado com gás bruto, terminou o percurso desde o Porto de Rio Grande até Porto Alegre pela Lagoa dos Patos, em abril, representou um marco para a logística hidroviária gaúcha. Depois de 42 anos, foi possível retomar a navegação noturna na principal via nas águas internas do Rio Grande do Sul.

A operação foi resultado de um planejamento iniciado cerca de três meses antes, após a liberação do canal para grandes embarcações, com a execução de trechos de dragagem e reforço na sinalização previstos nos investimentos destinados pelo Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) para dragagens dos canais de navegação à Portos RS, após a cheia que atingiu o Estado em 2024.

"Aquele aporte de R\$ 731

milhões terá sua complementação total neste ano, com a sequência do contrato iniciado em 2025 para dragagem em Rio Grande, e continuidade de dois lotes de canais hidroviários em processo de dragagem. Neste ano, ainda será licitado o último lote de quatro canais a serem dragados para completarmos o projeto iniciado após a cheia e a recuperação da capacidade de navegação no Rio Grande do Sul", explica o presidente da Portos RS, Cristiano Klinger.

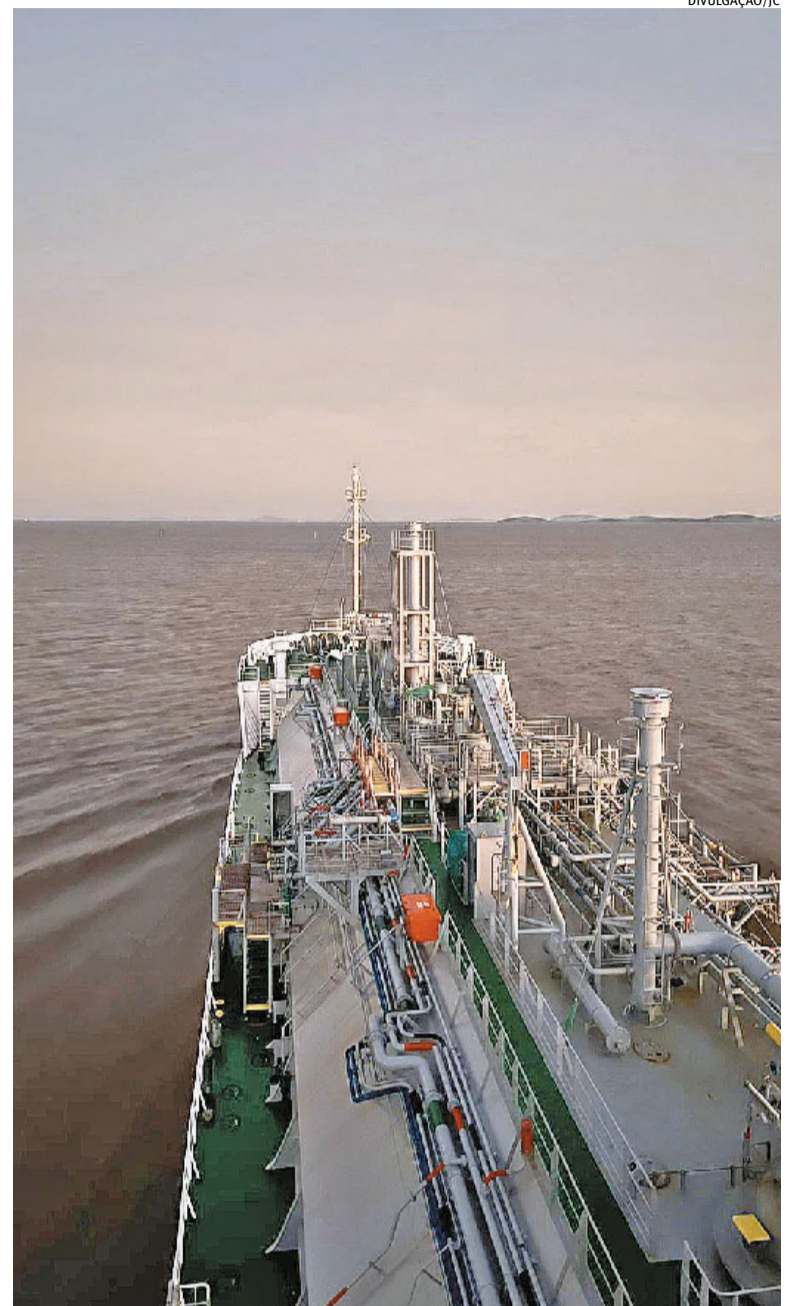
Ao todo – incluindo valores do Funrigs –, a companhia deve desembolsar R\$ 370 milhões em operações de dragagem neste ano. O avanço logístico da rota noturna tende a refletir em redução de custos e de tempo e, por consequência, uma maior atratividade ao uso da hidrovia. "É ganho de eficiência, redução de custos e mais competitividade para nossos portos. Essa vantagem chega, inclusive, aos consumidores finais", avalia o dirigente.

O canal na Lagoa dos Patos, com aproximadamente 260 quilômetros, é o principal trecho da hidrovia no Rio Grande do Sul que é alvo do projeto para concessão

por parte do Governo Federal. Pelo modelo proposto, a iniciativa privada passará a ser responsável pela manutenção da infraestrutura dos canais de navegação internos do Estado, assumindo operações como dragagens e batimetria. Um modelo que, na opinião de Cristiano Klinger, tende a tornar as operações mais eficientes.

"Hoje, sempre que existe uma necessidade, precisamos abrir todo um processo de licitação para que seja executada, por exemplo, uma dragagem. Isso torna o processo moroso e mais caro. A modelagem de contrato com longo prazo, além de dar segurança jurídica, técnica e operacional, vai reduzir custos para manter os calados e acesso às operações portuárias, tanto em Rio Grande quanto ao longo da hidrovia", avalia.

Em breve, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) deve publicar o chamado para uma audiência pública que avaliará o modelo de concessão, depois, o processo ainda passará por avaliação do Tribunal de Contas da União e só então estará pronto para ser levado a leilão.



RS retoma navegação noturna nas águas internas após 42 anos

## Empresa promete terminal de grãos mais rápido do mundo

A Bianchini, uma das maiores operadoras de cargas graneleiras no Porto de Rio Grande, prepara-se para colocar em operação um dos terminais mais rápidos do mundo. A partir dos investimentos de R\$ 200 milhões, e a instalação de uma nova e mais moderna esteira, serão, ao final do processo de implantação, cinco mil toneladas de grãos carregadas por hora para as embarcações. Atualmente, a capacidade do terminal é de 2,6 mil toneladas a cada hora.

"No momento em que agilizamos todo o processo, não fazemos mais os navios terem que esperar fora da barra. E isso nos gera preços melhores para a soja, sem tantas perdas com a logística", explica o coordenador de operações portuárias da Bianchini, Antônio Carlos Bacchieri.

A perspectiva é de que a nova esteira entre em operação no começo de 2027, em um primeiro momento, com ampliação de 60% em relação à atual capacidade de

transporte por esteiras no terminal.

O investimento também resultará na ampliação da capacidade de armazenamento no terminal da Bianchini. Passará das atuais 1,2 milhão de toneladas de capacidade estática em armazéns horizontais para 1,5 milhão de toneladas.

Conforme Bacchieri, as mudanças se estendem a todo o ciclo de operação do terminal. Em relação à chegada de grãos pelo modal ferroviário, serão instalados

tombadores mais modernos, e também haverá melhorias no sistema de operações rodoviárias.

"Criamos uma infraestrutura própria para os caminhoneiros. A ideia é que nenhum fique mais de seis horas em Rio Grande", detalha.

A operação da Bianchini divide com os terminais Tergrasa e Termasa, da cooperativa CCGL, a maior parcela das ações de embarque e desembarque de grãos em Rio Grande. E a perspectiva

é de que em outubro deste ano esteja operando o Termasa completamente renovado após a destruição provocada pela cheia de 2024.

Os investimentos devem chegar a R\$ 700 milhões para elevar a 400 mil toneladas de capacidade estática instalada no terminal, que também tem o píer transformado, aumento na capacidade operacional de carga e descarga de caminhões e trens, novas balanças e uma subestação de energia.

## Pelotas e Rio Grande serão bases logísticas para a exploração de petróleo

Entre o Porto de Rio Grande e o Aeroporto João Simões Lopes Neto, em Pelotas, a Petrobras começa a estabelecer as bases do que pode transformar a infraestrutura dos dois municípios do Sul do Estado. Estes foram os dois pontos escolhidos pela companhia como bases para a atuação das suas equipes

durante os estudos de avaliação do potencial de exploração de petróleo na chamada Bacia de Pelotas, entre o Sul do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Por meio de nota da sua assessoria de imprensa, a Petrobras confirma que está conduzindo levantamentos em alguns municípios do Rio Grande do Sul

visando subsidiar o Estudo de Impacto Ambiental relacionado ao processo de licenciamento da atividade de pesquisa na Bacia, e que já tramita junto ao IBAMA. As bases aérea e marítima fazem parte da estruturação destes estudos.

Apesar do potencial elevado de haver petróleo nesta região,

ainda não há conclusão sobre a viabilidade comercial da exploração no litoral gaúcho. Daí a importância deste estágio de investigação técnica de possíveis explorações de petróleo e gás. A prospecção da Bacia tem previsão de duração até 2028.

Em material divulgado à imprensa, a Prefeitura de Pelotas

chegou a confirmar que o município sediará toda a gestão e administração das operações de prospecção, o que poderá resultar, futuramente, em ganhos significativos com os royalties. A Petrobras, no entanto, esclarece que ainda não definiu a localização da base administrativa e operacional para a região.

INFRAESTRUTURA

# Estaleiro devolve ritmo industrial ao Porto de Rio Grande

**Investimentos na zona portuária movimentaram quase R\$ 7 bilhões**

Eduardo Torres

No último ciclo positivo do polo naval de Rio Grande, a movimentação na montagem de embarcações no Estaleiro Rio Grande convivia com a própria montagem do estaleiro, quase simultaneamente. Hoje, após um investimento de R\$ 13 milhões por parte da Ecovix somente para uma atualização dos equipamentos já disponíveis no estaleiro desde o antigo ciclo, a retomada foi possível. No entanto, esse retorno da mobilização do estaleiro agora coincide com um novo ciclo de investimentos no Porto de Rio Grande, desde o incremento de terminais, como nos casos do Termasa, da Bianchini, do recentemente anunciado futuro terminal de celulose e da ampliação do Terminal de Contêineres (Tecon), até a própria infraestrutura portuária e marítima. Ao todo – incluindo os aportes recebidos para a montagem de novas embarcações pela Ecovix –, os recentes investimentos movimentam quase R\$ 7 bilhões na principal porta de entrada e saída de mercadorias do Rio Grande do Sul.

“A soma de todos esses investimentos atraídos para Rio Grande faz parte de uma construção estratégica que iniciamos em 2022 para tornar a nossa operação mais forte em todo o seu complexo hidroviário. Um projeto de sermos vistos em outro patamar, como um hub verdadeiramente do

Conesul. Ainda estamos na busca por mais investimentos, que vão ampliar a nossa capacidade, eficiência e competitividade. Hoje, eu digo que qualquer carga nova que chegue, o Porto de Rio Grande tem capacidade de atender”, valoriza o presidente da Portos RS, Cristiano Klingner.

Somente em investimentos na infraestrutura marítima, que envolve toda a operação em Rio Grande, a Portos RS tem em 2026 um ano de investimentos recordes desde 2022, chegando a R\$ 319,1 milhões a serem desembolsados. E há ainda a maior parte destinada ao Porto e ao Distrito Industrial da cidade do Sul do Estado entre os R\$ 20 milhões destinados à infraestrutura terrestre no ano.

“São aportes que vão desde o controle de acessos, automação, renovação de toda a parte elétrica até a implementação do sistema VTS, de controle de tráfego. Tudo o que vai nos auxiliar em tomadas de decisão e eficiência de operação”, resume Klingner.

No estaleiro, já são pelo menos seis anos garantidos por contratos para a construção de embarcações em Rio Grande. A partir da chegada da primeira carga de aço, em abril, a organização das linhas de produção iniciou. E a partir de julho, de acordo com o CEO da Ecovix, Robson Passos, com a chegada de uma carga maior de aço, o processamento do metal ganhará maior fôlego, inclusive com a contratação de pelo menos 100 trabalhadores, além dos 350 que já atuam no complexo.

“Iniciamos as operações pela construção dos quatro navios Handy Max (que operam com a



Retorno da movimentação no Estaleiro coincide com novo ciclo de investimentos no Porto de Rio Grande

movimentação de derivados de petróleo) no projeto em parceria no consórcio Maré Nova, que está com a parte de engenharia mais adiantada e nos permite iniciar o processamento do aço. Este deve ser o contrato que vai impulsionar mais fortemente o nosso segundo semestre, mas o contrato para construção dos cinco navios gaseiros, que tem engenharia contratada pela Ecovix, está em fase final dessa etapa e a nossa ideia é, ainda neste ano, termos alguma movimentação, também de processamento de aço, para este contrato no estaleiro”, detalha o dirigente.

Ainda neste ano, a empresa espera pelo resultado da concorrência – na qual apresentou a melhor proposta à Transpetro – para a construção de outros quatro navios do tipo MR1 (Medium Range - para o transporte de petróleo e derivados), com a mobilização no estaleiro possivelmente iniciando em 2027, somando outros R\$ 1,3 bilhão aos R\$ 3,6 bilhões já contratados no estaleiro.

Simultaneamente, o estaleiro deve iniciar neste começo de segundo semestre o desmantelamento, em um contrato com a Gerdau, da segunda plataforma de petróleo, a P-33, gerando metal a ser reciclado nas operações da siderúrgica entre Charqueadas e Sapucaia do Sul. A primeira, a P-32, foi desmanchada

em oito meses de operações, finalizadas em maio.

De acordo com Robson Passos, o acúmulo de demandas não preocupa em relação à capacidade de produção do estaleiro. As instalações contam com duas linhas de produção aptas a finalizarem duas embarcações por ano e com uma capacidade de processamento de até 80 mil toneladas de aço por ano.

“Foi uma planta concebida no contexto da produção de plataformas, e nos contratos atuais, nenhuma embarcação atingirá esse volume de processamento”, explica Passos.

No pico de movimentação do estaleiro, previsto para acontecer até o final do próximo ano, serão quatro mil pessoas trabalhando nas linhas de produção. A maior parte, aponta o CEO da Ecovix, a ser preenchida com profissionais já disponíveis entre Rio Grande e Pelotas. No entanto, o desafio da empresa, desde a retomada do estaleiro, era garantir contratos pelo mais longo prazo possível. E a preocupação não era apenas de garantir a operação das linhas de produção, mas para gerar fôlego para o desenvolvimento de especialistas e engenheiros em Rio Grande, o que, futuramente, será um diferencial técnico fundamental para atrair novos projetos.

“Hoje o mercado tem uma lacuna. Mesmo com a disponibilidade

da maior parte dos profissionais que estarão nas linhas de produção, quando falamos em funções mais qualificadas e especializadas, como engenheiros, há um vazio entre profissionais seniores, que já atuavam no ciclo anterior da indústria naval de Rio Grande, e muito jovens. A aproximação entre essas gerações vai ser o ganho deste ciclo que, até o momento, já tem seis anos garantidos de atuação. Formar e capacitar esses especialistas é fundamental para a permanência da indústria naval na região”, aponta.

É o que Passos chama de ciclo de aprendizagem, como acontece no processo de desmantelamento das plataformas de petróleo. Em uma operação inédita entre estaleiros brasileiros, somente com uma plataforma foram geradas 44 mil toneladas de aço. “Tudo foi feito de forma segura, tanto do ponto de vista da saúde dos trabalhadores quanto do meio ambiente. Houve, fundamentalmente, uma curva de aprendizado. No final do desmantelamento da primeira plataforma, já conseguimos tirar blocos de 1 mil toneladas em uma só ação”, conta o CEO. A expectativa é, a partir da chegada da segunda plataforma ao dique, demorar o mesmo período no desmanche. São estruturas “irmãs”, com porte semelhante e mesma concepção.

## Investimento bilionário em contêineres

Até 2029, com aporte de R\$ 1,4 bilhão, o Terminal de Contêineres do Porto de Rio Grande deverá operar com capacidade de movimentação de até 3,2 milhões de TEUs (medida para contabilizar contêineres carregados em um navio cargueiro) anuais, mais do que o dobro da atual capacidade de operação, de 1,4 milhão de TEUs. Uma mudança que começa pela ampliação do cais dedicado aos contêineres, passando dos 900 metros para 1,2 mil metros.

De acordo com o diretor-presidente do Tecon Rio Grande, Paulo Bertinetti, as mudanças já estão em

fase adiantada de implementação, tanto no planejamento e execução de obras, quanto na aquisição de equipamentos. Trata-se, segundo ele, da preparação do terreno para receber embarcações maiores em Rio Grande.

“A demanda por essa operação já é uma realidade, movimento impulsionado pelo crescimento da produção dos exportadores da região e do transbordo de contêineres do Uruguai, Argentina e Paraguai. Os investimentos são essenciais para mitigar gargalos logísticos e sustentar a capacidade operacional do terminal em um cenário de expansão contínua”, avalia.

Com a ampliação do cais e da retroárea, por exemplo, será possível operar simultaneamente até três navios de 368 metros de comprimento. “É uma adequação que responde diretamente à transformação da frota marítima global e viabiliza ganhos expressivos de produtividade, com redução de tempo de espera e maior eficiência nas operações”, completa.

Já considerado o mais automatizado terminal deste tipo no País, com o investimento bilionário, o Tecon Rio Grande contará com 17 guindastes renovados entre o cais e o pátio da operação e 26 tratores de

pátio. Todos esses equipamentos serão elétricos e com automação. A obra incluirá ainda a pavimentação de 180 mil metros quadrados.

O Terminal de Contêineres é considerado peça-chave na transformação de Rio Grande em hub do Conesul. Entre os desafios, conforme Bertinetti, estão a infraestrutura logística, especialmente em relação aos canais de acesso e navegação do porto, além de um ambiente regulatório estável e previsível.

“É a união entre melhorias estruturais contínuas para receber grandes embarcações sem criar gargalos

e a criação de um ambiente regulatório estável que garantirá a atração de outros e novos investimentos privados no porto”, aponta.

Em 2025, o terminal atingiu, pela primeira vez na história, marcas superiores a 1 milhão de TEUs movimentados em 773 embarcações que chegaram a Rio Grande. No primeiro trimestre deste ano, o ritmo é ainda mais intenso, com crescimento de 25,15% em TEUs movimentados por contêineres, chegando a quase 250 mil TEUs em três meses – pouco mais da metade dessa movimentação em exportações.

## ENERGIA

# Potencial de produção offshore é um dos destaques em Rio Grande

**Município do Sul atrai projetos para implantação de parques eólicos no mar**

Jefferson Klein

O fato de contar com um porto marítimo e fortes ventos faz a cidade de Rio Grande ser uma candidata natural à implantação de parques eólicos offshore (no mar). Uma prova disso é que recentemente foi apresentado na prefeitura do município o projeto Aura Sul, que prevê a instalação da primeira usina flutuante para esse tipo de geração no País.

Liderada pela japonesa Japan Blue Energy Co. (JB Energy), a iniciativa se trata da implantação de uma usina de 18 MW, com investimentos estimados em cerca de US\$ 100 milhões. O secretário do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas em Rio Grande, Antônio Carlos Soler, ressalta que o governo municipal entende que é importante trabalhar o fomento da energia eólica na cidade, tanto no âmbito onshore quanto no offshore, visando a transição

energética.

"A gente vive um momento de emergência climática importante, significativo, e o planeta precisa buscar alternativas de energia", sustenta Soler. Ele enfatiza que a geração eólica, como a solar, são opções para isso, implementadas dentro de uma lógica ambiental e com responsabilidade social.

Já o secretário de Desenvolvimento, Inovação, Turismo e Economia do Mar de Rio Grande, Vitor Mendes Magalhães, ressalta que o maior concorrente no segmento eólico gaúcho e, por consequência, da Metade Sul, é o Nordeste brasileiro. Entretanto, ele ressalta que há algumas qualidades no Rio Grande do Sul que as regiões nordestinas não possuem.

"A primeira delas é que temos linhas de transmissão", aponta o dirigente. Magalhães recorda que no Nordeste, quando ocorre o excesso de produção de energia, somado à limitação do sistema de transmissão, acontece o chamado curtailment, que é a redução ou o corte forçado na geração, pois há uma sobrecarga, já que não se tem condições de

escoar essa energia. "Eu vejo isso como uma janela de oportunidades que o nosso Estado tem", salienta o secretário.

Por sua vez, a presidente do Sindicato da Indústria de Energias Renováveis do Rio Grande do Sul (Sindienergia-RS), Daniela Cardeal, lembra que os estudos na área offshore também deverão avançar em Rio Grande nos próximos anos. Ela destaca a ação chamada de Terra-Mar, um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) que pretende colocar uma torre de medição de vento de 200 metros de altura na parte "seca" do porto riograndino e um dispositivo para também fazer essa aferição na água.

A iniciativa será conduzida pelo Núcleo de Integração de Estudos, Pesquisa e Inovação em Energia Eólica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Niepiee-Ufrgs), com apoio do Sindienergia-RS. O projeto deve ser desenvolvido ao longo de três anos e contar com aproximadamente R\$ 9 milhões em investimentos, que deverão ser oriundos da iniciativa pública e privada.

## Axia mantém interesse em desenvolver projetos no RS

Depois de ter inaugurado no ano passado em Santana do Livramento o parque eólico Coxilha Negra, com 302,4 MW de capacidade e resultado de um investimento de R\$ 2,4 bilhões, a Axia Energia (antiga Eletrobras) ainda avalia novos projetos no Rio Grande do Sul. Além da própria cidade da Fronteira Oeste, o diretor-presidente da empresa na região Sul, Cleicio Poletto Martins, cita Santa Vitória do Palmar como local a ser observado.

"Lá (em Santa Vitória do Palmar) também é uma região em que os ventos sopram a favor", brinca Martins. Contudo, ele enfatiza que a continuidade das iniciativas dependerá da atratividade dos leilões de energia que serão realizados futuramente. Martins adianta que a venda de energia pelo ambiente do mercado livre (formado por grandes consumidores que podem escolher de quem comprar a energia) também é uma possibilidade, desde que

o contrato seja firmado antes da construção do parque eólico.

"É importante a gente ter a previsibilidade do retorno financeiro", assinala o diretor-presidente da Axia Energia na região Sul. Ele explica que o Brasil apresenta, neste momento, uma sobra de oferta de energia de cerca de 10% a 12%. Porém, nos próximos anos, o dirigente prevê que irá voltar a necessidade estrutural de se fazer novos investimentos em geração de energia no País.

## Sindienergia-RS defende atualização do atlas eólico gaúcho

O Rio Grande do Sul, de acordo com o atlas eólico realizado pelo governo estadual em 2014, apresenta um potencial de geração de 103 mil MW onshore (em terra) com ventos acima de 7 metros por segundo a 100 metros de altura. Apesar de ser cerca de 50 vezes mais do que a potência em operação hoje em solo gaúcho, o Sindienergia-RS sustenta que é preciso atualizar o levantamento, já que, com o avanço da tecnologia dos aerogeradores, esse

número tende a ser ainda maior.

"Essa é uma demanda que estamos fazendo para a Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura", comenta a presidente da entidade, Daniela Cardeal. Ela acrescenta que o próximo atlas deverá atualizar o potencial eólico na terra e também no mar e em lagoas.

O diretor de Eólicas do Sindienergia-RS, Guilherme Sari, acrescenta que, além da área de Santa Vitória do Palmar, a Fronteira Oeste e a

Campanha gaúcha apresentam hoje boas condições de geração eólica e de transmissão de energia. No caso dessa última região, um fator que incentivou o fortalecimento do sistema de transmissão naquela localidade, inicialmente, foi a operação de duas termelétricas a carvão no município de Candiota (Candiota 3 e Pampa Sul). Sari calcula que há hoje condição de conexão de mais de 1,1 mil MW naquela localidade.



Parque eólico Coxilha Negra, da Axia Energia, em Santana do Livramento

EVANDRO OLIVEIRA/JC

ENERGIA

# Metade Sul reúne maioria de projetos eólicos a serem construídos no Estado

**Iniciativas têm potencial de dobrar a capacidade de produção gaúcha**

Jefferson Klein

Atualmente, no território gaúcho, as Regiões Sul, Campanha e Fronteira Oeste concentram o maior potencial para o desenvolvimento de futuros parques eólicos. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aponta que hoje há no Rio Grande do Sul 55 projetos de usinas eólicas listados como "com a construção não iniciada", que atingem cerca de 2,15 mil MW. Desse total, 52 empreendimentos estão situados na Metade Sul, o que soma 2,08 mil MW.

Essa potência é justamente a capacidade eólica já em operação no Rio Grande do Sul, gerada por 80 usinas. Ou seja, se as iniciativas indicadas pela Aneel na região Sul saírem do papel, o Estado dobraria sua atual capacidade de produção de energia eólica. De acordo com o órgão regulador do setor elétrico, todos os empreendimentos citados como "com a construção não iniciada" no seu Sistema de Informações de Geração (Sig) já possuem outorga e, para indicar o início da operação comercial, é necessário um despacho da área de fiscalização da agência.

O atlas eólico do Rio Grande do Sul também indica a Metade Sul

gaúcha como propícia para esse tipo de geração de energia. O principal destaque é o município de Santa Vitória do Palmar, que, conforme o levantamento, tem potencial para uma capacidade instalada de 9,99 mil MW (ou 9,99 GW), em operações onshore (em terra), a 100 metros de altura.

No momento, Santa Vitória do Palmar possui 33 usinas eólicas em operação, que somam 627,89 MW. O prefeito do município, André Selayaran, ressalta a importância econômica que os complexos eólicos representam para a cidade. Segundo ele, as usinas já em operação significam uma receita de aproximadamente R\$ 20 milhões ao ano para o município. "As empresas que mais retornam ICMS são as relacionadas à energia eólica", enfatiza Selayaran.

Ele reforça que, além das usinas que já estão em funcionamento, há várias outras iniciativas em estágio avançado para sair do papel, assim como alguns estudos embrionários em relação a parques eólicos offshore (a serem desenvolvidos no mar). Porém, o prefeito admite que causou um pouco de incerteza sobre qual será o futuro desse segmento a recente oficialização, pelo governo federal, da unidade de conservação do Parque Nacional Marinho do Albardão. Ele teme que essa situação possa afastar o investidor para outras regiões.

Se a energia offshore ainda é uma incógnita, a onshore, em Santa

Vitória do Palmar, segue despertando o interesse de empreendedores. Atualmente, há 25 projetos que totalizam 947,8 MW e que não tiveram a construção iniciada para serem feitos no município, segundo a Aneel. Um dos mais adiantados é o projeto Electra Ventos do Sul, que soma mais de 120 MW de capacidade instalada e deverá entrar em operação no primeiro semestre de 2028.

O secretário de Planejamento de Santa Vitória do Palmar, Antônio Carlos Souza Filho, destaca que o investimento médio a cada MW eólico onshore instalado é geralmente de R\$ 10 milhões. "E temos a possibilidade de colocar várias 'taipas de ventos' aqui na região", celebra o secretário, fazendo alusão à gigantesca hidrelétrica binacional.

Quem também estuda a possibilidade de construção de um novo empreendimento de energia renovável em Santa Vitória do Palmar é a empresa Statkraft. Segundo nota da companhia, "o projeto encontra-se em fase de desenvolvimento, e sua evolução depende de etapas como licenciamento ambiental, condições de mercado e processos internos de decisão. Aspectos como início da operação, volume de investimento ou modelo de comercialização da energia serão avaliados e definidos futuramente, em função das condições de mercado vigentes e conforme o avanço da estruturação do projeto".

## Projetos eólicos na Metade Sul gaúcha listados na Aneel com construção não iniciada

Empreendimento	Potência outorgada (MW)	Município
Candiotinha	33,6	Pinheiro Machado
Canelões I	31,5	Santa Vitória do Palmar
Canelões II	27	
Canelões III	49,5	
Canelões IV	36	
Canelões V	45	
Canelões VI	45	
Canelões VII	36	
Canelões VIII	49,5	
Chicolomã	27,8	Santo Antônio da Patrulha
Electra Ventos do Sul I	25,2	Santa Vitória do Palmar
Electra Ventos do Sul II	21	
Electra Ventos do Sul III	25,2	
Electra Ventos do Sul IV	25,2	
Electra Ventos do Sul V	25,2	
Gran Sul 1	55,8	Santa Vitória do Palmar
Gran Sul 2	49,6	
Gran Sul 3	37,2	
Gran Sul 4	49,6	
Gran Sul 5	49,6	
Gran Sul 6	37,2	
Gran Sul 7	31	
Gran Sul 8	49,6	
Gran Sul 9	43,4	
Invernada da Pedra Grande	33,6	Pinheiro Machado
São João Batista	16,8	
São Miguel I	31,5	Santa Vitória do Palmar
São Miguel II	27	Chuí
São Miguel III	49,5	Santa Vitória do Palmar
São Miguel IV	36	Santa Vitória do Palmar
São Miguel V	45	Chuí
São Miguel VI	45	
São Miguel VII	36	Santa Vitória do Palmar
São Miguel VIII	49,5	Chuí Santa Vitória do Palmar
Serra do Veleda	33,6	Pinheiro Machado
Três Divisas 1	49,5	Quaraí
Três Divisas 10	45	Alegrete, Uruguaiiana
Três Divisas 11	45	Alegrete, Quaraí
Três Divisas 12	45	
Três Divisas 13	49,5	Alegrete, Quaraí
Três Divisas 14	49,5	
Três Divisas 15	49,5	Alegrete
Três Divisas 16	49,5	Alegrete, Quaraí
Três Divisas 17	40,5	Alegrete
Três Divisas 18	31,5	Quaraí
Três Divisas 2	40,5	
Três Divisas 3	49,5	
Três Divisas 4	45	Quaraí, Uruguaiiana
Três Divisas 5	49,5	
Três Divisas 6	45	Uruguaiiana
Três Divisas 8	49,5	Alegrete, Uruguaiiana
Três Divisas 9	45	

**Proprietário**

100% para ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A
100% para Canelões 1 Ltda.
100% para Lagoa dos Barros Energética Ltda.
100% para Usina Eólica Vitória I, II, III, IV e V S/A (respectivamente)
100% para Gran Sul Geração de Energia Renovável Ltda.
100% para ECB - Pedras Altas Energia Eólica S/A
100% para Vento Pampeiro Empreendimentos de Energia Renovável S/A.



## INFRAESTRUTURA

# Panorama da aviação na Metade Sul do Estado

| Gabrieli Silva |

A aviação na Macrorregião Sul opera atualmente com voos comerciais regulares em Pelotas e Uruguaiiana, e tem à disposição a estrutura de Bagé, fora da rota regular. A experiência durante as enchentes de 2024 movimentou o terminal de Pelotas, mas houve recuo no ano seguinte. Dos três, este é o que apresenta maior potencial de crescimento, atraindo os olhares de investidores interessados na malha aérea regional.

## Bagé: Região da Campanha não tem voos regulares

O Aeroporto Internacional Comandante Gustavo Kraemer, em Bagé, não registrou voos comerciais regulares na malha das companhias aéreas no ano passado. Atualmente não há operações internacionais regulares em atividade.

O terminal da Campanha Gaúcha opera apenas com aviação geral, e não há companhias aéreas com operações regulares programadas. O complexo recebe voos particulares, operações de táxi-aéreo, missões aeromédicas e institucionais. Segundo a administradora do complexo, a Motiva Aeroportos, aeronaves sob demanda podem ser mobilizadas, mediante disponibilidade operacional, em prazo aproximado de uma hora, para deslocamentos a diferentes regiões do País.

### Ficha técnica

- **Tipo:** Aeroporto regional
- **Operação:** Aviação geral, táxi-aéreo e operações institucionais
- **Gestão:** Motiva Infraestrutura de Mobilidade
- **Concessão:** Bloco Sul de concessões federais (desde 2022)
- **Siglas:** BGX / SBBG
- **Área do sítio aeroportuário:** 2,4 milhões m<sup>2</sup>
- **Pista:** 1.500 m x 30 m
- **Pátio:** 3.752 m<sup>2</sup>
- **Capacidade estimada:** 200 mil passageiros/ano
- **Terminal de passageiros:** 450 m<sup>2</sup>
- **Posições para aeronaves:** até 2 categoria C simultaneamente
- **Frequência comercial atual:** sem voos comerciais regulares
- **Diferencial:** posição estratégica na Campanha Gaúcha e proximidade com o Mercosul
- **Gargalo:** ausência de operação comercial regular e baixa conectividade aérea
- **Potencial:** apoio ao agronegócio, vitivinicultura, azeites de oliva e turismo regional
- **Operações atuais:** aviação executiva, táxi-aéreo, voos aeromédicos e institucionais



Complexo recebe voos particulares, táxi-aéreo e missões aeromédicas

## Uruguaiiana: conectividade aérea limitada desafia Fronteira

MOTIVA/ DIVULGAÇÃO/JC



Aeroporto Internacional Rubem Berta recebeu 18 mil passageiros em 2025

Com uma única rota comercial regular e menos de 20 mil passageiros por ano, o Aeroporto Internacional Rubem Berta, em Uruguaiiana, mantém operação limitada na malha aérea regional. Em 2025, o terminal registrou 18.974 passageiros, segundo dados da concessionária Motiva Infraestrutura de Mobilidade (antiga CCR), responsável pela administração do aeroporto.

O volume representa redução em relação a 2024, quando 27.342 passageiros utilizaram o terminal. O movimento naquele período ocorreu em um contexto de alterações na operação da aviação no Rio Grande do Sul após as enchentes que afetaram o Estado e interromperam temporariamente as atividades do Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre.

### Ficha técnica

- **Tipo:** Aeroporto regional de fronteira
- **Operação:** Aviação comercial regional e aviação geral
- **Gestão:** Motiva Infraestrutura de Mobilidade
- **Concessão:** Bloco Sul de concessões federais (desde 2022)
- **Siglas:** URG / SBUG
- **Área do sítio aeroportuário:** 1,14 milhão m<sup>2</sup>
- **Pista:** 1.304 m x 30 m
- **Pátio:** 18,3 mil m<sup>2</sup>
- **Capacidade estimada:** 300 mil passageiros/ano
- **Terminal de passageiros:** 2.150 m<sup>2</sup>
- **Posições para aeronaves:** 4 categoria C
- **Frequência comercial atual:** voos regulares para Porto Alegre
- **Diferencial:** localização estratégica na fronteira Brasil-Argentina e ligação com corredor logístico do Mercosul
- **Gargalo:** baixa frequência de voos e limitações para aeronaves de maior porte
- **Potencial:** expansão de rotas nacionais, retomada internacional e operações de carga aérea

## Pelotas: dois voos diários e expansão de rotas

O Aeroporto Internacional João Simões Lopes Neto, em Pelotas, manteve uma média de dois voos diários, operados por Azul, Gol e Latam, ao longo de 2025, consolidando-se como o principal terminal da Região Sul do Estado. O desempenho ocorre em um cenário de retomada da aviação civil na Região Sul do Brasil. Com grandes hubs em expansão, o foco agora se volta à consolidação da malha aérea regional — cenário em que o terminal pelotense busca ampliar seu protagonismo.

Em 2025, o aeroporto de Pelotas registrou 93.322 passageiros, segundo a administradora Motiva Aeroportos, concessionária que opera o terminal até que ele seja repassado para o Grupo Aeroportuario del Sureste (Asur), que comprou o ativo no ano passado.

### Ficha técnica

- **Tipo:** Aeroporto regional
- **Operação:** Aviação comercial regional e aviação geral
- **Gestão:** Motiva Infraestrutura de Mobilidade
- **Concessão:** Bloco Sul de concessões federais (desde 2022)
- **Siglas:** PET / SBPK
- **Área do sítio aeroportuário:** 2,72 milhões m<sup>2</sup>
- **Pista:** 1.230 m x 38 m
- **Pátio:** 15,3 mil m<sup>2</sup>
- **Capacidade estimada:** 800 mil passageiros/ano
- **Terminal de passageiros:** 930 m<sup>2</sup>
- **Posições para aeronaves:** 3 categoria C + 8 categoria A
- **Frequência comercial atual:** operações regulares de Azul, Gol e Latam
- **Diferencial:** principal terminal aéreo da Região Sul do Estado
- **Gargalo:** limitação de frequências e ausência de conexões nacionais mais amplas
- **Investimentos recentes:** R\$ 51 milhões em ampliação e modernização da infraestrutura



Pelotas teve ano passado seu 2º melhor desempenho na série histórica

INFRAESTRUTURA

# Rodovia BR-290 é gargalo que trava a competitividade da Região Fronteira Oeste

**Corredor estratégico do Mercosul, estrada concentra problemas de conservação, falta de investimentos estruturais e ausência de alternativas logísticas para municípios**

Gabrieli Silva

A BR-290, principal eixo rodoviário entre a Região Metropolitana, a Região Central e a Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, voltou ao centro do debate sobre infraestrutura logística no Estado. Enquanto avançam, ainda que lentamente, os lotes de duplicação entre Eldorado do Sul e Pantano Grande, o trecho sul da rodovia, que conecta municípios como São Gabriel, Rosário do Sul, Santana do Livramento, Quaraí e Uruguai, segue marcado por problemas crônicos de conservação, insegurança viária e ausência de investimentos estruturantes.

Ex-prefeita de Santana do Livramento, delegada e atual assessora

especial da Secretaria-Geral do Governo do Estado, Ana Tarouco afirmou que o trecho sul da BR-290 vive uma situação de "abandono". Segundo ela, a precariedade da rodovia impacta moradores, produtores rurais e a competitividade da região.

"A conservação reflete em tudo: segurança, capacidade de fluxo e competitividade. Hoje temos praticamente óbitos diários e uma rodovia que já não suporta mais apenas operações de tapa-buraco", afirmou.

Tarouco destacou que o trecho integra o corredor do Mercosul, utilizado na ligação com Argentina e Uruguai. Apesar disso, a duplicação segue concentrada no eixo entre Porto Alegre e Cachoeira do Sul. "O lado sul é justamente o trecho que leva ao maior porto seco da América Latina, em Uruguai, mas sequer existe hoje um projeto estruturado de duplicação para essa região", disse.

A avaliação é compartilhada pelo prefeito de Quaraí e presidente do Codepampa, Jeferson Pires. Em entrevista ao Jornal do Comércio, ele classificou a BR-290 como o

principal gargalo logístico da Fronteira Oeste. "A gente depende dela para praticamente tudo. Não temos ferrovia, hidrovia estruturada e nem transporte aéreo regular. Hoje, a rodovia é a única alternativa logística da região", afirmou.

Ao percorrer o trecho da BR-290 para o Mapa Econômico do RS, a equipe de reportagem do Jornal do Comércio constatou, entre Rosário do Sul e São Gabriel, más condições do pavimento em diversos segmentos. Próximo a São Gabriel, motoristas enfrentam sequência de buracos, remendos e desgaste acentuado da pista, especialmente em áreas de tráfego intenso de caminhões.

Outro ponto destacado pelas lideranças regionais é a ausência de planejamento estruturado para a metade sul da BR-290. Diferentemente do trecho em duplicação até Pantano Grande, a Fronteira Oeste ainda não possui projeto executivo consolidado para ampliação da capacidade da via.

"A verdade é que não há projeto. Hoje, quando se fala em duplicação



Em trecho entre São Gabriel e Uruguai, pista é simples com falhas

da 290 daqui para frente, sequer sabemos quanto custaria", afirmou Tarouco. Segundo ela, estudos do governo federal indicam que o trecho sul não é considerado economicamente atrativo para concessões privadas. "Se não há interesse econômico das concessionárias, então é necessário investimento político. A região precisa entrar no radar nacional", disse.

Durante o encontro promovido pela Federação de Entidades Empresariais do RS (Federasul) em 6 de maio, que reuniu lideranças políticas, empresariais e representantes do setor de infraestrutura para discutir os desafios da BR-290, o Dnit informou que a rodovia recebeu cerca de R\$ 60 milhões em recursos

federais em 2026, montante considerado insuficiente diante da dimensão dos contratos previstos para os lotes de duplicação.

"Estamos falando de contratos de R\$ 300 milhões a R\$ 350 milhões por lote. Não é possível iniciar obras dessa magnitude com orçamentos baixos", explicou o superintendente regional do órgão, Hiratan Pinheiro.

Sem projeto executivo definido, com recursos limitados e dependente de decisões políticas, o trecho sul da rodovia segue como um dos principais gargalos de infraestrutura da metade sul gaúcha em uma rota por onde circulam diariamente cargas, passageiros e parte relevante da conexão econômica do Brasil com os países vizinhos.

## Entre recordes de exportação e os buracos do caminho

Eduardo Torres

Com uma movimentação de quase R\$ 90 bilhões entre 2024 e 2025, o Porto Seco de Uruguai consolida-se como um dos maiores do Brasil, em alguns momentos superando até mesmo as instalações de Foz do Iguaçu, operadas pela mesma empresa, a Multilog, que também gerencia, no Rio Grande do Sul, os portos secos de Jaguarão e Santana do Livramento. Entre os principais produtos que cruzaram a fronteira entre Uruguai e Paso de Los Libres, na Argentina, neste período estiveram automóveis, carrocerias e equipamentos para passageiros e cargas, que representam alto valor agregado à economia.

Conforme os relatórios dos dois últimos anos, foram 293,9 mil caminhões cruzando o Porto Seco de Uruguai, representando 21% de toda a movimentação rodoviária existente entre Brasil e Argentina, e também favorecendo o fluxo de produtos com o Uruguai e o Chile, por exemplo. Em 2025, houve crescimento de 17,8% no

fluxo de caminhões em Uruguai, e quase 30% a mais em relação ao fluxo de exportações.

A curva positiva de fluxo na fronteira seca, no entanto, não se repetiu no primeiro trimestre deste ano. Com a movimentação de 34.111 veículos, houve redução de 5,9% no fluxo comparado com o período entre janeiro e março do ano passado.

Mesmo com números recentes tão positivos, a limitação de infraestrutura mostra que ainda há um potencial não explorado e, principalmente, alto custo para movimentar a economia por essa rota.

"O Porto Seco fica na ponta da BR-290, uma vergonha. São 670 quilômetros no Rio Grande do Sul de buracos e pista simples. O único trecho não duplicado na rodovia que vai até Fortaleza, é justamente um trecho vital para setores industriais muito importantes economicamente para o Brasil. Esse problema estrutural muitas vezes trava exportações e importações, obriga os transportadores a usarem vias alternativas, e isso encarece o frete, o produto final e, no caso do agro,

prejudica o produtor, que ganha menos", explica o vice-presidente de Infraestrutura da Federasul, Antônio Carlos Bacchieri.

Até o final do ano passado, somente 14 quilômetros estavam duplicados, em Pantano Grande. Já em Minas do Leão, as obras pararam. A estimativa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) é de que faltam R\$ 828 milhões a serem executados para concluir quatro lotes de duplicação que abrangem somente a região Centro-Sul e Metropolitana.

A última revitalização da ponte internacional, que liga Uruguai a Paso de Los Libres, aconteceu em 2023. Era esperado que nos primeiros meses deste ano o Dnit assinasse o contrato para executar o projeto e uma reforma estrutural mais complexa da ponte, com investimento de R\$ 59,1 milhões licitado no final de 2025. Os trabalhos são previstos para serem executados em mais de dois anos, incluiriam reforço dos pilares, concretagem da pista, impermeabilização, novo pavimento e sinalização.

## Ponte Internacional de Jaguarão pode entrar no pacote de concessão

Finalizada a concessão do complexo rodoviário federal da Região Sul do Estado, que incluem a BR-116 e a BR-392, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) apresentou o plano de melhorias a serem incluídas em uma nova concessão dos trechos, resultando em investimentos previstos de R\$ 10,5 bilhões entre custos operacionais e obras pelo período de 30 anos. A proposta inclui, por exemplo, a nova ponte na fronteira entre Jaguarão e Rio Branco, no Uruguai, prevendo R\$ 260 milhões para a execução das obras

aguardadas há muito na região. Ainda não há, no entanto, consenso nessa modelagem e na inclusão desta obra no pacote da futura concessão.

A ANTT apresentou ainda, em audiência na região, a perspectiva de 83,3 quilômetros de rodovias a serem duplicadas, com investimento previsto de R\$ 430 milhões, especialmente na BR-392, entre Pelotas e Canguçu e os trechos ainda não duplicados da BR-116, entre Camaquã, Pelotas e Capão do Leão. A concessão incluiria ainda renovação de pistas no caminho do Porto de Rio Grande.

### Outras rotas

📍 **Ponte sobre o Ibicuí:** orçada em mais de R\$ 200 milhões, a ponte sobre o Rio Ibicuí, na BR-472, ligando Itaqui a Uruguai e vital para a logística da safra gaúcha, tinha licitação prevista para o segundo semestre do ano passado; no entanto, o Dnit concluiu que o projeto estava desatualizado e ficou para 2026 uma atualização, sem prazos definidos.

📍 **Ponte de São José do Norte:** um imbróglgio envolvendo a empresa vencedora da licitação para execução do projeto de engenharia da ponte que ligará São José do Norte a Rio Grande paralisou o avanço desta estrutura considerada fundamental para o desenvolvimento do Sul do Estado. Orçado em R\$ 7,5 milhões, o projeto seria executado pela empresa catarinense Nova Engenharia S/A que, no entanto, está impedida de contratar com o governo federal.

## TURISMO

# Free shops devem dobrar em Santana do Livramento

Às três lojas francas já instaladas no perímetro urbano, deverão se somar outras três em estruturação

Ana Stobbe

A fronteira entre Santana do Livramento, no Oeste do Rio Grande do Sul, e Rivera, no norte do Uruguai, é um destino tradicional para quem quer fazer compras a baixo custo nos free shops. Atualmente, são 67 estabelecimentos livres de impostos do lado uruguaio. Na parte brasileira, apenas quatro — que geram cerca de 200 empregos, conforme estimativa da prefeitura santanense.

Mas novos empreendimentos já estão no horizonte da cidade gaúcha e esperam movimentar ainda mais o comércio da Fronteira Oeste do Estado. Afinal, dos quatro free shops ali instalados, três estão em área urbana e foram inaugurados ao longo do último ano: Mônaco, Brasil e Só Ar. Além deles, há o Almadén, focado em vinhos. Agora, um novo empreendimento já tem inauguração no horizonte e outros dois buscam se instalar, conforme a Associação Comercial e Industrial de Livramento. Com isso, o número de lojas francas dentro da cidade deverá dobrar em um futuro próximo.

Uma das novidades é o Papatudo, free shop já estabelecido em Uruguiana e que deverá ser inaugurado

em junho em Livramento, na esquina entre as ruas Vasco Alves e dos Andradas. “É um segmento novo, que tem muita oportunidade de crescimento. A população, hoje, busca produtos de qualidade, com preço e condição de pagamento acessíveis. E foi isso que baseou nossa escolha”, conta o empresário Mohamad Thalji, responsável pelo empreendimento.

Mas há outras questões em jogo: “os free shops brasileiros são uma atração positiva pela questão do parcelamento em até 12 vezes sem juros, sem IOF (Imposto sobre Operações Financeiras). Tem produtos que são mais baratos desse lado do que no uruguio. E, além de Santana do Livramento já ser uma cidade consolidada para o turismo de compras, com bastante gente visitando, não tem tantos free shops que abriram ali”, acrescenta.

Ao todo, deverão ser 50 empregos diretos a partir da instalação da loja. E a proposta é a de atrair mais os uruguaios do que os brasileiros. Principalmente, considerando que, pela legislação do Uruguai, eles não têm permissão para comprar no lado de Rivera — o que, atualmente, é resolvido por uma via ilegal: o empréstimo de documentos de identidade de brasileiros.

“Tem a questão cambial. Hoje, é mais favorável para o uruguaio vir gastar no Brasil. E eles já consomem muito aqui, só que não em free shops. E a nossa intenção é fazer com que ele passe a comprar nos free shops, mas do lado brasileiro. Em Uruguiana,



Free shops do lado brasileiro da fronteira ainda são poucos, mas expectativa é de crescimento do setor

já atuamos com bastante turistas vindos de fora, além dos brasileiros, muitos argentinos, alguns uruguaios e menos brasileiros”, conta Mohamad.

E esse público estrangeiro tem um perfil de consumo diverso: conforme o empresário, são buscados itens de vestuário, calçados, eletrodomésticos e eletrônicos. “O forte do free shop é o cliente vir e conhecer a gama de produtos que a gente oferece, é um mix. Não existe um produto-chave que seja mais forte”, avalia.

O empresário Raed Shweki, responsável pelas lojas Casa Guri e Casa Palestina, também pensa em abrir um free shop em Santana do Livramento. A loja onde ele recebeu a reportagem, na Rua dos Andradas, foi pensada para esse fim.

“Essa loja foi estruturada para ser um free shop, mas demorou e não tínhamos como segurar ela fechada. Aí abrimos. Mas, possivelmente, se Deus quiser, abriremos um free shop

no ano que vem. Hoje, estamos organizando, devagarinho, os contatos e os fornecedores. Para transformar uma empresa que já está estabelecida num free shop tem que limpar toda. Não pode começar com nada. Tem toda uma questão de estoque, também. Tem que pensar como vamos fazer, se vai transferir, se vai liquidar. Estamos organizando, bem devagarinho. Ou, como dizem aqui, bem despacito”, conta Raed.

De acordo com o presidente do Sindilojas de Santana do Livramento, Sérgio Oliveira, a ascensão dos free shops do lado brasileiro da fronteira também traz desafios. Afinal, embora movimentem o comércio e atraiam turistas ao município, as lojas francas possuem incentivos que preocupam outros empreendedores do ramo.

“São segmentos diferenciados (o dos free shops e o do comércio local). Mas tem uma questão de concorrência. As lojas comuns não

vendem ar-condicionado ou outros produtos da linha branca, por exemplo, porque não tem como concorrer com o free shop, onde é muito mais barato. Fora a questão da isenção dos impostos”, avalia o líder setorial.

Para Oliveira, o que poderá salvar os comércios locais é o investimento na experiência do usuário e em tecnologia. “É um jogo onde tem que ter qualidade do atendimento. Porque a venda não vai estar dentro da loja apenas. Ela vai iniciar no Whatsapp, no Instagram, no Facebook e em outras redes sociais. E quando o cliente chegar em casa e sentir que teve uma experiência propositiva e positiva, vendo que ele comprou um produto que tinha como fundamento aquela busca, aí sim vai ter uma experiência legal e talvez gere recorrência. O varejo precisa estar moderno, adequado, de olhos bem vivos e pensando em encantar e criar uma experiência legal para o cliente”, pontua.

## Turismo de experiência avança em Santana do Livramento

O Pampa gaúcho está preservado nas diversas canções nativistas e tradicionalistas que ressoam pelo Rio Grande do Sul. O imaginário e a realidade, às vezes próximos e, em outras, distantes, podem ser comparados ao visitar a Fronteira Oeste do Estado. E é nesse sentido que Santana do Livramento tem apostado no turismo de experiência.

Atualmente, são 2 mil leitos no setor hoteleiro da cidade, conforme a Secretaria Municipal de Turismo de Santana do Livramento. E o perfil do turista que se hospeda neles tem se transformado. Se, inicialmente, os viajantes chegavam para realizar compras nos free shops uruguaios e brasileiros, hoje chegam para permanecer por um período maior para

conhecer a gastronomia, as paisagens e a produção agropecuária.

O secretário municipal de Turismo, Matheus Medina, afirma que a cidade ainda tem no setor de compras sua principal característica, mas observa uma diversificação crescente das experiências oferecidas aos visitantes. “O turismo é pautado muito ainda no turismo de compras, que é histórico. Nós somos o principal destino de viagens para compras do Estado do Rio Grande do Sul. Hoje também, com o fechamento do primeiro ano de operação do Trem do Pampa, nós tivemos 40 mil visitantes”, destaca.

Quem percebe isso de perto é a proprietária do Hotel Ermitage, Elisa Ermida. “A chegada do Trem do

Pampa foi um divisor de águas, porque as pessoas passaram a ver que tinha mais coisa para fazer aqui além das compras. Os argentinos, por exemplo, vêm para cá ficar alguns dias antes de seguirem ao litoral catarinense no verão. Estamos cada vez mais nos consolidando como destino turístico”, conta.

Ela analisa que, em momentos de alto fluxo, as hospedagens não dão conta da demanda. De janeiro a março, os argentinos são os principais turistas. No restante do ano, o turismo de experiência ligado ao bioma pampa é o atrativo. “Já não é mais uma realidade começar a organizar e procurar hospedagem 30 dias antes. Agora, é preciso dois meses de antecedência”, avalia a empresária.



Elisa Ermida Ramos, proprietária do Hotel Ermitage em Livramento

Medina afirma que a ocupação da rede hoteleira já atingiu a capacidade máxima em alguns períodos recentes. “Nos últimos quatro fins de semana, duas vezes nós tivemos a capacidade máxima da hotelaria.

Então imagina que eram dois mil turistas de certeza, porque essa é a nossa capacidade aqui em Santana do Livramento no fim de semana”, relatou à reportagem em entrevista realizada no dia 15 de maio.

COMÉRCIO

# A comunidade árabe no comércio da fronteira

**Imigrantes se estabeleceram no comércio fronteiriço ao longo das últimas décadas e, hoje, assumem protagonismo econômico**

Ana Stobbe

Quase 500 quilômetros separam Porto Alegre de Santana do Livramento, na Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul. O pago santanense fica ainda mais distante de Dionísio Cerqueira, na Fronteira brasileira com a Argentina, de onde partia um corcel azul que migrava do Paraná rumo ao extremo Sul do País. “Eu me lembro até hoje do cheiro do carro”, lembra, nostálgico, o empresário Raed Shweiki, de 48 anos, que percorreu o trajeto aos cinco anos de idade, ao lado dos pais.

Filho de pai palestino, da cidade de Hebron, e mãe jordaniana, Raed herdou deles a vocação pelo comércio – área de forte atuação da comunidade árabe instalada na cidade. “A cultura árabe sempre foi do comércio. Ele surgiu com os fenícios, que percorriam o Mediterrâneo”, conta o empresário. A veia comerciante está tão intrínseca às famílias imigrantes que, quando questionado sobre quando começou a atuar no setor varejista, Raed responde, em tom bem humorado: “eu sou árabe! Já nasci dentro das lojas”.

A imigração árabe ao Brasil iniciou entre o final do século XIX e o começo do século XX, especialmente relacionado ao domínio do Império Turco-Otomano nos seus países e a perseguição perpetrada contra os árabes cristãos do Líbano e da Síria. Na sequência, os palestinos chegaram ao País, a partir da criação do Estado de Israel, em 1948, e a escalada dos conflitos na região.

No Brasil, foi no comércio que encontraram uma maneira de levar a vida. Inicialmente, desenvolveram a profissão de mascates. Depois, abriram pequenos negócios. E, hoje, comandam importantes lojas e até mesmo free shops em Santana do Livramento – o que leva o guia turístico e turismólogo Amir Omar a denominar informalmente a região central da cidade de “Bairro Árabe”.

A escolha da comunidade em se situar na fronteira brasileira com o Uruguai, para Raed, tem uma explicação. “As fronteiras sempre



Raed Shweiki, descendente de palestinos, possui quatro lojas em Livramento

têm um comércio pujante, são dinâmicas. Aqui, tudo se dá um jeito. Uruguai e Brasil se misturam. Os primeiros árabes se instalaram aqui, abriram seus comércios e atraíram outros conterrâneos. Aí que se criaram as colônias nas fronteiras, em Uruguiana, Foz do Iguaçu (Paraná), Santana do Livramento, Chui, Bagé, Aceguá e outras. Até no Mato Grosso, tem. Onde tem fronteira, o comércio vai se instalando, agregando e trazendo pessoas”, avalia Raed.

Mas é válido ressaltar que a vocação comerciante, em muitos casos, surgiu no Brasil. Nas suas origens, muitos árabes que migraram ao Rio Grande do Sul tinham outras funções. Foi o caso, inclusive, do pai de Raed. “A gente brincava que ele era que nem o Seu Madruga (personagem do seriado Chaves), porque já trabalhou com tudo. Ele foi sapateiro, fabricante de perfume... Tudo que puder imaginar. Ele era um guri que veio para cá com 20 e poucos anos. E tinha um espírito descobridor, jovem, que queria sair para conhecer o mundo”, relembra.

Não à toa, percorreu diferentes cidades, até mesmo com uma temporada de retorno à Palestina, antes de retornar ao primeiro local em que se instalou quando chegou ao Brasil: Santana do Livramento. “É uma cidade que te acolhe”, conta Raed. Ali, ele iniciou seus negócios, que atualmente são quatro: duas lojas Casa Guri e duas Casa Palestina, todas do lado brasileiro da fronteira. Antes do pai de Raed falecer, a mãe dele começou a administrá-los e, atualmente, é o filho do casal quem se responsabiliza pelos empreendimentos.

“Você vê que a maioria dos free shops são de árabes ou

descendentes de árabes. Então a influência do comércio, no lado brasileiro e no uruguaio, é formada com uma grande presença e ajuda da comunidade árabe, que já está na sua quarta ou até quinta geração. Tem árabes, hoje, que trabalham como profissionais liberais, médicos, advogados, etc. Mas a presença segue muito forte no comércio, que foi o que os uniu no início da imigração”, avalia Raed.

Atualmente, Santana do Livramento possui cerca de 700 pessoas de origem árabe, entre imigrantes e descendentes, conforme estima o presidente da Sociedade Árabe Palestina do município, Nasser Judeh. A associação, criada em 1980, realiza eventos de confraternização e reuniões da comunidade. De acordo com o dirigente, a maioria são palestinos e seus descendentes. Em escala menor, também integram o grupo libaneses, sírios e jordanianos. E a atuação econômica dessas nacionalidades é destacada por ele.

“No comércio é indiscutível a importância dos empresários de origem árabe na cidade, com muitos estabelecimentos comerciais, lojas e supermercados, gerando um importante número de empregos e contribuindo decisivamente para o desenvolvimento da região. Sem falar na atuação beneficente e na ajuda aos mais carentes, inclusive nas calamidades climáticas, como as enchentes de 2024”, avalia Nasser.

O tema é, também, destacado pelo presidente do Sindilojas da cidade, Sérgio Oliveira. “Esse processo de multiculturalismo é extremamente benéfico. Porque soma e agrega muito. Isso faz a diferença”, destacou em entrevista durante o evento do Mapa Econômico do RS.

## Câmbio variável e economias binacionais afetam os negócios

Se o comércio já é afetado por variações macroeconômicas dentro de um único país, nas fronteiras, é necessário dar conta das flutuações de dois países. De mudanças no câmbio às crises, os empreendedores estão sujeitos aos riscos financeiros permanentemente.

A família do empresário Raed Shweiki chegou a Santana do Livramento após o fechamento de um negócio na fronteira paranaense com a Argentina, em virtude de uma crise econômica no país vizinho.

“Meu pai veio para o Brasil na década de 1950. Tivemos lojas em outras cidades, mas não dava certo, fechávamos e íamos para outro lugar. Quando viemos para Livramento, em 1982, foi por conta da guerra. Seis meses depois de abrimos a loja, começou o conflito nas Malvinas. E

tivemos que ir embora, porque não tinha o que fazer, a loja praticamente fechou. Não tinha ninguém na rua. Íamos esperar quebrar? Já estava praticamente quebrada. Lojas pequenas não têm muita gordura para queimar. E aí viemos para cá e fundamos uma das lojas mais antigas de Santana do Livramento no setor de calçados”, conta.

Mesmo em solo gaúcho, ele segue vivenciando as variações econômicas. “Se acontecer do dólar vir a R\$ 2,00, os free shops do lado uruguaio vão vender tudo. E nós vamos chupar o dedo. Porque é uma balança. Se for a R\$ 10,00, por exemplo, venderemos para o mundo inteiro. As medidas econômicas precisam ser em doses homeopáticas, porque, se não, pode quebrar um determinado lado”, aponta o empresário.

## A relação que deu a Livramento e Rivera o título de Fronteira da Paz

O multiculturalismo é uma das principais características das comunidades de fronteira. Andando pelo centro de Santana do Livramento, no Brasil, que faz fronteira com Rivera, no Uruguai, oportunhol é a regra. De frases iniciadas em espanhol e terminadas em português ou vice-versa, a perguntas realizadas em um idioma e respondidas em outro, a mistura de diferentes nacionalidades é nítida. E a liberdade de ir e vir em uma cidade cortada por uma linha imaginária a rendeu justamente o título de “Fronteira da Paz”.

Conforme o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2022, Santana do Livramento possui 84.421 habitantes. Mas coexistem com eles os 84.775 moradores de Rivera, mapeados pelo recenseamento uruguaio mais recente, de 2023. É uma população, que, somada, quase alcança 170 mil pessoas e que transita cotidianamente de um lado ao outro da fronteira.

Recentemente, a população migrante foi ampliada, conforme o cônsul brasileiro em Rivera, Anuar Nahes. “Tem cubanos que se estabeleceram aqui porque o Uruguai aceita automaticamente o diploma deles. E eles ficam na fronteira para buscar oportunidades em ambos os países”, exemplifica.

A comunidade paquistanesa também tem crescido, especialmente para atuarem como médicos. E até mesmo chineses são vistos pelas ruas, embora em menor intensidade.

É na cidade que nacionalidades em guerra, muitas vezes, se unem. “Um médico que era muito amigo do meu pai, palestino, era judeu. Uma história muito interessante. Uma vez, minha irmã veio para cá e trouxe os filhos dela, que eram crianças. Aí veio visitar ela uma amiga que levou os filhos de ascendência judaica, ou israelense. As crianças estavam brincando até descobrirem que um era palestino e o outro judeu. Perguntaram para a mãe sobre isso e ela disse que não tinha problema nenhum. As crianças brincaram e choraram quando foram embora. Fomos ensinados a brigar, mas não precisamos”, relembra o empresário Raed Shweiki, descendente de palestino e lojista no lado brasileiro da fronteira.

Assim, na linha invisível que separa Brasil e Uruguai, Santana do Livramento segue vivendo uma rotina de encontros. Entre vitrines, conversas emportunhol, dólares, pesos e reais, as famílias de brasileiros, uruguaios e imigrantes coexistem. E a fronteira reafirma diariamente que pertencimento não se limita a mapas.

## MINERAÇÃO

## Na trilha das terras raras

Pesquisa de universidades  
localizou oito pontos de  
carbonatitos do Estado

Eduardo Torres

No momento em que o mundo volta as atenções para áreas potenciais à exploração de terras raras, a Região da Campanha é apontada por especialistas como um lugar para ser visto com lupa. Pesquisa conjunta entre Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) e Universidade Federal do Pampa (Unipampa), iniciada em 2022 (bem antes da onda mundial por terras raras), já localizou pelo menos oito pontos de concentração dos chamados carbonatitos – rochas formadas pelo resfriamento do magma originário do manto terrestre –, que concentram os elementos de terras raras. Ao todo, no mundo, são apenas 500 destes locais mapeados. Os elementos de terras raras podem surgir ainda nos solos, plantas e na água. Todos eles fazem

parte do estudo em andamento.

A geóloga Luísa Caon, da Ufrgs, que faz parte da equipe de pesquisadores, recomenda cautela quanto ao potencial comercial do que tem sido encontrado especialmente entre Caçapava do Sul e Lavras do Sul, mas confirma que, em dois pontos, há concentrações de elementos de terras raras semelhantes ao que é observado na área de uma mineradora na China, que já faz o processamento destes elementos como matéria-prima para a indústria de alta tecnologia.

“É uma região para se estar atento no mundo, sem dúvida. Vale a pena aprofundarmos ainda mais os estudos, porque esses elementos não ocorrem de forma muito concentrada ou em grandes volumes. Todo o cuidado ambiental em uma eventual exploração comercial futura é necessário, sob risco de tornarmos a região um Brumadinho”, alerta a geóloga.

Entre os elementos encontrados no eixo entre Caçapava do Sul, Lavras do Sul e Bagé, especialmente nos carbonatitos, está desde o nióbio

até o lantânio, que têm aplicações industriais desde os ímãs à metalurgia, passando por sistemas de defesa e baterias, como as usadas em carros elétricos. Não à toa, empresas já sondaram o grupo de pesquisa, que reúne mais de 10 especialistas entre geólogos e químicos, interessadas em aprofundar estudos.

O planejamento do atual trabalho é encerrar os estudos no final deste ano. Mas novas linhas de pesquisa devem ser desenvolvidas a partir desse resultado. No caso da Luísa Caon, ela seguirá traçando o perfil dos carbonatitos da Campanha e o motivo para terem sido formados ali. Para que se tenha uma ideia, cada bolha de magma resfriada, que forma esse tipo de rocha, tem entre 603 milhões e 1 bilhão de anos.

“Estudar esses elementos é como a análise do gelo na Antártida. É possível registrarmos fluxos históricos deste magma até a crosta terrestre e o consequente processo de concentração de elementos minerais nessas formações”, conta a pesquisadora.

Mineração  
favorece o agro

Chegou ao mercado de fertilizantes em maio o primeiro produto a base de fosfato explorado na Campanha pela Águia Fertilizantes, após 15 anos de pesquisas e investimentos na região. A produção inicia por uma

jazida em Lavras do Sul, com previsão de avançar, em 2027, para uma segunda jazida, em Caçapava do Sul.

Em 2028, a Águia Fertilizantes projeta estar produzindo até 300 mil toneladas de fertilizantes por ano e, no ano seguinte, chegar a 420 mil toneladas, o que representa 5% da demanda gaúcha pelo produto para as lavouras. Foram

R\$ 230 milhões desembolsados ao longo de todo o projeto.

A operação inicia com a mina em Lavras do Sul e a indústria de processamento, encampada em Caçapava do Sul. Neste município, há uma nova jazida em fase de licenciamento. A partir dessa liberação, a empresa pretende erguer uma segunda planta industrial em Lavras do Sul.

## ENERGIA

## Insumo sustentável na porta do polo de fertilizantes

O primeiro projeto de produção de hidrogênio verde do Sul do Estado deve entrar em operação em julho, no distrito industrial de Rio Grande, junto à área portuária e, principalmente, às portas da cadeia produtiva de fertilizantes que opera no local. É que o complexo projetado pela empresa Fontes Verdes, com três plantas industriais conjuntas, tem como objetivo fornecer amônia verde – obtida a partir da produção de hidrogênio com geração solar –, que é matéria-prima para a produção de fertilizantes, atualmente importada pelos fabricantes do País sem origem limpa, o que será garantido com a futura fábrica.

De acordo com o CEO da Fontes Verdes, Guilherme Fontana, as plantas em Rio Grande, que recebem R\$ 240 milhões em aportes, são o único projeto da empresa no Estado e o mais

adiantado entre 64 plantas de hidrogênio da Fontes Verdes no País.

“Garantiremos ao setor de fertilizantes, que é muito dependente da importação de insumos, que vêm de zonas muito instáveis no mundo, uma eficiência financeira, previsibilidade estratégica e produção sustentável. Hoje, os derivados da amônia importados são obtidos a partir de combustíveis fósseis e dependem, ainda, do transporte marítimo, também poluente”, aponta Fontana.

O conjunto de plantas industriais terá capacidade de produzir 12 mil toneladas de amônia por ano, que resultam em até 39 mil toneladas de nitrato ou 27 mil toneladas de ureia. Uma quantidade ainda em um patamar baixo para a exigência da produção de fertilizantes. Para que se tenha uma ideia, somente a Yara demanda 40

mil toneladas de amônia anuais. Mas a Fontes Verdes garantirá um pontapé inicial na redução da dependência de insumos importados e abrirá caminho a novos projetos semelhantes. A Infravix, por exemplo, anunciou em 2025 a intenção de erguer uma planta de hidrogênio verde e gerar amônia também na região portuária de Rio Grande, mas em escala bem mais arrojada, com aporte de até R\$ 840 milhões para produzir até 100 mil toneladas anuais. O projeto, porém, ainda não teve avanço.

## Polo de fertilizantes

▼ **Rio Grande** - Yara, Timac, Bungee, Heringer, Insumotec, Multifertil, Piratini, Rio Grande, Unifertil

▼ **Pelotas** - Josapar

▼ **Lavras do Sul** - Águia Fertilizantes



Entre os elementos encontrados em solo gaúcho estão nióbio e lantânio, usados na metalurgia e em baterias para carro elétrico, por exemplo

## Mineração na região

■ **Projeto Lavras Gold** está com estudos de impacto ambiental em andamento para suportar a licença prévia no depósito de Butiá e Fazenda do Posto, ambos em Lavras do Sul. Início da construção previsto para 2028 e perspectiva de produção de 100 mil onças de ouro ao ano. O projeto Lavras do Sul tem 23 mil hectares.

■ **Projeto Retiro**, da Rio Grande Mineração, levou cerca de 10

anos para liberação das licenças, e agora precisa atualizar o projeto em São José do Norte. Exploração de titânio e zircônio em uma área de 5 mil hectares. Sem prazo para a operação, mas garantem que atualizarão de acordo com a tecnologia disponível para a exploração. Reservas de 531,2 milhões de toneladas de minérios, dos quais 17 milhões de toneladas de minerais pesados que poderão ser lavrados.

## Termelétrica terá hidrogênio verde

A energia solar também será o motor para outro projeto que avança para ser concretizado na produção de hidrogênio verde na Campanha, por parte da Âmbar Energia, que opera a usina termelétrica Candiota III. A intenção da empresa é usar hidrogênio de fonte limpa para o resfriamento do gerador na termelétrica, garantindo descarbonização em parte do processo de geração de energia a partir do carvão. A assinatura do contrato com o Estado para execução da planta industrial aconteceu em janeiro e a perspectiva é iniciar a operação em 2028.

De acordo com nota da assessoria de imprensa da empresa, a estimativa é que o uso do hidrogênio verde reduza em até 50 toneladas por ano de lançamento de CO<sub>2</sub> na atmosfera nas operações em Candiota. Estudo feito pela Âmbar aponta que o impacto do projeto

ao longo de 10 anos será semelhante ao plantio de seis mil árvores. “Servirá como um modelo piloto com potencial para ser escalado para outras indústrias e processos”, detalha a nota.

Serão investidos R\$ 22 milhões no projeto até 2028. A usina fotovoltaica, por exemplo, já existe, com capacidade de produção de 1,7 MW. A implementação do hidrogênio verde, com o uso de energia solar, na cadeia produtiva de Candiota III será o segundo projeto de renovação energética entre as unidades da Âmbar Energia no Rio Grande do Sul. Em 2022, a empresa transformou a termelétrica que opera em Uruguiana – a maior do Sul do Brasil – na primeira do mundo a ser convertida de gás natural para biodiesel. Lá, o insumo que movimenta a geração de energia é o óleo de soja, obtido a partir de grãos na própria operação da Âmbar.

ENSINO SUPERIOR

# Unipampa se prepara para levar cursos a Bagé

**Universidade está prestes a completar duas décadas de atuação e contribuição ao desenvolvimento econômico da região**

Ana Stobbe

Entre a Campanha, a Região Sul e a Fronteira Oeste, estão distribuídos 10 campi da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). O movimento para o surgimento da instituição, entretanto, tem uma origem: Bagé, onde estão situadas a reitoria e cursos de licenciatura e engenharia. Agora, novas carreiras devem se somar ao campus: a de Medicina e a de Ciências de Dados e Inteligência Artificial.

O primeiro a estreiar deverá ser o da área da tecnologia, cujo início deverá acontecer ainda no primeiro semestre de 2027. O curso tem crescido

no Rio Grande do Sul: após a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) iniciar a primeira graduação na área, a Universidade de Santa Maria (UFSM) foi pioneira entre as instituições públicas. Agora, é a vez da Unipampa, que prevê um em Alegrete e outro em Bagé.

“É um curso que segue uma tendência de inovação nas universidades, que está sendo criado nas instituições de ensino superior. E é muito importante porque envolve todas as áreas do conhecimento. É um curso que vai ajudar na tomada de decisão de muitas empresas e em muitos projetos da região”, destaca o diretor do campus da Unipampa em Bagé, Pedro Dorneles.

A expansão no setor, conforme o dirigente, está atrelada ao Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), que busca desenvolver o setor em diferentes áreas em todo o País. Ao todo, estão previstos R\$



UNIPAMPA/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Campus sede da instituição receberá cursos de Medicina e de Ciências de Dados e Inteligência Artificial

183,24 milhões do orçamento para serem investidos pelo governo federal até 2028 para a criação de cursos

de graduação no setor; disciplinas optativas de programação, ciência de dados e inteligência artificial e

ofertas de vagas voltadas ao campo no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

## Revogação de edital transferiu oferta de Medicina

A Medicina deverá aguardar mais um pouco – envolvendo mais etapas para a sua concretização, é esperado que possa iniciar entre 2027 e 2028. Inicialmente, o Centro Universitário da Região da Campanha (Urcamp) pleiteava o curso no edital de Chamamento Público nº 01/2023, lançado no contexto da retomada do programa Mais Médicos e voltado a instituições de ensino superior privadas. Entretanto, o certame foi revogado em fevereiro de 2026 pelo Ministério da Educação (MEC).

À época, os resultados do Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed) tinham sido divulgados apontando desempenho insatisfatório em aproximadamente 30% dos cursos

avaliados no País. Além disso, o ministério argumentou que foram intensificadas as ações judiciais autorizando abertura de cursos fora do edital.

“Preferimos não entrar com a disputa de um segundo curso de Medicina porque a Urcamp estava pleiteando. Mas, como não teria mais essa possibilidade, enquanto universidade federal, pela demanda da região, fizemos uma articulação interna no campus em março e aprovamos no conselho de campus a intenção de criar um curso de medicina”, conta Dorneles, acrescentando que os cursos mais próximos na área são em Pelotas e Santa Maria.

A viabilidade começou a ser articulada junto ao governo federal

e a criação do curso foi anunciada pelo ex-ministro da Educação, Camilo Santana, quando ainda estava no cargo. Agora, o projeto político-pedagógico do curso será votado em duas instâncias da universidade: no Conselho Universitário e na Comissão Superior de Ensino. Após o início do processo, serão necessárias aprovações dos ministérios da Educação e da Saúde.

O local que receberá as práticas acadêmicas ainda está em debate. Entretanto, a tendência é de que seja na Santa Casa de Caridade de Bagé. “A universidade tem o interesse de auxiliar para ela se tornar um hospital escola. Isso aumenta o investimento na Santa Casa no repasse de recursos do Ministério da Saúde”, acrescenta Dorneles.

## Auxílio no desenvolvimento

A Unipampa foi instalada em 2008, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento econômico da região em que está inserida, embora desde 2006 já houvesse atividades tuteladas pelas universidades federais de Pelotas (Ufpel) e Santa Maria (UFSM). Nesse sentido, busca formar mão de obra qualificada e reter a juventude em uma área que já está perdendo população.

O campus da Unipampa de Santana do Livramento também espera a chegada de novos cursos de graduação: lá está sendo discutida a criação de graduações em Turismo, Contabilidade e Gestão Hospitalar e em Saúde.

## Instituições de ensino na Macrorregião Sul

- 📍 **Unipampa** – Alegrete, Bagé, Caçapava do Sul, Dom Pedrito, Itaqui, Jaguarão, Santana do Livramento, São Borja, São Gabriel e Uruguaiana
- 📍 **Urcamp** – Alegrete, Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel e Santana do Livramento
- 📍 **IFSul** – Pelotas, Bagé, Camaquã, Jaguarão e Santana do Livramento
- 📍 **IFRS** – Rio Grande
- 📍 **Uergs** – Alegrete, Bagé, Santana do Livramento, São Borja e Tapes
- 📍 **Furg** – Rio Grande, Santo Antônio da Patrulha, São Lourenço do Sul e Santa Vitória do Palmar
- 📍 **Ufpel** – Pelotas e Capão do Leão
- 📍 **Ucpel** – Pelotas
- 📍 **Unideau** – Bagé

## Centro de Inteligência Climática será instalado neste ano em Santana do Livramento

Após as catástrofes climáticas vivenciadas nos últimos anos no Rio Grande do Sul, de intensas estiagens às maiores enchentes da história, o Estado prepara um Centro de Inteligência Climática (CIC) que deverá ser instalado ainda neste ano em Santana do Livramento. O projeto tem financiamento de R\$ 5 milhões do governo gaúcho, a partir do Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs), e deverá atuar na transferência tecnológica relacionada a eventos climáticos extremos e na prevenção

desses fenômenos.

Para isso, um supercomputador será adquirido e instalado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde está o programa de pós-graduação em Meteorologia. Além disso, serão instalados sensores climáticos em municípios da Campanha e da Fronteira Oeste e sistemas de monitoramento em vídeo, que estarão na estrutura do centro. Após a primeira fase de implantação, o Centro de Inteligência Climática deverá ser expandido em sua

capacidade e abrangência territorial.

“O objetivo do CIC é promover a segurança climática, a antecipação de riscos, o planejamento territorial resiliente e o fortalecimento de políticas públicas climáticas sustentáveis. Integrando ciência e inovação, o projeto busca a cooperação binacional entre Brasil e Uruguai e, também, internacional. A rede de observação do CIC será descentralizada e contemplará pontos da Fronteira Oeste e Campanha, no Rio Grande do Sul, e do Uruguai”, revela

material divulgado pelo governo gaúcho após o estabelecimento do convênio.

Santana do Livramento foi palco de um fenômeno climático recente que impactou a cidade. Um temporal com ventos agressivos ocorrido na quinta-feira, 7 de maio, destelhou diversas casas e afetou a distribuição de energia elétrica pelo município. A turbina de um aerogerador do Complexo Eólico Cerro Chato chegou a cair devido às rajadas de vento que superaram os 130 km/h.

## Os parques científicos e tecnológicos da Macrorregião Sul

- 📍 Parque Científico e Tecnológico – Oceantec (Furg/Rio Grande)
- 📍 Pelotas Parque Tecnológico (Pelotas)
- 📍 Parque Científico e Tecnológico do Pampa – Pampatec (Unipampa/Alegrete)

## VITIVINICULTURA

# Safra recorde nos vinhedos da Campanha

## Região produz vinhos nobres e espumantes

Eduardo Torres

Santana do Livramento, na Fronteira Oeste, concentra em seu campo o maior volume de um dos trufos do Rio Grande do Sul com o potencial acordo entre Mercosul e União Europeia: a produção de vinhos nobres e espumantes. E neste ano, a região atingiu safra recorde. Somente na Almadén, que é a propriedade do Miolo Wine Group no município, a colheita chegou a 5,3 mil toneladas de uvas, o maior volume já colhido desde que o grupo assumiu a antiga vinícola construída por norte-americanos na fronteira. Em 2025, com cinco vinícolas ativas em Santana do Livramento, a colheita havia sido de 5,5 mil toneladas.

Se considerada a safra da Seival, vinícola do grupo em Candiota, na Campanha, são mais 2,2 mil toneladas de uvas neste ano – em 2025, haviam sido 1,2 mil toneladas. O grupo, que tem origem na Serra e também expandiu seus vinhedos ao Nordeste

brasileiro, com duas vinícolas e 650 hectares produtivos, responde por mais da metade dos vinhedos entre a Campanha, Fronteira Oeste, Sul e Centro-Sul. Ao todo, conforme dados do Sistema de Declarações Vinícolas do RS (Sisdevin), a macrorregião concentra 18 vinícolas com produção ativa no ano passado.

“Entre a Almadén e a Seival, temos hoje mais de 50% do volume de uvas do grupo Miolo, e a perspectiva é de produzirmos metade dos vinhos do grupo neste ano”, diz o agrônomo Alécio Demori, responsável pela produção do Miolo Wine Group na região. E o que sai dessa produção, pensando nos diferenciais para um mercado mais competitivo, mas que valoriza a identidade de cada terroir, é muita riqueza de qualidades próprias.

“A Campanha é mais seca e quente do que a Serra. Os vinhos daqui, em geral, são mais alcoólicos e menos ácidos, e guardam, de acordo com o ponto da região, algumas diferenças importantes, que se refletem no produto final. Em Candiota, por exemplo, o solo é mais argiloso e com



Macrorregião conta com 18 vinícolas ativas, como a Seival (foto), em Candiota, do Miolo Wine Group

matéria orgânica. Em Santana do Livramento, as plantas sentem menos a seca, mas o solo é mais arenoso e sensível, o que exige maiores cuidados com a cobertura nos vinhedos. Em Candiota, normalmente chove menos, o que faz a colheita ser mais alongada e os vinhos mais alcoólicos”, detalha o especialista.

Enquanto na Almadén o agrônomo destaca a produção a partir das uvas Tannat, em vinhas de mais de 50 anos mantidas na propriedade, na Seival o destaque fica por conta do espumante rosé e branco, a partir da Sauvignon Blanc e Tempranillo, ou ainda pela Pinot Noir, que tem a maior quantidade da produção.

## Polo vitivinícola

São 18 vinícolas ativas entre Santana do Livramento (5), Pelotas (4), Candiota (2), Dom Pedrito (1), Itaqui (1), Barra do Ribeiro (1), Canguçu (1), Morro Redondo (1), Santa Margarida do Sul (1) e São Borja (1)

### Produção de uvas

- 📍 **Santana do Livramento:** 5,5 mil toneladas
- 📍 **Candiota:** 1,2 mil toneladas
- 📍 **Pinheiro Machado:** 412,6 toneladas
- 📍 **Quaraí:** 329,4 toneladas
- 📍 **Dom Pedrito:** 281,7 toneladas

### Produção de vinhos

- 📍 **Santana do Livramento:** 3,4 milhões de litros
- 📍 **Candiota:** 948,4 mil litros
- 📍 **Dom Pedrito:** 55,9 mil litros
- 📍 **Pelotas:** 49,9 mil litros
- 📍 **Santa Margarida do Sul:** 47,4 mil litros

FONTE: SISTEMA DE DECLARAÇÕES VINÍCOLAS - SISDEVIN 2025

## GASTRONOMIA

# Doces de Pelotas na rota dos novos negócios

Eduardo Torres

Reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial e certificados com Indicação de Procedência, os doces de Pelotas estão entre os produtos em uma potencial vitrine de proteção com o acordo costurado entre o Mercosul e a União Europeia. Levar esse produto, totalmente artesanal e delicado, até ao mercado externo, porém, seria um desafio logístico gigante. Então, o que tem sido feito no município do Sul do Estado é atrair o turista, com a estruturação da cidade e das empresas doceiras, e aguçar o paladar e curiosidade de potenciais clientes.

“O momento, em termos de visibilidade dos doces de Pelotas, não poderia ser melhor. Temos vivido esse reconhecimento aqui e fora de Pelotas. Onde se vai, falam de nós. Existe um movimento, principalmente das maiores empresas, de levar suas lojas por outras regiões do País, o que é muito bom para dar

aquele ‘gostinho’ do doce daqui. Mas sempre reforçamos que, consumido aqui, é melhor ainda”, valoriza a presidente da Associação Doce Pelotas, Simone Bica.

A associação hoje agrega 22 empresas doceiras de todos os portes, que envolvem de 80 a quase 700 trabalhadores nos períodos de pico, como a Fenadoce. Em 95% dos casos, são empresas lideradas por mulheres. É a partir da associação que elas têm levado a imagem dos seus doces para feiras nacionais, como em Gramado e Curitiba.

“Em cada uma dessas feiras, é maior o número de pessoas interessadas em conhecer como produzimos em Pelotas e talvez levar para as suas regiões. O convite a essas visitas é feito e tem resultado em melhorias na estrutura para recebê-los na nossa cidade”, conta a doceira.

Um desses movimentos, liderado por empresas como a Berola e a Monalu, em Pelotas, e a Imperatriz,

em Capão do Leão, é a visitação à fábrica, com uma experiência semelhante ao que já é feito, por exemplo, em vinícolas da Serra. Ainda é um roteiro incipiente, mas tem estimulado outras doceiras a investir.

É o caso da Dona Chica, liderada por Simone. Ela começou a produzir há 18 anos, de maneira temporária, para a Fenadoce. Hoje, tem uma loja no bairro Três Vendas e planos de triplicar a sua produção, com aumento da fábrica e criação de um roteiro de visitação e experiência com os doces para turistas.

A cidade também abraçou o projeto e, finalmente, a Rua do Doce, na área central de Pelotas, foi estruturada há três anos, com espaço para sete lojas, cada uma, mantida por duas a três associadas.

“Era um espaço que existia há muito tempo como ponto de concentração da venda de doces, mas não era bonito, eram barraquinhas que iam e vinham de acordo com a

vontade do governo do momento. Agora, com o nosso espaço definido e atraente, temos ciência do número de pessoas de fora da cidade que circulam por Pelotas, e todas querem levar doces. É um local no calçadão, onde podemos apresentar com carinho o nosso produto”, diz Simone.

Por outro lado, a Associação Doce Pelotas se movimenta para consolidar na cidade, definitivamente, a cultura de transformar em atração turística a tradição doceira. É desenvolvido um projeto para levar às escolas a arte de produzir doces, a partir das crianças.

Tudo culmina, é claro, com a Fenadoce que, em 2025, recebeu mais de 300 mil visitantes e vendeu mais de 1,8 milhão de doces.

A lista de doces reconhecidos e certificados limita-se a 14 iguarias artesanais, que se complementam com a cadeia produtiva que se inicia na produção de frutas entre o Centro-Sul e o Sul do Estado, para abastecer

## Maiores produtores de frutas para doces

### Figo

- 📍 Piratini
- 📍 Pelotas
- 📍 São Lourenço do Sul
- 📍 Morro Redondo
- 📍 Caçapava do Sul

### Morango

- 📍 Pelotas
- 📍 Turuçu
- 📍 Canguçu
- 📍 São Lourenço do Sul
- 📍 Caçapava do Sul

### Pêssego

- 📍 Pelotas
- 📍 Canguçu
- 📍 Morro Redondo
- 📍 Piratini
- 📍 Jaguarão

FONTE: IBGE 2024

a produção de doces e conservas de frutas. Pelotas é, por exemplo, o maior produtor de pêssegos do Estado. E, com quatro vinícolas ativas no último ano, produziu 49,9 mil litros de vinhos – 85% deles de mesa – a partir de uvas bordô cultivadas na região.

PAINEL

# Mapa Econômico do RS reuniu lideranças para debate em Santana do Livramento

Encontro para discutir desafios e oportunidades ao desenvolvimento econômico da Macrorregião Sul e Fronteira Oeste aconteceu no dia 12 de maio no auditório do Sest/Senat em Santana do Livramento



Diretor-presidente do JC, Giovanni Jarros Tumelero



Prefeito de Santana do Livramento, Evandro Gutebier



Diretor da rede de Supermercados Righi, empresário Antônio Righi



Prefeito de Hulha Negra, Fernando Campani



Prefeito de Pedro Osório, Ricardo Alves



Vice-prefeita de Dom Pedrito, Luciane Rodrigues Moura



Primeira-dama de Santana do Livramento, Miriam Vilagran



Sócio-diretor da GeoPampa Ambiental, Pedro Lampert



Presidente do Conselho de Turismo de Livramento, Mozart Bragança



Ingrid do Prado Guimarães (Senac); Priscila Gonçalves (Secretaria de Desenvolvimento) e Marcelo Torres (Sala do Empreendedor)



Gerente de vendas da Nicola Veículos, Ricardo Pereira



Coordenador de Promoção Social do Sest/Senat, Carlos Eduardo Sales Ribeiro, e diretora do Sest/Senat de Livramento, Laura Saravia



Diretora do Sesc-RS, Patrícia Lopes



Produtores rurais em Santana do Livramento, Lorena Alves Menezes e Jair Menezes

**O Mapa Econômico do RS reuniu lideranças para debater. Os painelistas foram o presidente do Sindilojas de Santana do Livramento, Sérgio Oliveira; a presidente da Associação de Produtores Rurais da APA do Ibirapuitã, Ana Doralina; e o presidente do Sindicato Rural de Livramento, Lourenço Acauan**



Presidente do Sindilojas de Santana do Livramento, Sérgio Oliveira



Presidente da Associação de Produtores Rurais da APA do Ibirapuitã, Ana Doralina



Presidente do Sindicato Rural de Santana do Livramento, Lourenço Acauan



Cônsul do Brasil em Rivera, diplomata Anuar Nahes



Ex-prefeita de Santana do Livramento, Ana Tarouco



Ex-prefeito de Dom Pedrito, Mário Augusto Gonçalves



Diretor de Desenvolvimento de Rivera, Santiago Esteves



Diretora da Irmãos Brugnara, Sinara Brugnara



Carmem Regina Saldanha e Felipe Saldanha, do Departamento de Meio Ambiente de Santana do Livramento



Proprietário da Estância São Diogo e da Aquinosul, Venâncio Cunha



Produtora rural Anahi Boreagaray e vice-presidente do Sindicato Rural de Livramento, La Hire Medina



Fabrizio Conti e Patricia Antunez, proprietários do Solar Dom Pedro



Secretário adj. de Planejamento de Dom Pedrito, Fernando Pinho



Educadora e psicopedagoga clínica e institucional Marisa Silveira e Danúbio Luz dos Santos, proprietário da Contabilidade Danúbio



TÂNIA MEINERZ/JC

Painel do Mapa Econômico do RS, em Livramento, reuniu lideranças para debater desafios e oportunidades



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Conselheira do CRCRS,  
Kellen Simone



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Secretário da Fazenda de  
Pedro Osório, Pedro Tavares



TÂNIA MEINERZ/JC

Matheus Borges, assessor  
da presidência do Crea-RS



TÂNIA MEINERZ/JC

Diretor da ICCILA,  
Francisco Carlos Eckert



TÂNIA MEINERZ/JC

Secretário de Desenvolvimento de  
Livramento, Rafael Damasceno



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Diretor da Parceria Rolim,  
Paulo Rolim



TÂNIA MEINERZ/JC

Secretária da Fazenda de  
Livramento, Gisela Alvarez



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Conselheiro do Simers,  
Felipe Cunha



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Coordenador do Curso de Economia  
da Unipampa, Altair Bunde



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Proprietário da Baita Mídias,  
Mateus Simões Pires



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Docente da Uergs, Ticiane França Magalhães, e o  
administrador da Estância Artigas, João Paulo Peixoto



DANI BARCELLOS/ESPECIAL/JC

Vereadores em Santana do Livramento,  
Thomaz Guilherme e Maurício Del Fabro



TÂNIA MEINERZ/JC

Equipe do CIEE-RS: Mirella Savaris (assistente de operações), Aline Bopp (instrutora de aprendizagem),  
Bruno D'Arco Cruz (analista de negócios), Darenny Ribeiro (gerente) e Aline Poerschke (líder de Aprendizagem)



**EDIÇÃO NORTE**

**QUINTA-FEIRA: 28/05**

**HORÁRIO: 17h**

**IJUÍ**  
 ACI Ijuí  
 Rua Albino Brendler, 864 - Centro

**PARTICIPE  
 DO MAPA  
 ECONÔMICO  
 DO RS**



**ESCANEE O  
 QR Code  
 E PARTICIPE  
 DO EVENTO**

**Regiões:**

Norte

Noroeste Colonial

Fronteira Noroeste

Missões

Nordeste

Celeiro

Produção

Médio Alto Uruguai

Rio da Várzea

Alto da Serra do Botucaraí

Alto Jacuí

Realização

**Jornal do Comércio**  
 O jornal de economia e negócios do RS

Apoio



**Prefeitura de Ijuí**  
 TRABALHANDO JUNTOS

Media partner



**RECORD**  
 GUÁIBA

**PATROCÍNIO**

